

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Thais Lemes da Silva

Sala de leitura nas escolas municipais de São Paulo: desafios
pedagógicos

Mestrado em Educação: Currículo

SÃO PAULO
2018

Thais Lemes da Silva

Sala de leitura nas escolas municipais de São Paulo: desafios
pedagógicos

Mestrado em Educação: Currículo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: Currículo, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando José de Almeida.

São Paulo

2018

Banca Examinadora

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), agradeço pela bolsa concedida, sem a qual esta pesquisa não teria sido realizada.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, fonte de luz em minha vida, que, com seu olhar, pôde acalmar minha alma e fortalecer meus sonhos.

Ao meu orientador e professor, Fernando José de Almeida, o apoio, os ensinamentos, as orientações e por acreditar nessa pesquisa.

À minha família, em especial meu irmão e cunhada, que, nessa trajetória, me presentearam com minha sobrinha, Maria Clara, que é alegria, amor, vida e fonte de esperanças de um país digno com educação para todos.

À Luiza Gabriela, minha prima, quase filha, que na caminhada da vida me proporcionou momentos de profunda reflexão, gratidão e amor. Sou essa mulher hoje, pois tive você como minha base.

Aos amigos e ao DG, que se fizeram presente nessa caminhada ouvindo minhas angústias e auxiliando, como podiam, para que concluísse esta dissertação.

Aos professores do programa Educação: Currículo, as valiosas reflexões e os momentos de aprendizado.

À Cida, agradeço os inúmeros telefonemas, a paciência e as dicas nesses dois anos de mestrado.

Aos amigos de mestrado e educadores deste país, que buscam no conhecimento a força para caminhar e carregam na mochila a tarefa árdua de ser e permanecer educador.

À Cassia Janeiro, por ensinar, auxiliar, mediar, amparar, ouvir, por ser quem você é. Gratidão querida!

Aos meus alunos, o compartilhamento do desejo de ensinar e aprender. Ser professora universitária ou dos pequenos, como chamo com carinho, me motiva a buscar conhecimento para construir uma educação digna e de qualidade a todos.

A todas as pessoas que cederam seu tempo e me receberam tão bem nas escolas pesquisadas (diretores, coordenadores pedagógicos e professoras).

À Lurdinha e Graça, os apontamentos e reflexões sobre o problema de pesquisa, serei eternamente grata.

Aos professores do Ensino Público do País, por acreditarem na educação pública, meus sinceros agradecimentos. Vocês são a força motriz para que muitas pessoas oriundas do ensino público, como eu, possam concluir os estudos.

RESUMO

SILVA, Thais Lemes da. **Sala de leitura nas escolas municipais de São Paulo: desafios pedagógicos**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

A Sala de Leitura (SL), programa da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, foi criada em 1972, atendendo a crescente valorização dos conceitos de leitura como elemento básico da formação de pensamento e de interpretação do mundo. Também é fruto do movimento de educadores e professores, preocupados com o baixo desempenho dos alunos nessa área, entendida como suporte da formação geral do aluno. Ao longo do tempo, o Programa foi consolidado e ampliado, com recursos humanos de 870 Professores Orientadores da Sala de Leitura (POSL); financeiros e materiais, com 565 SL destinados especificamente para esse fim. Tornou-se uma política de formação de quadros de professores e de alunos, que, em 2018, atingiu o número de 420 mil no ensino fundamental. Em sua proposta atual (2018), descrita pela Portaria no 7655/15, é necessário que todas as áreas de conhecimento estejam articuladas à Sala de Leitura. Para compreender como essa dinâmica acontece, a presente dissertação se propôs a ouvir alguns dos sujeitos responsáveis pela SL, num total de 8 pessoas: Professores Orientadores da Sala de Leitura (POSL) e Coordenadores Pedagógicos (CP) da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e análise de documentos legais, como portarias, decretos e os Projetos Político-Pedagógicos de quatro escolas selecionadas. O objetivo foi verificar se a articulação prevista na Portaria está contemplada no Projeto Político-Pedagógico, se existe na legislação e também na prática de cada escola e se há abertura para novas perspectivas de articulação da leitura com outras áreas do conhecimento no currículo e no cotidiano escolar. O estudo evidenciou ausência de articulação entre as áreas e o não cumprimento da Portaria, seja parcialmente ou em sua totalidade, para alguns dos entrevistados. O trabalho procurou identificar, ainda, os aspectos positivos e negativos de cada unidade escolar (UE) e de seus respectivos projetos envolvendo a Sala de Leitura. Nessa construção ficou evidente o desafio pedagógico da SL e suas mediações dentro das escolas, o que lança também novas percepções dos desafios, não só para a Educação Pública da cidade, mas também para políticas públicas do País com relação à leitura, como elemento básico da formação de valores e de aprendizagem.

Palavras-chave: Sala de Leitura. Articulação pedagógica. Currículo. Projeto Político- Pedagógico. Legislação. Educação municipal de São Paulo.

ABSTRACT

SILVA, Thais Lemes da. **The Reading Room in municipal Schools of São Paulo: pedagogical challenges.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

The Reading Room (SL), a program of the Municipal Department of Education of São Paulo, was created in 1972, taking into account the increasing value of reading concepts as a basic element in the formation of thought and interpretation of the world. It is also the result of the movement of educators and teachers, concerned with the low performance of students in this area, understood as support for the general formation of the student. Over time, the Program has been consolidated and expanded, with human resources of 870 Reading Room Teachers (POSL); financial and material, with 565 SL intended specifically for this purpose. It became a policy of training teachers and students, which in 2018 reached 420,000 in elementary school. In its current proposal (2018), described by Ordinance no. 7655/15, it is necessary that all areas of knowledge be articulated to the Reading Room. In order to understand how this dynamics happens, the present dissertation proposed to listen to some of the subjects responsible for SL, in a total of 8 people: Reading Room teachers (POSL) and Pedagogical Coordinators (CP) of the municipal network of São Paulo. Semi-structured interviews and analysis of legal documents, such as ordinances, decrees and the Politico-Pedagogical Projects of four selected schools were carried out. The objective was to verify if the articulation provided for in the Ordinance is contemplated in the Political-Pedagogical Project, if it exists in the legislation and also in the practice of each school and if there is openness to new perspectives of articulation of the reading with other areas of knowledge in the curriculum and daily life school. The study evidenced the absence of articulation between the areas and the non-compliance of the Ordinance, either partially or in its entirety, for some of the interviewees. The work also sought to identify the positive and negative aspects of each school unit (UE) and its respective projects involving the Reading Room. In this construction, the pedagogical challenge of SL and its mediations within schools was evident, which also introduces new perceptions of the challenges, not only for the city's Public Education, but also for the country's public policies regarding reading, as a basic element of the formation of values and learning.

Keywords: Reading room. Pedagogical articulation. Curriculum. Political-Pedagogical Project. Legislation. Municipal Education of São Paulo.

Lista de quadros, gráficos e tabelas

Quadro 1 – Relação de POSL e salas de aula	28
Quadro 2 – Alunos atendidos	33
Quadro 3 - Unidades com sala ou espaço de leitura (por DRE)	34
Tabela 1 - A evolução do Brasil no Pisa – leitura	37
Gráfico 1 - A evolução do Brasil no Pisa – leitura	37
Quadro 4 - Histórico dos planos e projetos escolares nos governos municipais na cidade de São Paulo (1975-2017)	51
Quadro 5 – Escolas selecionadas	53
Quadro 6 - Palavras-chave	53
Quadro 7 - Projetos oferecidos pela escola Raquel de Queiroz no ano de 2017	61

Lista de abreviaturas e siglas

AEL	Academia Estudantil de Letras
APM	Associação de Pais e Mestres
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEI	Centro de Educação Infantil
CEUs	Centros Educacionais Unificados
Cieja	Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos
CMC	Comissão de Mediação de Conflitos
Comfor	Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
Derdic	Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação
DOT	Diretoria de Orientação Técnica
DRE	Diretoria Regional de Ensino
Educafro	Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
EEI	Estação Espacial Internacional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Emee	Escola Municipal de Educação Especial
Emef	Escola Municipal de Ensino Fundamental
Emefm	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio
Emei	Escola Municipal de Educação Infantil
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FIA	Fundação Instituto de Administração
Gaae	Grupos de Acompanhamento da Ação Educativa
ISS	<i>International Space Station</i>
Jeif	Jornadas Especiais Integrais de Formação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MBA	<i>Master in Business Administration</i> (Mestre em Administração de Negócios)
MEC	Ministério da Educação
Nasa	<i>National Aeronautics and Space Administration</i> (Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço)
Neer	Núcleo de Educação Étnico-Racial
OBA	Olimpíada Brasileira de Astronomia
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Pape	Professora de Apoio aos Programas Educacionais
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PE	Plano Escolar
PEA	Projeto Especial de Ação
PEB	Programa Escola-Biblioteca
PESL	Professor Encarregado de Sala de Leitura
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PME	Plano Municipal de Educação
PMLLLB	Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca

PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
Poie	Professor Orientador de Informática Educativa
POSL	Professor Orientador de Sala de Leitura
PP	Projeto Pedagógico
PPP	Projeto Político-Pedagógico
Prouca	Programa um Computador por Aluno
Prove	Projeto de Valorização do Educador e Melhoria da Qualidade de Ensino
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RARL	Referencial Analítico da Realidade Local
RCNEI	Referencial Curricular para a Educação Infantil
RMESP	Rede Municipal de Ensino de São Paulo
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SGP	Sistema de Gestão Pedagógica
SL	Sala de Leitura
SME	Secretaria Municipal de Educação
TCA	Trabalho Colaborativo de Autoria
TI	Tempo Integral
U.E.	Unidade Escolar
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidades de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TRAJETÓRIAS PESSOAL E PROFISSIONAL	14
1.1 Trajetória pessoal	14
1.2 Trajetória profissional	16
1.3 Questão-problema da pesquisa	20
1.4 Objetivo geral	21
1.5 Objetivos específicos	21
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	22
2.1 Questão norteadora	22
2.2 Local de pesquisa	22
2.3 Amostra	23
2.4 Procedimentos	23
2.5 Aspectos éticos	25
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA	26
3.1 Sala de leitura: breve histórico	26
3.2 O que é ler e a importância da leitura na escola	35
3.3 Projeto Político-Pedagógico (PPP)	42
3.4 Histórico do PPP na Rede Municipal de Ensino de São Paulo	44
4 CAMINHOS E CONTEXTO DA PESQUISA: ANÁLISE DOCUMENTAL	53
4.1 Categorias de análise dos Projetos Políticos Pedagógicos	54
4.1.1 Escola Clarice Lispector	54
4.1.2 Escola Raquel de Queiroz	57
4.1.3 Escola Lygia Fagundes Telles	62
4.1.4 Escola Zélia Gattai	67
5 ENTREVISTAS E SUAS CATEGORIAS	73
5.1 Categorias de análise da entrevista - escola Clarice Lispector	73
5.2 Categorias de análise da entrevista - escola Raquel de Queiroz	80
5.3 Categorias de análise da entrevista - escola Lygia Fagundes Telles	87
5.4 Categorias de análise da entrevista - escola Zélia Gattai	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	108
ANEXO A - Autorização para entrevistas	114
ANEXO B - Roteiro de entrevista semiestruturada para ser realizada com as CPs	115
ANEXO C - Roteiro de entrevista semiestruturada para ser realizada com as POSL	116
ANEXO D - Portaria nº 7.655, de 17 de dezembro de 2015	118
ANEXO E - Documentos referentes ao parecer da PUC	123
ANEXO F – Autorização PMSP	124
ANEXO G - Entrevistas escola Clarice Lispector	125
ANEXO H - Entrevistas escola Raquel de Queiroz	129
ANEXO I - Entrevistas escola Lygia Fagundes Telles	135
ANEXO J - Entrevistas escola Zélia Gattai	140

INTRODUÇÃO

A leitura é o eixo fundamental que permeia toda a investigação da presente pesquisa. Como objeto de estudo, foi selecionado o espaço da Sala de Leitura da prefeitura de São Paulo, por tratar-se, em tese, de um espaço apropriado para a democratização cultural, por meio do acesso à leitura, seja por meios físicos (livros, revistas), seja por meios virtuais. Entender o contexto histórico da SL desde 1972, ano do início do programa, foi fundamental para que o presente estudo pudesse compreender seus avanços, suas falhas e desafios na prática, à luz da proposta originária. A trajetória do projeto começou timidamente, atendendo a demanda de apenas algumas escolas, com professores preocupados com o baixo rendimento e desinteresse escolar de alunos em comunicação e expressão.

Em 2017, quando comemorou 45 anos, os dados apontaram que mais de 565 escolas e centros unificados contam com um espaço exclusivo de SL, com equipamentos, livros, revistas e profissional especificamente destinado para cuidar do projeto (o POSL, que auxilia alunos, professores e comunidade escolar). Assim, um longo caminho foi percorrido até o surgimento da portaria nº 7655/15, de 17 de dezembro de 2015, um inegável avanço no sentido de sistematizar e determinar o escopo da SL. Ela discorre, ainda, a respeito das atribuições, do planejamento, bem como sobre a formação do Professor Orientador da Sala de Leitura (POSL), responsável pela SL, e sua articulação com os demais professores da unidade escolar. O objetivo da presente dissertação foi pesquisar se o que a Portaria determina acontece na prática ou se é uma legislação inócua, ainda que possa estar presente nos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP) das escolas, que também foi submetido à análise do presente trabalho¹.

Para verificar se existe a necessária articulação entre as áreas do conhecimento no PPP e a prática pedagógica envolvendo os professores na SL, foram selecionadas quatro escolas da Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Campo Limpo, zona sul de São Paulo. A análise contou com pesquisa documental e de campo.

A ação pedagógica pode ser responsável por práticas sociais emancipatórias e pela formação de sujeitos sociais críticos, solidários, comprometidos, criativos e participativos. Isso depende das escolhas que a comunidade escolar faz e da

¹ A íntegra de todos os PPPs está gravada em CD, anexo a esta dissertação.

relação dialética que existe (ou não) entre o político e o pedagógico, entre a realidade e o espaço escolar. Esse pensamento norteou a análise do histórico dos PPPs.

A presente pesquisa será composta de cinco capítulos. No primeiro serão tratadas a trajetória pessoal e profissional da pesquisadora, a questão-problema (a inquietação que deu origem à pesquisa) e os objetivos geral e específicos. Já o segundo capítulo, falará sobre como a metodologia da pesquisa foi escolhida e trabalhada. O terceiro capítulo apresentará as políticas públicas de incentivo à leitura (breve histórico da SL, definição de leitura e a importância do ato de ler na escola, qual a função do PPP e o histórico do PPP na Rede Municipal de Ensino de São Paulo). No quarto capítulo são abordados os caminhos e contexto da pesquisa (análise documental, com as categorias dos PPPs), primeiro dos PPPs das quatro escolas selecionadas, seguidas pelas entrevistas realizadas com os POSL e os coordenadores pedagógicos. Para esse complexo exame de dados, foram criadas categorias que permitiram inferir sobre importantes aspectos que embasaram a dissertação. Por fim, serão expostas as considerações finais sobre o tema central, que é a leitura e seu espaço dentro das escolas e, por último, as referências bibliográficas que embasaram este trabalho.

1. TRAJETÓRIAS PESSOAL E PROFISSIONAL

A descrição das minhas trajetórias pessoal e profissional, que estão profundamente entrelaçadas, tem por objetivo demonstrar de que forma, ao longo da vida e da carreira, o tema gerador emergiu. Da inquietação inicial, surgiu a necessidade de estudar mais profundamente o assunto, que tornou-se o tema de pesquisa do mestrado.

1.1 Trajetória pessoal

Sou Thais Lemes da Silva. Meus pais nasceram no Norte do Paraná: a mãe em Santa Mariana, o pai, em Maringá. Sua infância foi como a de muitos brasileiros: trabalharam na roça. Minha mãe estudou até o ensino fundamental e meu pai, até o ensino médio. Ainda me lembro de minha mãe contando como era difícil ir para escola de chinelos, com pouco material e quase nenhum acesso a livros. Porém, sempre teve o apoio de meu avô, um homem de poucos estudos, mas muito inteligente. Ele sabia que estudar e frequentar a escola poderia mudar a vida dos filhos e netos.

Meus pais se casaram no ano de 1981. Compraram um terreno em São Paulo e vieram em busca de emprego e qualidade de vida. Meu irmão nasceu no mesmo ano e eu, em 1985, ambos em São Paulo. Nossa infância foi marcada por férias na roça, brincadeiras com primos e muito estudo. Frequentamos escola pública e, a despeito disso, minha mãe sempre se preocupou em nos oferecer ensino de qualidade, nem que tivesse que buscar aulas de reforço para nós. Meu irmão, que sofria com a gagueira, precisou da ajuda de um fonoaudiólogo e conseguiu atendimento inicial na Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic). O tratamento deu resultado e hoje ele sabe lidar com o problema, com o sempre apoio materno. Essa busca incessante de minha mãe me fez entender a importância da relação entre escola e família.

A compra de livros infantis não era a prioridade em casa. Porém, na escola gostava de ver e tentar ler os livros. Recordo-me da cartilha e da professora da primeira série distribuindo livros. A história que mais gostava de ler e reler era “Branca de Neve e os sete anões”. Nesse período, uma prima, estava fazendo o magistério e eu ia à casa dela para desfrutar de seus livros e brincar.

Na adolescência, mantive um olhar questionador para a área educacional. Aos 16 anos, participei do grêmio escolar na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau José Lins Rego, na periferia de São Paulo, onde morava. A atuação no grêmio fez com que observasse questões sociais e culturais envolvendo a escola, bem como procurasse alternativas para que nós, estudantes, pudéssemos melhorar o ensino, sendo cidadãos participativos.

Em minha trajetória educacional houve um professor que considero como um verdadeiro mentor, que lecionava a disciplina de Física. Sua metodologia era diferente das demais: exigia a participação dos alunos, suas aulas eram mais criativas, reflexivas e motivadoras. Dessas aulas surgiu a ideia de realizamos o primeiro jornal da escola.

Minha função era a de repórter. Fazia entrevistas e pensava em pautas interessantes para os alunos e a comunidade escolar. Isso me fez perceber a importância real de ser educadora, aquela que transforma e possibilita a reflexão.

Em casa, um tio sempre procurou alimentar nosso contato (meu e do meu irmão) com a tecnologia. Sendo programador e morando próximo de casa, permitia que digitássemos trabalhos, pesquisássemos, lêssemos e até jogássemos no computador. Sempre facilitou nosso acesso à Internet, à época ainda discada. Assim, éramos alguns dos poucos na rua que tínhamos o acesso à rede.

Usava o computador sem o *mouse*, conseguia entender a tela do MS-DOS e, revendo minha trajetória, acredito que o acesso à tecnologia na infância e adolescência, facilitou a construção de uma aprendizagem significativa. O uso de ferramentas tecnológicas, portanto, sempre fez parte de minha vida.

No período do Ensino Médio fui bem atuante na escola. Ajudava na biblioteca, controlando empréstimos e devoluções, e tombava livros, que eram novos, e não havia funcionários para cadastrá-los. Fiz o possível para colocá-los em uso e deu certo. Tínhamos contato direto com a fundação Ayrton Senna, que, na época, viabilizava a Internet discada para nossa escola. Isso fez meu contato com a tecnologia ser bem mais fluente, pois usávamos os computadores para diagramar o jornal e fazer tarefas diversas, como estudar para o vestibular. A experiência me fez ter contato com o mundo da leitura e da tecnologia, muitas vezes negado aos alunos de escolas públicas do país.

1.2 Trajetória profissional

O ensino médio me proporcionou vários conhecimentos, como a literatura, a leitura de mundo e a noção das ferramentas tecnológicas. Em 2002, logo após concluí-lo, fiz um curso de qualificação profissional em Editoração Eletrônica e *Web Design*, num projeto da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), custeado pelo Estado, pelo meu bom desempenho no ensino médio.

Fiz cursinho pré-vestibular por dois anos. Nesse período também participava de projetos sociais na igreja e lecionei num curso chamado Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro). Essa foi a minha primeira experiência em sala de aula, lecionando Literatura Portuguesa e redação. Além das aulas em si, tinha como tarefas montar planos de aula, pensar nos conteúdos e fazer avaliação dos alunos e do meu próprio trabalho.

Vivências como essas me fizeram acreditar no poder emancipatório da educação. Assim, educar é, para mim, transformar vidas, ajudar a libertar das opressões sociais, culturais e econômicas.

No ano de 2004 iniciei minha graduação em Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no período diurno. Foi um momento único em minha formação educacional: muito estudo, trabalhos, seminários, palestras, vídeos, livros etc. Fiz estágios não remunerados na Prefeitura e no Estado de São Paulo, o que me deu a oportunidade de observar da prática docente, à infraestrutura, às condições do espaço escolar e, principalmente, verificar a ausência da leitura. Tudo isso me proporcionou momentos de reflexão e questionamento sobre a situação educacional do Brasil. Pude sentir na pele, como estagiária, novamente, a realidade das escolas públicas.

Em 2006 iniciei a busca por estágio remunerado para meio período, a fim de conseguir alguma renda. Não obtive sucesso nas escolas chamadas “de elite”, em São Paulo. Em uma delas aconteceu um fato que marcou minha vida profissional e pessoal. Participei de todo o processo seletivo e passei. Quando, finalmente, cheguei à entrevista com a gestora, fui questionada se realmente tinha realizado o ensino médio na rede pública de São Paulo. Respondi afirmativamente e fui informada pela gestora que não poderia assumir a vaga, pois os alunos daquela escola viviam uma realidade muito diferente: liam livros caros, faziam passeios e

viagens internacionais e que, mesmo eu sendo estagiária, não seria compatível com o nível de conhecimento deles. Saí de lá sem acreditar no preconceito despuadorado daquela gestora. Mesmo estudando em uma universidade como a PUC e tendo ótimos professores na graduação, não pude e, na verdade, nem quis insistir em ingressar como estagiária no ensino fundamental daquela escola. Depois disso, confesso que poderia ter procurado outras escolas particulares e certamente conseguiria algo. Porém, minha meta tornou-se muito clara: passar em concurso público e exercer, de fato, uma posição na educação da cidade em que nasci, sem jamais menosprezar o ensino público, como tinha vivenciado.

No mesmo ano (2006) consegui um estágio. Minha função era atender alunos, aplicar e corrigir provas de vestibulares na Faculdade Uniradial, na zona sul de São Paulo. Nesses meses como estagiária, o mundo educacional me envolveu de tal maneira que me dediquei a estudar e a aprimorar conhecimentos no ensino superior. Fui promovida a auxiliar de secretaria no ano de 2007, mesmo ano em que me formei na PUC-SP. Minhas funções passaram a ser: analisar histórico de alunos, verificar grades curriculares, produzir diplomas, atender os alunos, fazer declarações e lançar informações num sistema da faculdade, chamado *lyceum*. Sempre me identifiquei com o funcionamento e a manutenção dos programas; queria saber o porquê de determinadas funções e se poderia aprimorar algumas delas.

No ano de 2008 fui promovida novamente. Agora era assistente de coordenação de todos os cursos de graduação e tecnologia. Foi uma experiência incrível trabalhar com coordenadores e professores. Tive contato com a legislação do ensino superior, com as comissões do Ministério da Educação (MEC) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e com tudo o que estivesse relacionado à abertura e à permanência dos cursos. Além disso, dava orientação e treinamento do sistema educacional que usávamos para os coordenadores e diretores.

A experiência em treinamento de sistema me fez perceber o quanto os docentes e coordenadores, mesmo sendo excelentes acadêmicos, tinham dificuldade em entender e aceitar o novo, principalmente quando se tratava de tecnologia. Isso se deu por ocasião da implantação de um novo projeto informatizado que envolvia o sistema de diários, conteúdos, plano de aula e muitas rotinas de trabalho docente e de coordenação.

Em 2009 houve a fusão entre o Centro Universitário Uniradial e a Universidade Estácio de Sá. Na ocasião, surgiu a oportunidade de ser tutora na disciplina de Metodologia Científica, que era teletransmitida. Por um ano exerci a função de enviar dúvidas e dificuldades do meu polo, em São Paulo, à professora. Porém, numa aula com mais de 80 alunos, o equipamento parou de funcionar. Assim, tive que ministrar a aula de improviso. Senti-me feliz em saber transmitir o conteúdo e sendo verdadeiramente professora. Deu tão certo que os alunos não queriam mais a aula teletransmitida; pediram à coordenação que deixássemos o equipamento ligado e que eu ministrasse a aula. Claro que a coordenação não poderia aceitar, mas esse foi um fator impulsionador e fiquei bem mais autoconfiante e ativa nas aulas, fazendo revisões e tirando dúvidas sem o equipamento da tutoria.

Quando, em 2012, fui chamada no concurso público na prefeitura de São Bernardo do Campo, para lecionar no ensino fundamental I, senti-me despreparada. Mesmo assim, assumi o cargo no dia 25 de janeiro daquele ano. Foi experiência inenarrável estar na escola pública e ter a oportunidade de lecionar. Consegui superar o medo e aprendi muito com meus alunos e colegas de profissão. Também tive que diminuir minha carga horária na Estácio, pois meu cargo na prefeitura exigia 40 horas semanais. Assim, assumi a função de professora de Tempo Integral (TI), resolvia casos de transferência de alunos, mudança de grade curricular e continuava também no ensino superior.

Em São Bernardo do Campo aprofundei meus conhecimentos no mundo da leitura, com projetos interdisciplinares e a participação de duas ou mais professoras. Elas e eu projetávamos conteúdos envolvendo leitura e informática, conteúdo previsto para aquele bimestre. Aprendi um pouco de programação com o uso do LEGO educacional e da robótica educativa. Também usava os computadores para pesquisa, leitura, e utilizava ferramentas como *Word* e *Power Point*, além de jogos educativos e interdisciplinares, apoiada no PPP da escola. Frequentei o Programa um Computador por Aluno (Prouca), em São Bernardo do Campo (2013), outro experimento que muito enriqueceu a minha experiência. Nele, construímos projetos e aplicamos nos laboratórios e nos *laptops* educativos.

Também iniciei uma pós-graduação em Psicopedagogia Institucional e cursos voltados à prática pedagógica, como “A escola no combate ao trabalho infantil”, pela Faculdade de Administração e Negócios da Fundação Instituto de Administração (FIA), em 2014, e “Alfabetizando na diversidade: por classes mais multisseriadas”,

na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, em 2016. Fiz, ainda, dois cursos no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), sobre Currículo, em 2015, e Avaliação, em 2016.

Na Estácio fui convidada para lecionar no curso de Pedagogia, agora no *campus* de Santo André. Lá iniciei minha carreira como professora no ensino superior. O currículo era todo voltado para a área educativa. Aqueles foram anos de muitos estudos e dedicação à carreira. Quase todo semestre obtive as melhores notas na pesquisa institucional, que avalia os docentes, e recebi remuneração variável em função disso.

Prosseguia nos estudos, minhas leituras e completei outra pós-graduação *lato sensu*, agora em educação infantil. Continuava atuando com os alunos do ensino fundamental I, na área tecnologia, conheci a Olimpíada Brasileira de Astronomia (OBA) e o projeto de incentivo à leitura Arkos. Ambos me encantaram e me impulsionaram a querer estudar mais e mais. Dessa forma, decidi começar a escrever um projeto para fazer o mestrado.

Os projetos nesses meus anos de docência, tanto no ensino superior como no fundamental, foram extremamente gratificantes. Aprendi muito com os alunos e com os colegas e creio que os alunos também aprenderam, sobretudo aprenderam a aprender. Os projetos têm, em seu cerne, um questionamento inicial, construído em sala de aula. Assim, o aluno participa e conta, dia a dia, com a dedicação e a orientação do professor; faz leituras e pesquisas pertinentes e se torna capaz de levantar questionamentos constantes.

Em junho de 2016, fui chamada pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) para assumir o cargo de professora titular do ensino fundamental I. Tive que pedir exoneração da Prefeitura de São Bernardo e hoje continuo sendo docente na PMSP, na periferia da zona sul de São Paulo, mais precisamente na Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Campo Limpo. Insisto em incluir tecnologia e leitura na aprendizagem de meus alunos com projetos, aproveitando toda a experiência que tive.

Particpei dos processos seletivos para a pós-graduação *stricto sensu* em algumas universidades como: Universidade de São Paulo (USP), Metodista, Mackenzie e PUC/SP, no final de 2015 e início de 2016. Fui selecionada em duas delas: Mackenzie e PUC/SP. Optei pela PUC/SP pelo ótimo programa e pela excelência do corpo docente. Assim, iniciei meu mestrado na instituição em julho de

2016, com o questionamento inicial sobre hábitos de leitura e a tecnologia no ensino fundamental da rede pública de São Paulo.

Até o final de 2017 estava na Estácio, agora no *campus* de Interlagos, lecionando as disciplinas de Informática Aplicada à Educação, Introdução à História da Educação e Estágio Supervisionado, no curso de Pedagogia. Contudo, naquele mesmo ano houve demissão em massa de mais de 200 professores em São Paulo. No curso de Pedagogia, só ficaram dois professores. Assim, meu ciclo no ensino superior na universidade foi encerrado e agora procuro aprimorar minha trajetória, com novas metas e conquistas.

1.3 Questão-problema da pesquisa

A questão-problema que se coloca é se há planejamento e articulação entre o Projeto Político-Pedagógico, as práticas pedagógicas e o que é previsto no Art. 6º, item IV da Portaria nº 7655/15, que promova, parcial ou totalmente, a integração entre profissionais das diferentes áreas do conhecimento e, conseqüentemente, em caso positivo, se esses fatores podem estimular que o projeto Sala de Leitura seja levado a cabo.

A Portaria nº 7655/15, de 17 de dezembro de 2015, dispõe sobre a organização das Salas de Leitura, Espaços de Leitura e Núcleos de Leitura da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. Em seu Art. 6º, trata das atribuições do Professor Orientador da Sala de Leitura (POSL); o item IV, fala sobre:

IV – articular, em conjunto com Poie², o planejamento e o desenvolvimento do trabalho na área de integração, envolvendo os demais professores da unidade³.

Esta pesquisa se debruçará sobre o tema, registrando e analisando documentalmente as ações previstas nos diferentes planos escolares, como o PPP das escolas, algumas práticas dos POSL e demais docentes, além do papel da Coordenação Pedagógica, à luz da portaria e de seus objetivos.

² Professor Orientador de Informática Educativa (Poie).

³ _____ Portaria Municipal nº 7656/15, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a organização dos Laboratórios de Informática Educativa nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. Diário Municipal de São Paulo, 17 de dezembro de 2015.

1.4 Objetivo Geral

Verificar se existe a necessária articulação entre as áreas do conhecimento no Projeto Político-pedagógico, a prática pedagógica (envolvendo a Coordenação Pedagógica, o Poie, POSL e demais docentes), e a ação pedagógica da Sala de Leitura, em conformidade com a Portaria nº 7.655/15.

A proposta desta investigação é colocar luz sobre o sentido estruturante das diretrizes e a capacidade que têm as escolas, dentro de seus planos (diretrizes, leis e portarias), de retratarem programas que transcendem o que o senso comum dita sobre as práticas escolares. Será que um programa que eleva a leitura (projetos dos POSL e a Portaria nº 7655/15) ao patamar de política pedagógica, é reconhecido nos documentos escolares que embasam o planejamento? Tais documentos internos se espelham em diretrizes ou sobrevoam as demandas cotidianas, desconsiderando os registros formais, que poderiam dar organicidade a práticas pedagógicas mais articuladas?

1.5 Objetivos específicos

a) Verificar se as orientações da Portaria nº 7655/15 estão presentes e, em caso positivo, de que forma estão presentes no PPP de quatro escolas selecionadas;

b) levantar, no interior dos PPPs, atividades que sugiram articulações entre os atores: Coordenação Pedagógica, Poie, POSL e demais professores;

c) avaliar, com base em entrevistas com POSL e coordenadores pedagógicos (CP), se existe coerência entre as atividades planejadas para a SL e sua efetiva execução.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Pesquisa qualitativa e etnográfica. O modelo visa investigar, por meio de análise de discurso e análise documental, os signos e significados simbólicos e linguísticos que foram influenciados e determinados pelo contexto socioeconômico, cultural, histórico e contingencial do sujeito de pesquisa acerca de algum tipo de fenômeno. Segundo Fetterman (1989), esse tipo de pesquisa permite analisar o modo de atuação de determinado grupo de pessoas com características semelhantes, pela observação e descrição do que é realizado cotidianamente, da interação e da descrição dos valores, motivações e perspectivas. Com base nisso, os discursos são analisados por categorias sistematizadas de análises prévia e/ou posteriormente criadas, a fim de que seja ampliada a compreensão do fenômeno estudado. Dessa forma, trata-se de uma abordagem qualitativa, que possibilita aprofundamento, detalhamento e ampliação do fenômeno analisado (BARDIN, 1977).

A pesquisa qualitativa do tipo análise documental avalia documentos escritos e produzidos que estejam direta ou indiretamente relacionados ao fenômeno estudado. Essa análise permite compreender o contexto social, econômico e cultural em que os documentos foram produzidos e suas respectivas influências no contexto atual em relação ao fenômeno estudado (BARDIN, 1977).

2.1 Questão norteadora

No âmbito escolar, existe planejamento e articulação entre o PPP, práticas pedagógicas e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como preconizado no Art. 6º, item IV da Portaria nº 7655/15, em relação à Sala de Leitura?

2.2 Local de pesquisa

Foram selecionadas quatro escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental de São Paulo. Todas fazem parte da DRE de Campo Limpo, região do Jardim Ângela. O principal critério de escolha dos locais de pesquisa foi a proximidade entre elas.

2.3 Amostra

A amostra da presente pesquisa foi dividida em duas partes:

- a) documental - análise do conteúdo documental dos PPPs;
- b) sujeitos de pesquisa - coordenadores pedagógicos e POSL.

O PPP é um documento legal que cada escola escreve e valida na DRE todo ano. Deve ser elaborado e revisitado por todos os integrantes da comunidade escolar, sempre que necessário.

A amostra foi composta por coordenadores pedagógicos e POSL das escolas, por estarem eles diretamente relacionados à elaboração, validação e aplicação do documento em ambiente escolar. Os coordenadores são principais integradores da SL e das demais áreas do conhecimento. Já os POSL são professores reconhecidos como habilitados a exercer a função específica para a SL. O critério de escolha dos profissionais baseia-se no conhecimento que precisam ter sobre a concepção, o funcionamento e a prática da SL, de acordo com a Portaria nº 7.655/15.

Outros aspectos que foram objeto de análise referem-se à forma de acesso à Portaria, às práticas de leitura, à integração da SL com as demais áreas do conhecimento, ao incentivo e à formação leitora dos alunos. Assim, os critérios de inclusão e exclusão da amostra foram determinados previamente pela obrigatória presença dos elementos supracitados. Os locais de pesquisa foram escolhidos por conveniência, devido ao vínculo funcional da pesquisadora com a Rede Municipal de Ensino do Município de São Paulo, que, portanto, já conhecia os sujeitos de pesquisa nos locais de pesquisa.

2.4 Procedimentos

Inicialmente foram solicitadas autorizações, em cada uma das escolas, aos respectivos diretores, para a realização da pesquisa (Anexo A). Após anuência e assinatura do documento de autorização, foram lidos e analisados os PPPs.

Essa leitura e análise objetivaram verificar se havia menções sobre a Portaria nº 7.655/15 e se as práticas do responsável pela SL se articulavam com os demais

professores da escola. Com base nisso, foram criadas as seguintes categorias de análise documental:

a) planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas: análise sobre como a escola se articula em relação ao planejamento de suas práticas pedagógicas. A categoria tem por objetivo verificar se a escola contemplou a inclusão escolar, especificidades em relação aos alunos, planejamento de projetos pedagógicos aos alunos e à comunidade escolar;

b) educação: princípios e concepções - análise dos princípios educacionais e das abordagens educacionais (currículo, formação da cidadania e princípios éticos e morais);

c) leitura, Sala de Leitura, suas articulações e práticas: análise sobre como, dentro do PPP, é concebido o ato de ler e a formação do leitor, bem como estratégias de incentivo à leitura dentro do ambiente do escolar. Práticas exercidas dentro da SL (exemplo: discussões) e percepção da articulação com as outras áreas do conhecimento (se favorece ou não a articulação com outras áreas, de acordo com a nº Portaria 7655-15).

Após a leitura e análise dos PPPs, foi iniciada a etapa das entrevistas com os coordenadores pedagógicos e com os POSL. A pesquisadora explicou previamente a finalidade do estudo, a amostra selecionada e os aspectos éticos relacionados à pesquisa. Após a anuência e assinatura da autorização dos entrevistados, foram realizadas as entrevistas nas escolas em que os sujeitos de pesquisa atuam, em local apropriado ao necessário sigilo e privacidade. Todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização dos participantes e transcritas, para posterior análise. A análise das entrevistas foi baseada na Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (1977).

Foram aplicadas 8 entrevistas semiestruturadas, sendo 4 com os coordenadores pedagógicos (modelo disponível no Anexo B) e 4 com os POSL (modelo disponível no Anexo C). As entrevistas com os coordenadores pedagógicos tinham o intuito de verificar o conhecimento e a aplicação da Portaria nº 7.655/15 e

sua relação com o PPP. Também foram verificadas percepções acerca da importância da SL, hábitos de leitura e integração entre professores.

Já as entrevistas semiestruturadas com os POSL tiveram o intuito de analisar a participação do entrevistado na elaboração e aplicação do PPP, assim como as estratégias de articulação com professores de outras áreas do conhecimento, quanto ao planejamento escolar e à aplicação da Portaria 7.655/15 (Anexo D).

A transcrição e análise das entrevistas objetivaram averiguar se havia menções à Portaria nº 7.655/15 e se existia articulação entre o POSL e os demais professores da escola. Com base nesses pressupostos, foram criadas as seguintes categorias de análise:

a) Função da leitura no planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas (a escola - direção, coordenação e docentes - reconhece a função do POSL? Conhece e reconhece a prática pedagógica que a envolve? Há participação sua no planejamento?).

b) Espaço de articulação, linguagens e narrativas (o ambiente e as práticas que envolvem a SL são articulados na vivência escolar? O que significa a integração de áreas de conhecimento? Existe integração entre as áreas de conhecimento?).

c) Acesso, estudos e reconhecimento das legislações pedagógicas (a prática do POSL é reconhecida em portaria pela escola? Tem relevância no ambiente? Como o PPP é articulado no dia a dia da escola?).

2.5 Aspectos Éticos

Autorização do Comitê de Ética para a realização da pesquisa com o número de parecer: 2.626.374. O termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado por todos os participantes entrevistados e as quatro autorizações de pesquisa dentro de cada escola também foram assinadas pelos respectivos diretores.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA

O presente capítulo tratará da revisão bibliográfica efetuada, das pesquisas realizadas sobre a SL no âmbito legal e pedagógico. Ele está dividido em subitens que expressam essa investigação.

3.1 Sala de leitura: breve histórico

A Sala de Leitura⁴, projeto da Prefeitura Municipal de São Paulo, teve seu início no ano de 1972. Foi criado como um programa de leitura por professores da rede, que estavam atentos e preocupados com o baixo desempenho e o desinteresse em comunicação e expressão dos alunos.

Ao longo do tempo, o programa consolidou-se e mostrou uma adesão significativa. Isso impulsionou a criação do Decreto nº 10.541, de 29 de junho de 1973, que instituiu, em caráter permanente, o “Programa Escola-Biblioteca” (PEB). O Programa tinha como proposta fazer uma parceria entre a escola e uma biblioteca infantil pública, com atividade de leitura. A responsabilidade de viabilizar as condições para sua execução caberia à prefeitura.

Depois de quase uma década, o Decreto nº 18.576 de 3 de fevereiro de 1983 instituiu as Salas de Leitura (SL) nas escolas municipais do então chamado 1º grau. A proposta inicial era criar 300 salas de leitura na Rede Municipal de Ensino .

Dessa maneira, o Projeto SL, entendido como objeto, constitui uma inovação, pois proporcionou mudanças na organização da escola, foi detalhadamente planejado e objetivou proporcionar melhoria nas condições de leitura de professores e alunos (MENDES, 2006, p. 217).

O projeto previa a necessidade de um profissional exclusivamente dedicado às Salas de Leitura. Assim, foi criado o cargo de Professor Encarregado de Sala de Leitura (PESL). Antes disso, houve momentos na história da SL em que o responsável era um substituto eventual, ou seja, não mantinha um vínculo efetivo com os alunos e com a rede de ensino; em outros casos, esse responsável poderia

⁴ Prefeitura Municipal de São Paulo. **Sala de Leitura**. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Sala-e-Espaco-de-Leitura>>. Acesso em 15 out.2017.

ser um professor readaptado, aquele que não se encontra apto a exercer a função antes desempenhada.

Isso demonstra que, a partir de 1984, o PESL passa a ser considerado um ator fundamental na organização da escola, isto é, ele passa a ter função central nas atividades a serem desenvolvidas pela SL (Ibidem).

Segundo Mendes (2006), no ano de 1985 o PESL passou a ser considerado integrante da equipe escolar das escolas municipais. Sua atividade de apoio começou a ser entendida como conjunto de ações de complemento curricular. Para exercer a função, deveria passar por eleição no conselho de escola, cuja natureza era deliberativa.

Em 23/03/1990, por meio do Decreto n 28.603, estabeleceu-se novo Regimento Comum das Escolas Municipais, o qual manteve o disposto anteriormente para o PESL como pessoal das atividades de apoio da equipe escolar, e para a SL como atividade complementar àquelas desenvolvidas em sala de aula, cabendo ao PESL a organização e funcionamento da SL segundo diretrizes do órgão competente da SME e do Conselho de Escola e participação na elaboração do Plano Escolar (SILVA, 2012, p 115).

Percebe-se, assim, que tem início uma preocupação com a articulação do trabalho pedagógico do PESL, que agora deve participar também da elaboração do plano escolar, dentro do espaço educativo. Suas atribuições passam a ser vinculadas ao conselho de escola.

O Decreto nº 28.713, aprovado em 25 de maio de 1990, determinou que todas as escolas municipais tivessem estrutura física específica para a instalação das Salas de Leitura, sem prejuízo de outras demandas escolares. Dessa forma, o ambiente de cada SL foi sendo adaptado de acordo com as necessidades do Programa e da realidade singular de cada UE.

A Lei nº 11.229, de 26 de junho de 1992, dispõe sobre o estatuto do magistério público municipal. Na parte em que se refere ao exercício dos cargos, afirma que:

§ 3º - Para escolha de Profissional do Ensino interessado em exercer as atribuições de Orientador de Sala de Leitura e o cargo de Assistente de Diretor serão estabelecidos critérios em regulamento, consideradas a proposta pedagógica e atuação educacional desenvolvida pelos professores.

No mesmo documento, modifica-se a nomenclatura do Professor Encarregado pela Sala de Leitura (PESL) para Professor Orientador de Sala de Leitura (POSL). Não apenas o nome muda, mas também a sua atribuição:

[...] o Profissional designado para as funções de Orientador de Sala de Leitura, será considerado em regência de classe, para todos os efeitos legais e [...] terá sua designação mantida, se aprovado pelo Conselho de Escola anualmente e apresente uma proposta pedagógica destinada a SL.

O art. 29, em seu § 1º, afirma que: “O Profissional designado para as funções de Orientador de Sala de Leitura, será considerado em regência de classe, para todos os efeitos legais”. O caráter orientador do professor da sala de leitura é de extrema importância, pois é por seu intermédio que alunos, professores e comunidade escolar reconhecem o papel social da leitura e da escrita,

[...] por meio da escola a da SL podem-se ver aspectos representativos da sociedade mais ampla e vice-versa. As escolas são as distribuidoras do capital cultural e legitimam categorias e formas de conhecimento. (MENDES, 2006, p. 354).

Cabe destacar que a decisão foi acompanhada pela determinação de haver um POSL responsável para determinados números de classes, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Relação de POSL e salas de aula

Nº DE CLASSES POR ESCOLA	Nº POSL
25 CLASSES	01
26 a 50 CLASSES	02
51 a 75 CLASSES	03
Mais de 76 CLASSES	04

Fonte: Polido, 2012, p. 117.

Entre os anos de 1992 e 1996 houve uma preocupação com a formação dos profissionais que atuavam na SL. Foram feitas formações com foco em trocas de experiências, oficinas literárias, orientações de consulta de acervo e palestras de autores.

Essas formações focalizaram as práticas por meio do contato com outros POSL e autores. Há também a preocupação de trazer outras linguagens

para o desenvolvimento de atividade, bem como um esforço para discutir a orientação para pesquisa, o que está de acordo com a proposta da rede para a SL (SILVA, 2012, p 121).

A aceitação e a permanência dos alunos nas Salas de Leitura foram fatores decisivos nas próximas décadas. Esses fatores determinaram a continuidade do Programa, independentemente das variações políticas sofridas em decorrência de eleições. Assim, muitas gestões distintas na prefeitura criaram condições para que as SL continuassem sendo uma importante fonte de cultura para alunos, professores e até familiares.

Conforme Silva (2012), em termos de legislação relacionada à SL, o Decreto nº 36.969 de 30 de julho de 1997, instituiu a SL nas Escolas Municipais de Educação Infantil (Emei), a fim de atender todas as classes em uma sessão semanal, sob encargo do próprio professor regente, já que não havia a designação de POSL para essas SL. A criação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) ocorreu por meio do Decreto nº 42.832, de 6 de fevereiro de 2003 e determina que:

Centro Educacional Unificado – CEU propiciará à população acesso a bibliotecas, centros culturais e esportivos, integrados aos Centros de Educação Infantil – CEIs, Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs e Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEFs, num complexo único concebido em todas as suas dimensões, desde o projeto arquitetônico até o projeto político-pedagógico, conferindo novo significado ao espaço escolar.

Com a estruturação dos CEUs, a Prefeitura valorizou ainda mais o espaço das SL. Tal valorização está refletida na arquitetura planejada, nos mobiliários (equipamentos, mesas redondas, cadeiras, prateleiras, almofadas, poltronas, arquibancadas) e no tamanho, que corresponde a duas salas de aula.

Posto isto, o Decreto nº 45.654, de 27 de dezembro de 2004, dispôs sobre a criação e a organização de salas, espaços e núcleos de leitura na Rede Municipal de Ensino. Em seu artigo primeiro, determina que:

Art. 1º. Fica autorizada a criação de Sala de Leitura nos Centros de Educação Infantil - CEIs, nas Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs, nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEFs, nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio - EMEFMs, nas Escolas Municipais de Educação Especial - EMEEs e nos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos - CIEJAs, desde que haja condições físicas para sua instalação e não acarrete prejuízos ao atendimento da demanda escolar.

Parágrafo único. As unidades educacionais que não disponham de condições físicas para instalação de Sala de Leitura deverão organizar o Espaço de Leitura, composto de acervo próprio, suficiente para atendimento às necessidades dos educandos, a critério da Diretoria de Orientação Técnica, da Secretaria Municipal de Educação.

É possível perceber que, no decorrer do tempo, a preocupação com o espaço da sala de leitura e a própria função da leitura foi aumentando em grau de importância. O Programa passou a ser visto como uma necessidade para os educandos de todos os segmentos da educação municipal, desde a educação infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Há de se fazer aqui uma distinção entre salas, espaços de leitura e bibliotecas. Enquanto a primeira é prevista em lei, o que a torna obrigatória, os espaços são alternativas dadas por cada escola, de acordo com as suas escolhas didáticas e pedagógicas e com a disponibilidade de infraestrutura. Já as bibliotecas da Rede Municipal de Ensino instaladas nos CEUs têm como objetivo constituir-se como um espaço, físico ou virtual, no qual informações são guardadas, independentemente do suporte (papel, CD, DVD), com acesso a toda população e cuja natureza é de empréstimos e consultas bibliográficas.

Neste sentido, as salas e os espaços de leitura da Rede Municipal de Ensino são de fundamental importância, conforme decreto nº 45.654, de 27 de dezembro de 2004, detalhado nos artigos abaixo:

Art. 3º. As Salas de Leitura são ambientes de produção e recepção de informação e conhecimento, com atividades diversificadas, envolvendo as múltiplas linguagens e favorecendo a memória das tradições e a geração da cultura.

Art. 4º. O Espaço de Leitura é o recanto onde se aloca o conjunto de compêndios, livros, revistas, jornais e outros da espécie, disponibilizando referidos materiais para atendimento dos educandos em sala de aula, possibilitando-lhes oportunidades de apropriação de informações com atividades diversificadas, envolvendo as múltiplas linguagens e favorecendo a memória das tradições e a geração da cultura. (Decreto Nº 45.654/04)

As salas e os espaços de leitura, além da interação propiciada aos alunos, professores e comunidade escolar, têm à disposição um acervo cultural muito significativo. Contudo, a mediação do POSL não é estabelecida para todos os setores, conforme Portaria 7655/15:

Art. 26 - Não serão designados Professores Orientadores de Sala de Leitura para os Centros de Educação Infantil - CEIs, Escolas Municipais

de Educação Infantil - EMEIs e Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – CIEJAs.

Assim, os POSL só serão mediadores na escola em que constar a Sala de Leitura como currículo obrigatório nos ciclos de alfabetização, interdisciplinar e autoral. Nesse caso, as contempladas são apenas as EMEFs; os CEIs, EMEIs e CIEJAs não terão esse profissional mediador de leitura.

Em 2005, a Portaria nº 6.328, de 27 de setembro de 2005, estabeleceu, para o ano de 2006, o Programa Ler e Escrever. Tal Programa, em conjunto com o Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP) – sob o título de “Prova São Paulo” - e com o Programa “São Paulo é uma Escola”, vislumbrava a articulação do processo pedagógico dentro e fora da escola. O eixo central era a leitura, a escrita e o acesso dos alunos aos bens culturais da cidade de São Paulo. A mesma Portaria afirma que:

As ações acima citadas se iniciaram e já estão surtindo efeito. Na medida em que se atinge o objetivo de envolver os gestores no processo de melhoria da qualidade da educação, fortalecer as equipes pedagógicas e, em especial, de conseguir uma maior eficiência no ensino da leitura e da escrita, novas condições se criam e outras demandas se configuram.

A portaria nº 104/2006, de 07 de janeiro de 2006, em seu Art. 13, por sua vez, propunha que o POSL tivesse a atribuição de participar na elaboração do projeto pedagógico da unidade educacional e de elaborar projetos didáticos, em parceria com os regentes das classes e com o Professor Orientador de Informática Educativa (Poie). Em 2014, com a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho, é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE). Dele constam as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional por 10 anos (2014-2024), contendo 20 metas. Sendo uma lei ordinária, os municípios e unidades da federação precisam que seus planos de educação estejam de acordo com o PNE.

Após um ano do PNE, em 2015, a Prefeitura de São Paulo aprovou o Plano Municipal de Educação (PME⁵), tendo também vigência de 10 anos. O PME traça

⁵ SÃO PAULO. Lei nº 16,271, de 17 de setembro de 2015. (Projeto de Lei nº 415/12, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo). Aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo. Disponível em:

igualmente diretrizes, metas e estratégias norteadoras, com destaque para as seguintes diretrizes:

- a) I erradicação do analfabetismo;
- b) VIII - promoção humanística, cultural, científica e tecnológica do Município.

Dentre as metas do PME, a terceira faz referência ao fomento da educação básica com qualidade, em todas as etapas e modalidades. Seu objetivo é melhorar o fluxo escolar e a aprendizagem. Com a finalidade de atender as metas o PME, foram traçadas estratégias pertinentes à leitura e à SL da Rede Municipal de Ensino. Destacam-se, dentre elas:

- a) ampliar o acervo e as atividades de leitura das unidades educacionais da rede, a fim de promover acesso e o prazer da leitura (estratégia 3.9.);
- b) expandir o programa de composição de acervo nas unidades educacionais em obras didáticas, paradidáticas, de literatura, de dicionários, formativas e informativas. Desenvolver programa específico de acesso a bens culturais, a serem disponibilizados para os educadores da rede pública de educação básica, por meio de implementação das ações do Plano Nacional do Livro, Leitura e da Instituição de Programa Nacional, que trata da disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público (Estratégia 3.29).

As estratégias propostas deixam clara a preocupação com o acesso à leitura. Contudo, não apenas o acesso é suficiente para formar novos leitores. É preciso fomentar e estimular o prazer de ler. Para tal, é essencial a expansão do acervo para alunos e educadores, bem como a criação de programas e projetos, como o Plano Nacional do Livro, por exemplo. Em outras palavras, é necessário disponibilizar recursos para que se tenha acesso aos bens culturais e que seja assegurada a sua qualidade.

Também no ano de 2015, por meio da Lei nº 16.333, de 18 de dezembro, foi instituído o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB), do Município de São Paulo, com o objetivo de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura. Junto com as Secretarias de Cultura e de Educação, metas foram estabelecidas. Dentre elas, as citadas no artigo 5:

- a) a democratização do acesso;
- b) o fomento à leitura e à formação de mediadores;
- c) a valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;
- d) o desenvolvimento da economia de livro e da literatura.

Diante do exposto, faz-se necessário pesquisar se esse arcabouço legislativo está em consonância com a realidade das escolas. A fim de aprofundar o estudo, foram selecionadas quatro unidades de ensino. Assim, a presente pesquisa terá como foco a Diretoria Regional do Ensino (DRE) de Campo Limpo, que abrange duas subprefeituras: a de Campo Limpo e a de M Boi Mirim, com maior número de SL e POSL. Campo Limpo atende mais de 129 Emeis, Emefs e CEUs, além de 89.601 mil alunos, conforme é possível verificar nas tabelas seguintes.

Quadro 2 – Alunos atendidos

Subprefeitura	Distrito	EMEI		EMEF	
		Unidades	Alunos	Unidades	Alunos
CAMPO LIMPO	Campo Limpo	10	4.955	17	15.405
	Capão Redondo	13	5.723	21	18.813
	Vila Andrade	3	1.400	6	5.096
	TOTAL	28	12.078	44	39.314
	Jardim Ângela	14	5.851	13	14.787
	São Luís	10	4.931	14	12.640
	TOTAL	24	10.782	27	27.427
GERAL TOTAL		50	22.860	71	66.741

Fonte: Sistema Escola *on-line*, 2014.

Quadro 3 – Unidades com sala ou espaço de leitura (por DRE)

DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO – DRE	EMEI/CEU EMEI (Espaço de Leitura)	EMEF/CEU EMEF/EMEFM (SL)	EMEBS (Sala de Leitura)
BUTANTÃ	12	33	-
CAMPO LIMPO	15	71	-
CAPELA DO SOCORRO	11	36	-
FREGUESIA/BRASILÂNDIA	5	38	1
GUAIANASES	3	36	-
IPIRANGA	8	37	1
ITAQUERA	14	30	-
JAÇANÃ/TREMEMBÉ	6	39	1
PENHA	8	39	1
PIRITUBA/JARAGUÁ	4	61	1
SANTO AMARO	13	36	1
SÃO MATEUS	9	53	-
SÃO MIGUEL	16	50	-
	124	559	6
TOTAL DE SALAS DE LEITURA NA REDE			565

Fonte: SME – Ciedu/Censo (abril/2017)⁶.

Segundo a Prefeitura de São Paulo⁷, atualmente, as Salas de Leitura desenvolvem a mediação da leitura, ou seja, a literatura é o eixo articulador do trabalho pedagógico. Assim, é a leitura que abre o diálogo com as disciplinas e com outras manifestações artísticas, ou seja, o espaço a ela destinado constitui-se como um espaço de integração das diferentes áreas do conhecimento, por meio da dinamização do acervo e de ações articuladas com outros programas, projetos e núcleos, como a Academia Estudantil de Letras (AEL) e o Núcleo de Educação Étnico-Racial (Neer).

No ano de 2017 o Programa Sala de leitura comemorou 45 anos de existência. Sua trajetória foi homenageada com uma publicação da SME⁸, que reuniu depoimentos, relatos de práticas, poemas e a cronologia desse espaço com potencial enriquecedor e reflexivo, que pode favorecer mudanças sociais e culturais.

Em tese, portanto, a SL é tratada como um sucesso pela Prefeitura, conforme é possível notar na referida publicação. O presente estudo pretende averiguar se tal situação está consolidada nas práticas pedagógicas das quatro escolas selecionadas para a pesquisa. Além de verificar se essa consolidação existe em

⁶ Prefeitura Municipal de São Paulo. **Números de salas e espaços de leitura na rede (2018)**. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Numeros-das-Salas-e-Espacos-de-Leitura-na-Rede>>. Acesso em: 07 nov.2017.

⁷ Prefeitura Municipal de São Paulo. **Trajetoira histórica do Programa Sala e Espaço de Leitura**. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Trajetoira-Historica>>. Acesso em: 23 out.2017.

⁸ Prefeitura Municipal de São Paulo. **45 anos: Sala e espaço de leitura**. São Paulo: SME, 2017. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/45575.pdf>>. Acesso em: 21 jun.2018.

todo espaço escolar, também será verificado se há sinais da eficácia das propostas manifestas no cotidiano da sala de leitura ou se, na visão dos entrevistados, a prática não revela o que foi proposto na teoria.

3.2 O que é ler e a importância da leitura na escola

Segundo dicionário *on-line*⁹, ler é “Decifrar o conteúdo escrito de algo por saber reunir as letras, os sinais gráficos”. Com base nessa informação, pode-se inferir que a leitura implica em decodificação das letras, em compreender o significado das sílabas e dos sons que emitem, além de saber interpretar cada sinal gráfico. Portanto, a leitura é complexa e exige do leitor concentração, abstração e envolvimento com as palavras lidas, para que sejam capazes de criar significados e contextos. Entretanto, tal concepção nasce de uma perspectiva mecânica da leitura. Novos estudos na área de educação trazem um significado mais amplo para o conceito de leitura, como ocorre quando a abordagem é de letramento.

Solé (1998) defende a concepção de leitura como processo de interação entre o texto, que possui uma determinada forma (superestrutura), e o leitor, que, por seu lado, possui expectativas, conhecimentos, experiências prévias e habilidades de decodificação. O ato de ler é sempre determinado por um objeto específico, por uma finalidade de que depende a sua interpretação. Assim, “[...] a leitura é um processo de interação entre leitor e o texto.” (SOLÉ, 1998, p. 22) Ela exige a presença de um leitor ativo que, permanecendo em contato com o texto, saiba recorrer às próprias ideias. Desse modo, a leitura pode ser compreendida como um processo contínuo e ininterrupto.

Em seus estudos, Solé (1998) também afirma que o processo de leitura é interativo. Isso significa que exige do leitor as habilidades de decodificação (processo ascendente) por meio das quais a informação chega a níveis cada vez mais elevados. Também é um processo que requer capacidade de usar o conhecimento prévio do leitor, ainda que não necessariamente compreenda todos os componentes do texto, ou seja, como o texto é processado para a sua verificação (processo descendente). A autora salienta que todo o tipo de leitura leva à criação

⁹ Dicionário *on line* de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 06 nov.2017.

de hipóteses e previsões e, por isso, pode ser considerada um processo constante de elaboração que leva à construção de uma interpretação.

Freire (2003) também aponta a leitura de um texto como uma composição entre o leitor e o autor. O leitor é convidado, sem “trair” o autor, a reescrever o texto, o que exige interpretação e é impossível sem que haja uma compreensão crítica do texto lido. Essa compreensão ultrapassa o texto, pois deve-se, junto com a leitura da palavra, fazer “a leitura do mundo”, “leitura do texto” e “leitura do contexto”.

Assim, o ato de ler é um processo sistemático no qual cada passo é caracterizado por esquemas conceituais específicos. Nenhum desses esquemas pode ser considerado mera reprodução de informações fornecidas pelo meio, pois sua criação resulta da interação entre sujeitos. Para que aconteça uma leitura significativa, o leitor precisa compreender a natureza do sistema escrito.

Soares (2016) destaca que ler e escrever são sistemas de representações bastante abstratos. Tratam-se de representações dos sons da fala em grafias, em riscos ou traços. O aluno precisa descobrir esse sistema com a ajuda do professor. Quanto mais entender esse processo e seus fundamentos teóricos (psicológicos, fonológicos, linguísticos e sociolinguísticos), maiores as chances do educador estar capacitado a ajudar seus alunos.

Perrotti (2013) afirma que ser leitor no Brasil não é fácil; a leitura não é um hábito que se adquire, como escovar os dentes ou tomar banho. O sujeito precisa enfrentar as letras, pois a leitura se sustenta no ato de compreender para então se transformar no deleite, na leitura de fruição. A leitura se inscreve dentro da cultura da escrita e será mais rica se houver interlocução entre os sujeitos leitores, daí a extrema importância de iniciativas como a Sala de Leitura.

A noção de leitura como atitude insubstituível e imprescindível tanto ao crescimento individual como ao social acompanha a quase totalidade dos textos que compõem o conjunto em pauta (PERROTTI, 1990 p. 16).

No Brasil, enfrenta-se um quadro adverso no que se refere ao ato de ler, especialmente pela falta de interlocutores para a troca de ideias. Também é necessário ressaltar a falta de preparo dos profissionais para lidarem com as práticas de leitura e inseri-las nos planos pedagógicos.

O resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014 mostrou um quadro desolador no que se refere à escrita no Brasil: mais de meio milhão de

estudantes zeraram em redação. Exatamente 529.374¹⁰ pessoas tiraram nota zero, contra apenas 250 que tiraram a nota máxima, entre os quase 6,2 milhões de alunos que fizeram a prova.

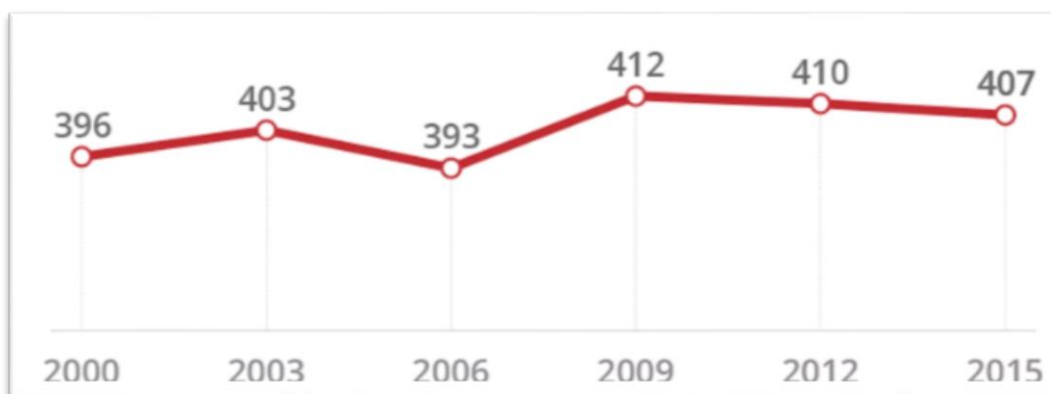
Já a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou que o desempenho dos alunos brasileiros em leitura no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) em 2012¹¹ piorou em relação a 2009. O País somou 410 pontos em leitura, dois a menos do que sua pontuação na avaliação anterior. Isso deixou o Brasil na 55ª posição do *ranking* de leitura, abaixo de países como Chile, Uruguai, Romênia e Tailândia. Em 2015, a posição em leitura caiu para ainda mais: 407 pontos, colocando o País em 59º lugar. No cômputo geral, entre os 76 países avaliados, o Brasil ocupa a 60ª posição. O exame, realizado a cada 3 anos, revela uma necessidade premente de mudanças. Ambos os resultados, mostram a relação já conhecida entre produção textual e leitura.

Tabela 1 - A evolução do Brasil no Pisa – leitura

BRASIL	2000	2003	2006	2009	2012	2015
Leitura	396	403	393	412	410	407

Fonte: OCDE, 2016

Gráfico 1 - A evolução do Brasil no Pisa – leitura



Fonte: OCDE, 2016

¹⁰ Fonte: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/01/529-mil-alunos-obtiveram-nota-zero-na-redacao-do-enem-2014-diz-mec.html>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

¹¹ Fonte: Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Também disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/12/03/pisa-desempenho-do-brasil-piora-em-leitura-e-empaca-em-ciencias.htm>>. Acesso em 08 nov. 2017.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil¹², realizada em 2011 e divulgada em 2012, mostra que assistir à telenovela, escutar música, dormir, encontrar os familiares, assistir a um filme ou sair com os amigos estão à frente da necessidade de ler, entendendo-se que ler não se refere apenas à leitura de livros, mas de jornais, revistas, livros ou textos na internet. Realizada pela Fundação Pró-Livro e pelo instituto Ibope Inteligência a cada quatro anos, a pesquisa revela que 24% dos entrevistados cultivam o hábito de ler durante o tempo livre, um decréscimo em relação à pesquisa anterior, quando o índice era de 36%.

Os dados também mostram que o brasileiro lê, em média, 1,85 livro por trimestre, número também menor que a média registrada anteriormente, que foi de 2,4 livros a cada três meses. A pesquisa revelou, ainda, a queda de leitores no País: de 95,6 milhões para 88,2 milhões, uma queda de 9,1%.

A mesma pesquisa, em sua 4ª edição (2015, divulgada em 2016¹³), mostra que houve uma pequena evolução no Brasil. Enquanto em 2011 os leitores eram 50% da população, em 2015 representam 56%, o que significa que 44% da população brasileira não lê. O índice de leitura, contudo, ainda é baixo: 4,96 livros por ano (a média anterior era de 4 livros por ano), sendo 0,94 indicados pela escola e 2,88 lidos espontaneamente. Do total de livros lidos, os leitores conseguiram terminar 2,43 e 2,53 foram lidos em partes. É importante ressaltar que 30% dos brasileiros jamais compraram um livro.

Para efeito de comparação, a média dos níveis de leitura dos países europeus é de oito livros por ano. A presidente do instituto, Karine Pansa, afirma que, se os professores incentivam a leitura, os alunos são influenciados positivamente e passam a cultivar o hábito.

A falta de leitura não se constitui como um fator isolado no ensino brasileiro e suas consequências se enraízam em campos muito além da leitura em si.

Sabe-se que essa carência determina outras: a não assimilação da norma linguística impede o entendimento dos textos; o desinteresse pela matéria escrita dificulta a continuidade do processo de leitura e, portanto, a aquisição do saber; a dificuldade na expressão oral impossibilita a expressão do lido e a verbalização das próprias necessidades que

¹² Fonte: Fundação Pró-Livro e Ibope Inteligência. Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/entretenimento/pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil-mostra-que-livros- ficam-em-segundo-plano/>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

¹³ Instituto Pró-Livro. **Pesquisa Retratos do Brasil**, 2016. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf>. Acesso em 10 dez.2017.

comprometem a atuação do aluno dentro e fora da escola. (PIRES; PIVETA, 2008).

Mas o que afasta os alunos da leitura?

Do alto de sua experiência de professor, Daniel Pennac investiga as chaves para o mundo da leitura. Para Pennac, a partir do momento em que o livro é dever e deixa de ser 'vivo' – a narração ao pé da cama, na infância, na hora de dormir –, tudo contribui para afastar a criança e o jovem da tarefa: a espessura intransponível das páginas, a falta de diálogos do texto, a distância cronológica das personagens. (PIRES; PIVETA, 2008).

O próprio Pennac propõe reflexões importantes: “E se em vez de exigir a leitura, o professor decidisse de repente partilhar sua própria felicidade de ler? O que é isso, felicidade de ler? Questões que pressupõem um bem conhecido cair em si mesmo, na verdade!” (PENNAC, 1998, p. 80). Esse aspecto é fundamental para o resgate do contato prazeroso com o texto, para o desfrute do texto em si.

Os dados expõem uma situação na qual os estudantes perderam – e talvez nunca chegaram a ter – esse vínculo com o texto, que se torna apenas uma obrigação maçante a ser cumprida. Em geral, essa obrigação é seguida de outra atividade, igualmente maçante. O Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) preconiza que as práticas de leitura para crianças têm grande valor em si mesmas e que atividades subsequentes só devem ser realizadas num contexto específico de um projeto mais amplo, pois, caso contrário, podem passar uma ideia distorcida do ato de ler ou de escutar, no caso de crianças que ainda não sabem ler. Essa escuta já é uma forma de leitura.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam que a leitura tem uma função de extrema importância no ensino-aprendizagem dos alunos, uma vez que é com base no desenvolvimento da sua competência leitora que estudantes poderão tornar-se proficientes em todas as áreas do conhecimento. Essa competência será construída pelas práticas de leitura presentes dentro da sala de aula, com a finalidade de formar leitores e produtores de textos aptos para o manejo claro e definido de diversos gêneros textuais.

Assim, parece urgente resgatar o contato do texto – e não apenas o texto como informação, mas como objeto de arte. O convívio com o belo se dá na intimidade descoberta com o hábito, com a prática da leitura no cotidiano. Dessa

intimidade nasce o desejo de ir além, de aprofundamento, de descobrir novas leituras, com graus de dificuldades diferentes.

“Entende-se que a linguagem da criança em idade escolar está mais próxima da arte do que da ciência” (PIRES; PIVETA, 2008); pode-se dizer, segundo AGUIAR (2001), que a criança é uma fabuladora de mitos, o que permite compreender a facilidade para dialogar com o mundo da literatura, um diálogo real e sem culpas com a leitura como forma de arte, como expressão artística. É no texto literário que se dá o início da compreensão do mundo, dos valores e da própria concepção estética; é, ainda, o contato com o texto literário que pode alçar os leitores à condição de produtores de textos, sejam eles objetos de arte complexos ou apenas canais de expressão. Afinal, arte, na definição de BOSI (1998), é construção, conhecimento e expressão.

Nesse sentido, a leitura literária é também uma descoberta da identidade e da realidade e sua interação com a realidade. BETTELHEIM (1980) define a literatura, em especial a infantil e a infanto-juvenil, como aquela que, enquanto diverte, oferece ao leitor esclarecimentos sobre ele mesmo, o que promove o desenvolvimento da sua personalidade por meio do lúdico, da leitura como fonte de prazer.

GARDNER (1994), com base na psicologia cognitiva e na psicologia do desenvolvimento humano, define o que ele denomina como inteligências humanas: linguística, musical, lógico-matemática, espacial, corporal-cinestésica e inteligências pessoais. No que se refere à inteligência linguística, o autor cita a linguagem como sendo capaz de estimular, persuadir, encantar, confirmar e transmitir informações. Isso significa que a leitura não favorece apenas uma área restrita, como a Língua Portuguesa, mas vai além, estendendo seus benefícios para todas as áreas do conhecimento, como preconizam os PCN.

Cabe à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade. (PCN, 1997, p. 30)

Assim, é tarefa fundamental dos educadores reconhecer, aperfeiçoar e ampliar o repertório e a capacidade linguística e estética de crianças e jovens. A

seleção de obras deve, portanto, levar em conta seu caráter artístico, emancipatório, bem como sua capacidade de ampliar horizontes e gerar novos conhecimentos.

Considerando o exposto, é muito importante a Sala de Leitura trazer a literatura como uma atividade artística de prazer, na qual se estabelece uma relação dialógica entre leitor e texto. Para KLEIMAN (2001), ler não é uma atitude passiva e, portanto, não pode ser reduzida à decodificação gráfica, pois pressupõe uma reconstrução de sentidos. Tampouco é um ato solitário, uma vez que envolve o diálogo com o interlocutor, o que pode se dar com diversos escritores, quando cruzamos um texto com outro. Dessa forma, leitura e escrita são processos colados e complementares, que precisam ser estimulados de forma a gerar leitores e produtores de textos.

Para tal, é preciso criar um ambiente favorável à leitura, à reflexão, à análise crítica e, finalmente, à produção textual. Esse ambiente deve considerar não apenas a quantidade de livros disponíveis, mas sua qualidade e a variedade de gêneros e estilos textuais que favoreçam a vinculação entre o lido e o vivido; sobretudo, deve romper com a ideia utilitária, para resgatar a função estético-formativa dos leitores. Ao rompermos com a função utilitária, pretendemos também resgatar os universos particulares das crianças e dos jovens em si, não como miniaturas mal construídas do mundo adulto.

Por fim, como afirma KLEIMAN (2001), a palavra é patrimônio da cultura letrada; é preciso garantir aos cidadãos a participação nessa sociedade letrada. O acesso aos bens culturais e à sua produção é essencial ao exercício mais pleno e consciente da cidadania e vem ao encontro da busca pela democratização da cultura, da disseminação da literatura brasileira e, sobretudo, do empoderamento de crianças e jovens como produtores culturais. Como afirma FREIRE (1997), a leitura é uma habilidade humana que precede a escrita – só pode ser escrito o mundo que foi anteriormente.

Se o meio não é favorável, a escola deve oferecer aos alunos o acesso ao mundo da leitura. O projeto Sala de Leitura se inscreve exatamente nessa perspectiva. A leitura, o empréstimo de livros, revistas, jornais e os momentos de interação envolvendo leitores, com roda de conversa, a leitura coletiva e o cantinho da leitura, fomenta a criação de um cenário que abriga o ato de ler no cotidiano. A escola, por meio de seu PPP e em conjunto com a gestão, coordenação,

professores e funcionários, deve investir na leitura, proporcionando aos alunos e à comunidade escolar o acesso e o incentivo ao hábito de ler.

Cabe, portanto, à escola, em meio a tantas mudanças tecnológicas e sociais, estimular a leitura e melhorar as estratégias, principalmente de compreensão, ou seja, ativar o conhecimento prévio relevante, estabelecer os objetivos da leitura, esclarecer dúvidas, prever inferências, resumir, sintetizar etc, tornando a leitura um verdadeiro meio de aprendizagem. Ao dominar a leitura, o aluno será capaz de adquirir conhecimentos, desenvolver raciocínios, participar ativamente na vida social, alargar a visão do mundo, do outro e de si mesmo.

No subitem seguinte, será trabalhado o PPP, desde sua concepção primeira, seus objetivos e estrutura.

3.3 Projeto Político-Pedagógico (PPP)

O termo projeto é originário do latim, *projectu*. Trata-se do particípio passado do verbo *projicere*, “lançar para diante”. Significa plano, intento, desígnio (VEIGA, 2000). Assim, na palavra “projeto” está contida a ideia de futuro, cujo ponto de partida é o presente.

Essa é a razão pela qual o PPP deve não apenas contemplar a escola real, da forma como está constituída, mas também sinalizar caminhos para a escola que se deseja construir no futuro. Vázquez (1977) apontava para a necessidade de articulação, planejamento e sistematização para que o PPP se revertisse em *práxis*.

A teoria em si [...] não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação: tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (VAZQUEZ, 1977, p. 207).

Segundo o Ministério da Educação (MEC¹⁴):

¹⁴ BRASIL. Projeto Político-Pedagógico (PPP): dimensões conceituais. Brasília, MEC, s/d. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/dimensoesconceituais.pdf>. Acesso em: 21 nov.2017.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve se constituir na referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa da escola. Por isso, sua elaboração requer, para ser expressão viva de um projeto coletivo, a participação de todos aqueles que compõem a comunidade escolar.

Nesse sentido, não se constrói um projeto sem uma direção política, o que significa que todo projeto pedagógico da escola é também político. O Ministério da Educação entende que:

Compreender o caráter político e pedagógico do PPP nos leva a considerar dois outros aspectos: 1) a função social da educação e da escola em uma sociedade cada vez mais excludente, compreendendo que a educação, como campo de mediações sociais, define-se sempre por seu caráter intencional e político. Pode, assim, contraditoriamente, tanto reforçar, manter, reproduzir formas de dominação e de exclusão como constituir-se em espaço emancipatório, de construção de um novo projeto social, que atenda as necessidades da grande maioria da população; 2) a necessária organicidade entre o PPP e os anseios da comunidade escolar, implicando a efetiva participação de todos em todos os seus momentos (elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação). Dessa perspectiva, o projeto se expressa como uma totalidade (presente-futuro), englobando todas as dimensões da vida escolar; não se reduz a uma somatória de planos ou de sugestões, não é transposição ou cópia de projetos elaborados em outras realidades escolares; não é documento “esquecido em gavetas” (Ibidem).

Saviani (1983, p. 93) destaca que a “dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”. Portanto, a ação pedagógica é a responsável por práticas sociais emancipatórias e pela formação de sujeitos sociais críticos, solidários, comprometidos, criativos e participativos. Trata-se de um processo dialético entre o político e o pedagógico. Assim:

O projeto pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 2008, p 13).

Assim, pode-se inferir que o PPP é a direção, o caminho para construção de uma escola capaz de assegurar a democracia e a participação de todos envolvidos, tendo por base o compromisso pedagógico e as relações humanas. Sua

importância, portanto, transcende os muros da escola, pois seu impacto é sentido pela sociedade como um todo.

Na presente pesquisa foram selecionados, para fins de análise, os PPPs de quatro escolas, dada a importância e o reconhecimento que as próprias unidades de ensino dão ao seu projeto, elemento intrínseco da constituição de sua identidade. É nele, ainda, que o caráter político, amplo e humanizador são retratados, além da valorização da vida institucional da escola.

O presente estudo tem a intenção de comparar os projetos das escolas selecionadas e refletir sobre seus aspectos convergentes e divergentes à luz do programa da Sala de Leitura. Também pretende avançar, realizando pesquisa de campo que possa demonstrar se, quando contemplada a Sala de Leitura nos PPPs, elas são efetivas na prática e qual o seu papel no ambiente escolar e na formação dos alunos.

3.4 Histórico do PPP na Rede Municipal de Ensino de São Paulo

Ao iniciar essa parte do estudo, é preciso compreender alguns aspectos da história e da legislação nacional no âmbito da educação. Merece destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961. Ela foi discutida durante treze anos no Congresso Nacional, ao contrário de todas as anteriores, impostas pelo poder executivo. À época, desenvolveu-se intenso debate nacional sobre a ampliação do acesso à escola pública e gratuita. Houve ampla difusão de campanhas e movimentos de educação popular, especialmente na EJA, que contou com o protagonismo do educador Paulo Freire (1921 – 1997).

No ano de 1971, a Lei nº 5.692, das Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Grau, é aprovada. Em seu artigo 2º, parágrafo único¹⁵, afirma que:

A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento do ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

¹⁵ _____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 dez.2017.

Segundo Saviani (2013, p. 365), o regimento escolar é estabelecido em conformidade com uma visão um tanto produtivista e conservadora:

Com a aprovação da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, buscou-se estender essa tendência produtivista a todas as escolas do país, por meio da pedagogia tecnicista, convertida em pedagogia oficial. Já a partir da segunda metade dos anos 1970, adentrando pelos anos 1980, essa orientação esteve na mira das tendências críticas, mas manteve-se como referência da política educacional.

Naquele contexto histórico¹⁶, o País não podia ter uma visão emancipatória e política para elaboração de um projeto de escola. Assim, o documento foi estabelecido apenas como regimento, um conjunto de regras e deveres a serem cumpridos pelos gestores, professores e alunos. Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, é importante destacar que:

[...] a LDB vigente na época (Lei nº 5.692/1971) facultava às escolas a elaboração de regimento próprio, se um único não fosse adotado pelo sistema e, em 1975, a SME edita a portaria de regimento único das escolas; por outro lado, a mesma portaria estabelece a obrigatoriedade de elaboração do chamado plano escolar por cada unidade (SILVA, 2016, p. 63).

Assim, o plano escolar nacional é instalado no universo da Rede Municipal de Ensino. Ele não é voltado à realidade e às necessidades dos alunos e da comunidade, mas atende apenas à definição das estratégias definidas pela legislação.

O salto para a democracia não foi dado de um dia para outro. A ditadura militar durou 21 anos. Na construção do processo democrático, foi de fundamental importância a Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã. Em vigor até os dias de hoje, cabe destacar que, na educação, houve mudança significativa, conforme aponta seu Artigo 206.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

¹⁶ O referido contexto era o da Ditadura Militar (1 de abril de 1964 a 15 de março de 1985),

- V - valorização dos profissionais 'da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

A Constituição assegurou que as estratégias de ensino, os planos e os objetivos que conduzem a concepção pedagógica podem ser construídos respeitando o contexto escolar em que se inserem. Isso significa que as ideias dos professores, gestores e comunidade, bem como as necessidades reais dos alunos ganham espaço, prevalecendo o respeito aos diferentes pontos de vista.

Com a promulgação da Lei Orgânica do Município de São Paulo (1990), “Fica o Município obrigado a definir a proposta educacional, respeitando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e legislação aplicável” (Art. 202, 1990). Em 1994:

[...] a SME cria uma nova denominação: a espinha dorsal da escola passa a ser o Referencial Analítico da Realidade Local (RARL), sendo que a expressão plano escolar finalmente deixa de ser utilizada. O plano escolar foi assim a forma mais longa de eixo central da atividade educativa nas escolas municipais, perdurando por 18 anos (1975-1993) [...]. (SILVA, 2016, p. 66)

O nome do plano escolar é mudado para Referencial Analítico da Realidade Local (RARL) e se propunha a entender a realidade da escola e a consolidar ações com planos e atuações estratégicas. De acordo com SILVA (2016, p. 66) o RARL permaneceu de 1994 a 1996, pois em 1996, foi estabelecida a nova LDB (Lei Federal nº 9.394/1996).

A LDB de 1996 trouxe para escola a autonomia para elaboração e execução da sua proposta pedagógica, contando com a colaboração dos profissionais da educação e com os Conselhos de Escola, conforme descrito nos artigos 12, 13 e 14:

- Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Art. 14. I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Assim de acordo com Monfredini e Russo (2003), a Diretoria de Orientação Técnica (DOT) da Secretaria Municipal de Educação (SME) realizou uma série de reuniões com supervisores, diretores e coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino no ano 1997. Essas reuniões culminaram na orientação da construção do projeto pedagógico com essa terminologia, ou seja, não houve alteração para o mais conhecido termo projeto político-pedagógico.

No âmbito federal, surgem, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como instrumento de apoio às questões pedagógicas das escolas. Os PCN favorecem a discussão, a elaboração, o planejamento, a reflexão e a análise das aulas, do material didático e da própria prática educativa. Ao citar o projeto pedagógico, utiliza a nomenclatura projeto educacional:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores. A forma mais eficaz de elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais envolve o debate em grupo e no local de trabalho (MEC, 1997, p.01).

Na cidade de São Paulo, houve, por conseguinte, a continuação do termo projeto pedagógico, durante os governos Celso Pitta (1997-2000), José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2006-2012). Entre 2001 e 2004, no governo de Marta Suplicy e entre 2013 e 2016, na gestão de Fernando Haddad, o termo utilizado passou Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Como determinado na portaria 4.995/01, o PPP, no governo de Marta Suplicy, ganha uma nova roupagem, um significado mais articulado, como política pública, no que se refere à formação de educadores. A portaria afirma que:

O Projeto Político-Pedagógico como construção em processo, que se constitui por meio da participação de toda a Comunidade Educativa, expressando a articulação dos segmentos que compõem ativamente o cotidiano escolar;
- a Proposta de Formação Permanente dos Educadores da Rede Municipal de Ensino que organiza a atuação dos Grupos de Acompanhamento da Ação Educativa - GAAs em Unidades – Pólo.

Nota-se um caráter formativo nesses anos na Rede Municipal de Ensino, com a preocupação de elaborar o PPP de maneira participativa e com formação científica

e pedagógica dos educadores. Anexo à portaria 4.995/2001, destaca-se no trecho a concepção de PPP:

O Projeto Político Pedagógico, ao reafirmar a integração da dimensão política e pedagógica, se constitui numa ação intencional, com sentido explícito e um compromisso assumido coletivamente sobre a organização do trabalho educativo na escola. A opção política, do Projeto Político Pedagógico, é a de uma educação voltada para a inclusão de todos integrantes da escola pública municipal no movimento de transformação da realidade, no posicionamento crítico frente a ordem social estabelecida e na participação cidadã dos diversos sujeitos.

O registro do PPP é exigido com algumas especificidades, antes não utilizadas. Num primeiro momento, os educadores devem definir sua concepção de ser humano, sociedade e educação; no segundo, rever a realização do PPP como retomada reflexiva e crítica para propor novos caminhos; no terceiro, reavaliar, nos encontros, os objetivos e, se necessário, redimensionar o PPP. Nesse contexto, o PPP necessita ser documentado por meio de textos, fotos e vídeo, por exemplo, para permitir a todos a visualização do processo construtivo como realmente acontece no dia a dia.

Em 2005, no governo de José Serra, seguido por Gilberto Kassab, até 2012, o nome Projeto Pedagógico (PP) é retomado. De acordo com o artigo primeiro e artigo 30 da Portaria 7.172/2005:

Artigo 1 - As Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino deverão elaborar seu Projeto Pedagógico ou revê-lo com a participação da comunidade educativa, de acordo com o disposto nos Programas "São Paulo é uma Escola" e "Ler e Escrever - prioridade na Escola Municipal", bem como com os princípios democráticos estabelecidos na legislação e diretrizes em vigor.

Artigo 30 - Compete ao Supervisor Escolar orientar na elaboração do Projeto Pedagógico, acompanhar a sua execução e avaliação, assegurando o fiel cumprimento dos dispositivos estabelecidos nesta Portaria.

O Projeto Pedagógico deve ser um documento elaborado ou refeito com a participação da comunidade educativa e tem, no supervisor escolar, a figura do orientador dessa elaboração. Em 2010 o Conselho Nacional de Educação, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCN) e diz:

Art. 2º II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

Art. 9º III - foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes;

Art. 10º II - à relevância de um projeto político-pedagógico concebido e assumido colegiadamente pela comunidade educacional, respeitadas as múltiplas diversidades e a pluralidade cultural.

As DCN dedicam exclusivamente um capítulo a explicar a execução do PPP e do regimento escolar. Assim, no art. 43 discorre que o PPP é um documento educacional que viabiliza a escola democrática para todos e de qualidade social. Cabe à escola articular a formulação do PPP com os planos nacional, estadual ou municipal de educação, avaliando seu contexto local, político e pedagógico, além de construí-lo coletivamente com atores ativos, alunos, pais, professores, funcionários e comunidade escolar.

Na gestão do prefeito Fernando Haddad, de 2013 a 2016, foi criada a Portaria nº 5.930/13, na qual o nome PPP retorna. Considerando o programa de metas de seu governo afirma que:

Art. 2º - O Programa “Mais Educação São Paulo” terá como finalidades principais:

VII – incentivo à autonomia e valorização das ações previstas nos Projetos Político-Pedagógicos das Unidades Educacionais.

Art. 35 – A Gestão das Unidades Educacional deverá estar pautada no fortalecimento da sua própria autonomia com maior descentralização dos recursos financeiros, técnicos e administrativos. § 1º - O Projeto Político-Pedagógico deverá assumir papel articulador da gestão cotidiana das Unidades Educacionais, bem como de valorização da equipe escolar por meio da efetiva mobilização do potencial dos educadores e ampliação de suas áreas de atuação.

Portanto, a escola tem autonomia de desenvolver projetos e atividades curriculares, desde que apontados e justificados dentro do seu PPP. Isso deve ser feito com a devida articulação e valorização da equipe escolar.

No ano de 2017, João Dória assumiu a Prefeitura de São Paulo. O documento “Encontro com as equipes gestoras” (2017, p. 10), afirma que:

Neste momento, a equipe gestora, a partir do processo educativo, das reflexões realizadas no ano anterior e dos documentos/materiais da SME, retomará o Projeto Político-Pedagógico para que seja alinhado com as concepções, os princípios, as práticas pedagógicas e as intenções estabelecidas na Unidade Educacional.

Nota-se que o nome PPP continuou na gestão de João Dória, bem como a preocupação com o registro e, em tese, com o alinhamento entre princípios e práticas pedagógicas de cada unidade escolar. No decorrer do referido documento, em sua página 11, surge a questão sobre a consonância do PPP com o percurso da trajetória da unidade educacional que diz:

O Projeto Político-Pedagógico precisa ser delineado com intenções e princípios que sejam comuns primeiramente àqueles que irão direcionar a implementação das ações e, assim, necessitam ser compartilhados por todos os envolvidos na comunidade educativa.

Pode-se inferir que o PPP necessita de ações conjuntas de todos agentes escolares. Deve contemplar não apenas o espaço da escola, mas abranger o contexto social no qual ela se insere. Quanto à SL, o PPP deve ter um espaço para florescer, observando os critérios de respeito à diversidade, à realidade local e ao diálogo entre as áreas do conhecimento.

É notável que, tanto o Brasil como um todo, quanto as unidades federativas e os municípios não tenham ações de continuidade. Neste sentido, chama a atenção o tempo em que a SL sobrevive às inúmeras gestões, de partidos diferentes.

Um breve olhar para as administrações da cidade de São Paulo desde 1975 até 2017 pode ilustrar a evolução dos planos e projetos da escola pública municipal no período. O quadro é ainda mais revelador quando comparados esses planos e projetos relacionados a determinados partidos, considerados mais ou menos conservadores.

Também é preciso observar como se deu a evolução jurídica (ou base legal) no que se refere à educação no município. Há de ser ressaltado o período referente à ditadura militar (1964 a 1985); nesse caso, embora não seja o objetivo do presente estudo aprofundar o assunto, é importante citar que a educação foi amplamente instrumentalizada por forças obscuras que tomaram o País até a abertura democrática, iniciada em 1985, com a eleição de Tancredo Neves, o primeiro presidente civil pós-ditadura.

O quadro seguinte ilustra os planos e projetos educacionais implantados no período supracitado, elencando os prefeitos e os secretários de educação, bem como seus respectivos partidos políticos, do município de São Paulo.

Quadro 4 - Histórico dos planos e projetos escolares nos governos municipais na cidade de São Paulo (1975-2017)

Prefeito	Partido	Secretário de Educação	Período	PE	RARL	PP	PPP	Base legal
Olavo Setúbal	ARENA	Hilário Toloni	1975- 1979	X				SME estabelece PE pela primeira vez (Portaria nº 5.697/1975)
Reinaldo de Barros	ARENA/ PDS	Jair de Moraes Neves	1979-1982	X				SME mantém o PE (Comunicado nº 92.003/1980)
Antônio Salim Curiati	ARENA/ PDS	Jair de Moraes Neves	1982-1983	X				SME mantém o PE
Mário Covas	PMDB	Guimar Namo de Mello	1983 -1985	X				SME-SP edita portaria anual de organização das escolas pela primeira vez (Portaria nº 553/1984), mantendo o PE
Jânio Quadros	PTB	Paulo Zingg	1986-1988	X				SME mantém o PE
Luiza Erundina	PT	Paulo Freire/ Mário Sergio Cortella	1989 -1992	X		X		SME mantém o PE, mas institui pela primeira vez o PP (Portaria nº 3.609/1989)
Paulo Maluf	PDS	Sólon Borges dos Reis	1993 -1996		X			SME cria o RARL (Portaria nº 5.741/1994)
Celso Pitta	PPB	Régis de Oliveira	1997 -2000			X		SME estabelece PP anual (Portaria nº 3.832/1998)
Marta Suplicy	PT	Fernando J. de Almeida/ Maria Ap.Perez	2001- 2004				X	SME institui PPP pela primeira vez (Portaria nº 4.995/2001)
José Serra	PSDB	J. A. Pinnotti / Alexandre Schneider	2005 -2006			X		SME volta a solicitar o PP, sem o "político" (Portaria nº 7.172/2005)
Gilberto Kassab	PFL/DEM	Alexandre Schneider	2006 - 2012			X		SME mantém o PP
Fernando Haddad	PT	César Callegari/ Gabriel Chalita/ Nádia Campeão	2013- 2016				X	SME volta a adotar o PPP (Portaria nº 5.930/2013)
João Dória Bruno Covas	PSDB	Alexandre Schneider	2017 -				X	SME mantém o PPP

Fonte: adaptado pela autora de SILVA, 2016.

Legenda: PE: Plano Escolar RARL: Referencial Analítico da Realidade Local PP: Projeto Pedagógico PPP: Projeto Político-Pedagógico

A tabela acima refere-se ao tempo de existência da Sala de Leitura na Rede Municipal de Ensino. As nomenclaturas referentes ao PPP tiveram início em 1975, sob o título de Plano de Escola (PE), que perdurou por mais de 10 anos. Somente em 1989, com a Prefeita Luiza Erundina e os secretários Paulo Freire e Mário Sergio Cortella, ocorreu à mudança de PE para Projeto Pedagógico (PP). O aspecto político sobreveio apenas em 2001, na prefeitura de Marta Suplicy, com os secretários Fernando José de Almeida e Maria Aparecida Perez. Voltou a oscilar para PP por mais 5 anos e somente entre 2013 e 2017, voltou-se a utilizar PPP.

Pensar em Projeto Político Pedagógico nas escolas é colocar em ação o pressuposto de que a educação que não é neutra, é entender as demandas sociais existentes, constituir-se como expressão viva de um projeto coletivo, tendo a participação de todos que compõem a comunidade escolar. Entende-se que é preciso comprometimento político e engajamento de professores, gestão, pais e alunos para edificar a própria identidade da escola como instituição social e educativa.

4 CAMINHOS E CONTEXTO DA PESQUISA: ANÁLISE DOCUMENTAL

Como já referido, foram selecionadas quatro escolas públicas para a pesquisa em pauta. Todas fazem parte da DRE de Campo Limpo, no município de São Paulo. A escolha dessas escolas foi feita tendo como base o critério de proximidade entre elas (todas situadas na zona sul, na região do Jardim Ângela, periferia da cidade de São Paulo). A maior distância entre elas é de 4,4 km e a menor fica a 850 metros.

Em todas elas, há SL, laboratório de informática, professores de POSL e Poie regulares. Os alunos das quatro escolas, no geral, apresentam renda familiar de um a cinco salários mínimos e muitos fazem uso do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, que visa atender às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. As escolas foram designadas com nomes fictícios, a fim de preservar sua identidade. A escolha dos nomes baseou-se na sintonia com o tema: foram escolhidos nomes de grandes autoras da literatura brasileira. A tabela abaixo demonstra a seleção.

Quadro 5 – Escolas selecionadas

ESCOLA	SALA DE LEITURA	POSL	POIE	PROFESSORES REGENTES	Nº DE ALUNOS
Escola Clarice Lispector	01	01	01	48	800
Escola Raquel de Queiroz	01	01	01	38	500
Escola Lygia Fagundes Telles	01	02	02	47	800
Escola Zélia Gattai	01	02	02	58	1.047

Fonte: seleção da autora.

O quadro seguinte trata das palavras-chaves encontradas no estudo dos PPPs. Observou-se se, em sua redação, há menção de articulação entre o POSL, Poie e Professor Regente, à luz da importância da leitura e/ou da preocupação do cumprimento da Portaria 7655/15 da Sala de Leitura.

Quadro 6 – Palavras-chave

ESCOLA	ARTICULAÇÃO	LEITURA	PORTARIA 7655	POSL
Escola Clarice Lispector	5 vezes	11 vezes	Sem menção	Sem menção
Escola Raquel de Queiroz	3 vezes	16 vezes	Sem menção	1 vez
Escola Lygia Fagundes Telles	3 vezes	35 vezes	Sem menção	2 vezes
Escola Zélia Gattai	5 vezes	28 vezes	Com menção	5 vezes

Fonte: levantamento da autora.

4.1 Categorias de análise dos Projetos Políticos Pedagógicos

As presentes categorias têm por finalidade balizar a análise dos PPPs das escolas selecionadas, na busca por subsídios referentes ao tema da dissertação. Cada escola recebeu um nome fictício (Clarice Lispector, Raquel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Zélia Gattai)¹⁷. As categorias estão relacionadas abaixo.

- ✓ Planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas.
- ✓ Educação: princípios e concepções.
- ✓ Leitura, Sala de Leitura, suas articulações e práticas

4.1.1 Escola Clarice Lispector

a) Planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas

Na escola em questão, o item planejamento aparece em seu PPP como objeto de mudança, principalmente quando afirma que: “Cabe a (sic) escola produzir a igualdade de acesso aos bens e objetos culturais, que dão sentido à existência humana”. (ESCOLA CLARICE, 2017, p. 08)²¹

Assim, a descrição fala da necessidade de uma escola que pense no ser humano de forma igualitária e livre preconceitos de qualquer espécie, sobretudo quanto ao acesso aos bens culturais acumulados pela humanidade. Em seguida, cita as ações, afirmando que: “Devem ter a inclusão como princípio e colocar o educando como sujeito das ações que lá ocorrem” (Ibidem). Nesse caso, os alunos são protagonistas da ação educativa e cabe à escola fazer planejamento que favoreça esse protagonismo.

O planejamento apresentado busca a linha da interdisciplinaridade, trazendo à tona mais flexibilidade no trabalho docente, autoria e diálogo entre os agentes de ensino. Reconhece, ainda, a importância da participação da família.

Dessa forma é importante que as ações desenvolvidas tenham como princípios o desenvolvimento da interdisciplinaridade, a promoção da autoria

¹⁷ As escolas não serão identificadas por motivo de sigilo profissional. Os nomes de autoras brasileiras serão utilizadas para identificá-las. Os números das páginas citadas nas referências se referem ao PPP de cada escola completo. Nos anexos em CD do presente estudo, os PPPs estão na íntegra.

nas práticas docentes, o diálogo com a história de identidade dos educandos, suas famílias e dos educadores (Ibidem).

Na escola em pauta, foi apresentado um projeto no contraturno para os alunos. O planejamento e a execução são realizados por professores, nem sempre os mesmos que atuam na unidade escolar. Seu objetivo é atingir o aprendizado global mencionado no PPP.

Para atingir esses objetivos, a Unidade Escolar oferece aos alunos no contra turno os seguintes projetos: Xadrez, Conhecendo a Cultura Japonesa - Judô, Futsal, Danças Urbanas, Violão, São Paulo: Música e Imagem, Capoeira, Recuperação Paralela de Matemática e Recuperação Paralela de Português (ESCOLA CLARICE, 2017, p. 32).

b) Educação: princípios e concepções

Dentro do contexto da educação, a escola pensa em um projeto emancipador, que faça das ações pedagógicas e que represente um caminho para emancipação de seus alunos. Assim, define que:

O PPP é um elemento de reflexão sobre as ações cotidianas da escola, para que essa não perca através de atividades rotineiras e fragmentadas a intencionalidade de um projeto emancipador (ESCOLA CLARICE, 2017, p. 04).

No decorrer do PPP, também é mencionada a formação da cidadania do aluno, numa perspectiva crítica, solidária e bem articulada, sem deixar de lado a questão política, que perpassa a ação pedagógica:

Na dimensão pedagógica está à possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola: a formação do cidadão responsável, crítico, compromissado, solidário e criativo. Político e pedagógico são, portanto, dimensões inseparáveis (Ibidem).

O documento aponta que um dos objetivos da escola é:

Promover o desenvolvimento máximo das potencialidades dos educandos propiciando a construção de sua autonomia, criticidade, leitura de mundo através de um ambiente prazeroso, atrativo e estimulador (Ibidem).

O PPP aborda a preocupação com o desenvolvimento global do aluno, buscando autonomia, respeito com o outro, com as demais culturas, etnias e

igualdade de direitos para todos. Quando citado, o item “currículo” aparece no PPP como uma concepção de educação não neutra, demonstrando que sabe do seu papel político para além da escola, que demarca, como projeto, o futuro da sociedade.

O currículo não é apenas o conhecimento organizado, mas algo que contempla os aspectos culturais e a diversidade, com o objetivo de formar cidadãos autônomos e capazes de intervir positivamente na sua realidade (ESCOLA CLARICE, 2017, p. 09).

c) Leitura, Sala de Leitura, suas articulações e práticas

No início do documento, a escola Clarice Lispector faz menção ao projeto como fonte de leitura e de discussões com toda a comunidade escolar. É perceptível o desejo de uma atuação ativa e participativa.

O projeto Político Pedagógico é a tradução dos anseios de toda a comunidade escolar, elaborado a partir de reuniões dos grupos colegiados por meio de leituras, discussões, trabalhos participativos, reflexões e questionamentos desses frequentadores (ESCOLA CLARICE 2017, p. 03).

A docência compartilhada, um item da própria Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, foi citada. Pode-se entender essa perspectiva como uma prática que visa articular dois professores, tanto no planejamento, como na organização das aulas de projetos, demanda proposta dela SME. O objetivo é auxiliar os alunos a reconhecer e conviver com as diversidades, principalmente relacionados à leitura, escrita e resolução de problemas:

A Docência Compartilhada apontada no Ciclo Interdisciplinar propõe um trabalho articulado entre professores especialistas e professores polivalentes garantindo as especificidades dos componentes curriculares e a consolidação referentes à leitura, escrita e resolução de problemas (ESCOLA CLARICE, 2017, p.13).

Não houve na escola Clarice Lispector qualquer referência à função, a projetos relacionados ou à própria Portaria nº 7655/15, que rege a Sala de Leitura. Embora seja possível identificar a leitura de mundo como objetivo da escola, em nenhum momento no PPP é mencionado o trabalho com a Sala de Leitura ou o profissional responsável por ela, o POSL.

4.1.2 Escola Raquel de Queiroz

a) Planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas

Em seu PPP, a escola Raquel de Queiroz menciona falta de biblioteca ou outro espaço que favoreça a leitura, a criatividade e/ou a pesquisa de informações para todos. Afirma que a comunidade:

Não possui Biblioteca nem Casa de Cultura, estando desassistida quanto a espaços que estimulem a leitura, a criatividade e a busca de informação. A população de estudantes percorre grandes distâncias para realizar suas pesquisas e trabalhos escolares (ESCOLA RAQUEL, 2017, p.18).

No decorrer do PPP, percebe-se que há apenas um projeto, o “Mediadores da leitura”, que estimula a leitura para os alunos. A escola também conta com planejamento de aula-passeio, que pode ser custeada pela prefeitura, pela Associação de Pais e Mestres (APM) ou pelos familiares.:

Aulas Passeio (sic): Teatro, Museu de Arte de São Paulo, Museu do Futebol, Museu Afro, Sesc Santo Amaro, Sesc Interlagos, Parques etc., considerando que aula passeio ou Excursão consiste na oportunidade que o aluno tem em sair do ambiente da sala de aula, tendo a possibilidade de conhecer novos lugares e diferentes situações de estudos e aprendizagens, relacionadas a conteúdos curriculares ou não, usando todos os sentidos para buscar o desenvolvimento cultural, social, pessoal e intelectual do aluno (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 26).

Outro aspecto importante a mencionar, que interfere muito no planejamento e no desenvolvimento de atividades, é a escolha pela chamada Educação Integral ou São Paulo Integral - Experiências Pedagógicas – Territórios do Saber (Educação Integral). Seis linhas são citadas nesse contexto:

- ✓ I – EDUComunicação, Oralidade e Novas Linguagens;
- ✓ II – Culturas, Arte e Memória;
- ✓ III – Orientação de Estudos e Invenção Criativa;
- ✓ IV – Consciência e Sustentabilidade Socioambiental e Promoção da Saúde;
- ✓ V – Ética, Convivência e Protagonismos;
- ✓ VI – Cultura Corporal, Aprendizagem Emocional e Economia Solidária (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 27)

Os alunos ficam na escola por mais tempo e devem participar de atividades atreladas a um currículo que abrange esses territórios do saber. Quanto ao planejamento da escola, o PPP afirma que:

Desde 2005 dividimos os alunos em salas, de acordo com o seu desempenho, e os dados comparativos com a situação anterior, bem como a experiência dos professores em outras escolas, demonstram que o procedimento é eficaz, pois é mais fácil trabalhar com alunos com desempenho semelhante, resultando em melhor aprendizado (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 28).

Há de se ressaltar que a concepção de aprender com a diversidade não consta nesse PPP. Nesse aspecto, a escola afirma ser mais eficaz o agrupamento de alunos com o mesmo desempenho.

Quanto à avaliação, outro trecho do PPP descreve aborda o tema, afirmando que:

Os alunos serão avaliados continuamente através de instrumentos diversificados, o que exigirá do educador reflexão permanente sobre a realidade de sua classe, acompanhamento de cada educando na sua trajetória de construção do conhecimento (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 31).

O PPP demonstra que, mesmo com o tal agrupamento por desempenho, o professor deve usar instrumentos para acompanhar e avaliar o conhecimento do seu aluno, usando de estratégias diversificadas que possam atender a todos. Quando citado o planejamento com alunos de inclusão, o trecho no PPP afirma que:

As adaptações curriculares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades e somente quando necessário aplicam-se ao aluno individualmente (Parâmetros Curriculares Nacionais, adaptações curriculares,1998) (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 30).

Assim, aponta para um trabalho que dispõe de atividades adaptadas que auxiliam o bom desenvolvimento dos alunos com dificuldades específicas. O PPP relaciona essas atividades e ações diversas ao controle da violência, especialmente focada na agressão contra professores.

Em nossa escola, desde 2005, não existe caso de agressão física de alunos contra professores e os casos de agressão verbal são raríssimos, mas entre os próprios alunos ambas ocorrem frequentemente. A escola para combater o problema além da conversa com os alunos, encaminhamento para outros órgãos e conversa com os pais, faz cumprir o regimento escolar, onde os alunos são advertidos e suspensos, pois entendemos que a simples conversa e conscientização não é suficiente, havendo a clara necessidade da escola em mostrar este descontentamento com as atitudes de violência de uma maneira mais institucional, via aplicação de regras disciplinares do Regimento Educacional (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 24).

O trecho supracitado permite inferir sobre a rigidez da escola em relação aos comportamentos agressivos. Isso é claro no que se refere à relativização do diálogo como forma de mediação de conflitos. Nesse caso, seria possível buscar elementos para a mediação, como projetos de conscientização que pudessem melhorar ou se antecipar a situações conflituosas, no Decreto nº 56.560, de 28 de outubro de 2015, que regulamenta a Comissão de Mediação de Conflitos (CMC) nas escolas públicas da cidade de São Paulo¹⁸. O decreto considera conflitos escolares as divergências entre educandos, professores e servidores da escola, cujo diálogo encontra-se dificultado ou impossibilitado naquele momento e que possam ter, como consequência, diferentes tipos de violência.

b) Educação: princípios e concepções

A escola em pauta conta com o princípio de que, para formar bons cidadãos e cidadãs, é preciso que seja possível acessar a cultura letrada e ter consciência de seus deveres e direitos:

Formar um cidadão com domínio do cálculo, da leitura e da escrita; Formar um cidadão que tenha consciência e respeito pelos direitos de seus semelhantes (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 20).

Além de observar a importância do respeito para com o outro e sua crença, o PPP frisa o caráter laico do ensino.

Logo, não cabe na comunidade escolar: menosprezar ou diminuir ateus, seguidores de outras religiões ou minorias raciais e o respeito à

¹⁸ SÃO PAULO. Decreto nº 56.560/2015, de 28/10/2015. Regulamenta a Comissão de Mediação de Conflitos – CMC nas UEs.

opção/orientação sexual de cada um é legítimo, sempre resguardando o caráter laico do Estado (Ibidem).

No PPP, igualdade significa oferecer as mesmas oportunidades: “Quando falamos em igualdade entendemos como o ato de oferecer as mesmas condições a todos, ou seja, dar a todos as mesmas oportunidades” (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 21). A ideia aproxima-se, portanto, do conceito de equidade, colocando que nem todos chegarão ao mesmo local, mas estão asseguradas as condições iguais para que cada aluno possa se desenvolver de acordo com suas características e potencialidades.

O PPP também apresenta observações quanto à inteligência de cada aluno, abordando o tema como um atributo individual:

A inteligência é algo muito pessoal, de cada um, independe da quantidade de anos de estudo ou dos conhecimentos que ela tem memorizado, inclusive alguns cientistas já dividem a inteligência humana em várias partes, sendo que na década de 90 foi sucesso a quantidade de livros que tratava de múltiplas inteligências. [...] Ser uma pessoa inteligente sem conhecimento pode até bastar para atividades mais simples, mas é totalmente insuficiente para alguém que deseja entrar no mercado de trabalho buscando posições mais privilegiadas (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 23).

Pode-se inferir que o trecho em evidência está mais alinhado a uma concepção de educação tradicional. Isso porque permanece a ideia de posições privilegiadas a serem alcançadas, bem como a manutenção da sociedade, à qual os alunos devem se inserir, sem questioná-la.

c) Leitura, Sala de Leitura, suas articulações e práticas

De acordo com o PPP, a escola busca uma prática de leitura, inclusive do próprio PPP. O *site* da escola afirma que:

[...] no caso de nossa escola é a divulgação no site onde acreditamos que estará acessível a todos os membros da comunidade escolar, mas caso algum responsável por aluno não tenha acesso a internet oferecemos também a cópia impressa do documento, ou seja, serão efetivados todos os esforços para a divulgação da mesma (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 10).

Já com os alunos, o trabalho com projetos é realizado com a ajuda do Programa pela Prefeitura. Na escola em pauta, foram escolhidos os “projetos que

compõem o Programa Novo Mais Educação São Paulo/Federal” (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 26), conforme quadro abaixo.

Quadro 7 - Projetos oferecidos pela escola Raquel de Queiroz no ano de 2017

Tecnologia da Informação e Comunicação (Apoio ao TCA¹⁹)
 Metodologia de Pesquisa (TCA)
 TIC - Jornal Escola Mais Educação
 Mediadores de Leitura
 Vôlei
 Música-banda-coral
 Grêmio
 Promoção e Prevenção de Doenças e Agravos à Saúde
 Recuperação paralela – Matemática
 Recuperação paralela – Português

Fonte: Escola RAQUEL, 2017, p. 26.

A prática de leitura e os projetos (mediadores, a recuperação paralela e o jornal) são uma preocupação da escola, no sentido de oferecer recursos aos alunos no contraturno. Em relação à Portaria nº 7655/15, não foi encontrado nenhuma referência no PPP. A função da POSL apareceu como parte integrante do quadro de funcionários somente. Já no plano curricular encontrou-se:

III- Desenvolver, articuladamente com a Equipe Escolar e demais profissionais, atividades pedagógicas compatíveis com os vários espaços de ensino e de aprendizagem existentes na Unidade Educacional, tais como: sala de aula, Laboratório de Informática Educativa, Sala de Leitura, ou naqueles identificados e localizados fora do espaço escolar (ESCOLA RAQUEL, 2017, p. 33).

Assim, fica estabelecido que uma das atribuições dos professores dessa unidade escolar é desenvolver atividades de articulação com os profissionais POSL e Poie. Essa articulação deve ser capaz de assegurar atividades pedagógicas de aprendizagem nos diferentes espaços escolares.

¹⁹ Ciclo Autoral: compreende do 7º ao 9º anos do Ensino Fundamental, Sua finalidade é promover a construção de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social. O Ciclo é concretizado por meio do Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA), com ênfase no desenvolvimento da construção do conhecimento, considerando o domínio das diferentes linguagens, a busca da resolução de problemas, a análise crítica e a estimulação dos educandos à autoria. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=15102013P%20059302013SME>. Acesso em: 10 abr.2018.

4.1.3 Escola Lygia Fagundes Telles

a) Planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas

O PPP da escola Lygia Fagundes Telles, em sua apresentação, já menciona a intenção em relação ao planejamento e desenvolvimento de atividades. Essas atividades devem ser intencionadas, inspiradas por toda a equipe e construídas cotidianamente. O ensino, segundo o PPP, é “[...] satisfatório quando, inspirando e direcionando sua prática, existe um projeto intencionado” (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 5).

A preocupação com uma escola não excludente é também ponto importante destacado no PPP. Assim, a escola:

[...] está comprometida em rever e repensar o seu currículo, suas práticas discriminatórias, preconceituosas, excludentes e mecanizadas superando-as através da reflexão, da análise, do planejamento e da avaliação permanente (ESCOLA LYGIA 2017, pp. 05-66).

Nessa escola, o PPP é desenvolvido e visto como ato político que não deve ser esquecido e, sim, bem planejado. Assim, o PPP “não pode se reduzir, apenas, à sua dimensão técnica, esquecendo à existencial, porque isso elimina a sua dimensão política” (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 06).

Além de mencionar a LDB (Art. 12, inciso I), a escola afirma ter compromisso com a democracia e sua proposta pedagógica caminha na direção de uma escola pública de qualidade. O planejamento tem por objetivo redimensionar e redefinir os rumos do seu trabalho, pensando na motivação e no desenvolvimento intelectual de alunos e professores. Dessa forma, estão em busca de:

[...] uma metodologia que possa contribuir, efetivamente, para um avanço significativo do trabalho pedagógico e educacional da nossa escola, em especial, e da escola pública de um modo geral, pois, o que se busca é a construção de uma nova escola pública (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 07).

O tema “cidadania” está presente no PPP da escola, como pode ser observado na afirmação: “[...] pelo trabalho que vem sendo desenvolvido em nossa escola, o tema indicado para dar concretude ao Projeto Político Pedagógico foi CIDADANIA.” (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 07). O PPP demonstra que existe preocupação com o aprofundamento dos estudos sobre currículo, diversidade, ciclos

de aprendizagem, avaliação, envolvimento da comunidade escolar e acompanhamentos das ações propostas. A escola estabelece a organização do ensino fundamental por ciclos e se preocupa com:

A definição de um referencial de competências e atitudes básicas em cada ciclo que funcione como indicador para organização da proposta curricular e da metodologia de ensino. A construção de uma concepção de avaliação dissociada de simplesmente promover ou reter. Por fim a manutenção de um projeto de formação permanente do educador (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 08).

Essa maneira de pensar e planejar a escola faz com que se estabeleçam objetivos sobre cada ciclo do ensino fundamental. O foco do PPP dessa escola é o ciclo interdisciplinar, que adentra o 4º, 5º e 6º anos. Um dos objetivos é consolidar o processo de alfabetização e letramento, de modo a ampliar a autonomia das atividades de leitura e escrita. O planejamento, nesse caso, está ligado ao desenvolvimento estabelecido em cada ciclo desde a alfabetização, para que o aluno seja capaz de ler e escrever com independência.

Outro ponto do planejamento de atividades é a formação continuada dos professores. Na escola em pauta, ele aparece no “Projeto Valorização do Educador (Prove) e Melhoria da Qualidade do Ensino reunindo escolas da região do M’Boi Mirim (no início 5 escolas e hoje, 2017, 6 escolas)” (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 14).

O PPP menciona algumas ações que a escola exerce no seu planejamento, como a dinamização de seus espaços. Nesse sentido, estão incluídos o laboratório de informática e a sala de leitura, para o melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. É importante destacar o programa “Mais Educação”, com projetos recuperação paralela (Português e Matemática), Sala de Leitura (clubes de leitura), etc.

b) Educação: princípios e concepções

É possível identificar, no PPP, a educação como um processo de integração entre sociedade e escola. Esse vínculo exige afeto, motivação e é repleto de significado para todos os envolvidos: “A educação como processo de ensino e aprendizagem, inserida no mundo da vida, de formação de convicções, de afetos, de motivação, de significações, de valores e de desejos” (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 05).

A concepção de educação passa pelo docente e pela discussão sobre sua função na atualidade. O descaso de alguns e o desânimo de muitos é uma realidade explicitada no PPP:

Um olhar sintonizado nos revelará, na maioria das vezes, o desencanto desses profissionais: desânimo motivado pelo pouco ou nenhum envolvimento e participação de alguns alunos e alunas em suas aulas, postura de desinteresse (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 06).

Após sondagem da realidade docente e discente, o texto busca entender os percalços do caminho educacional e descreve algumas atitudes e considerações sobre o compromisso de ensinar e aprender. Há, no PPP, um consenso de que as ações educativas “[...] exigem que as pessoas estejam intelectualmente estimuladas, emocionalmente engajadas e energizadas para a ação” (Ibidem). Assim, o compromisso, o estímulo, e propostas de ação de trabalho contínuo; são elementos que devem estar em consonância. Juntos, aluno e professores, devem buscar, unidos, ações que os estimulem o aprendizado e a mudança social a que a escola almeja: “A escola não pode dissociar o sonho de humanidade, de sociedade e de pessoa, de seu viver e, por isso, de seu fazer pedagógico” (Ibidem). O compromisso da escola em pauta com a educação é, de acordo com seu PPP, construir projetos que tenham significados para docentes e, conseqüentemente, para os alunos.

[...] projetos e fazendo uso dos recursos à disposição na escola para reorganizar e reconstruir a própria ação docente em novos padrões de significação e importância, buscando atender as especificidades dos alunos que chegam à escola, cultivando em si mesmos e em seus alunos a curiosidade que suscita e impulsiona o desejo e a vontade de aprender e ensinar (ESCOLA LYGIA LA C, 2017, p0. 06 - 07).

A escola é descrita como tendo compromisso social, verdadeiramente pública e popular, que entende e incorpora o direito e os deveres da população que atende. O PPP vislumbra uma escola:

[...] que contemplasse o direito à diferença, que estivesse interconectado com os problemas da sociedade atual, restituindo-lhe a função social e buscando alternativas que imprimisse a dimensão política à ação pedagógica (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 07).

A democracia e o compromisso perpassam o PPP. A concepção de educação da escola tem como alguns princípios:

[...] Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; qualidade, que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais; c) Gestão democrática, que deve abranger as dimensões pedagógica, administrativa e financeira; d) Liberdade associada à ideia de autonomia; e) Valorização do magistério, que é um princípio central na discussão do PPP (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 08).

O compromisso com a cidadania implica em uma formação para o seu exercício consciente na sociedade. A escola espera “que faça a diferença na vida dos alunos”. (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 09). Propõe uma gestão participativa, compartilhada, democrática, que exerça o direito do conselho de escola, que promova o diálogo entre alunos, professores e a comunidade escolar.

c) Leitura, Sala de Leitura e suas articulações e práticas

Para a escola em questão, a leitura vai além das letras e livros. O PPP procura eleger a leitura de mundo, por meio da qual a escola deseja oferecer aos alunos e à comunidade, de modo geral, uma educação de qualidade, com transparência e, acima de tudo, fruto de uma construção conjunta. Em seu PPP, afirma que:

É a existência de um projeto que vai dando consistência ao ensino, que vai deixando transparente a toda comunidade o compromisso e a qualidade da educação que se oferece aos educandos (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 05).

Em outro trecho do PPP, a escola menciona a importância da construção de conhecimentos, de cultura e de significados éticos para cidadania. A leitura e suas práticas estão inseridas na busca pela conscientização de seus alunos e educadores, além de reconhecer os direitos e deveres: “[...]envolve um processo ideológico de formação de consciência reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres” (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 07).

Em relação à organização escolar, a prática descrita no PPP, está associada aos ciclos, ou seja, os alunos são divididos de acordo com a fase da vida escolar (Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 3º ano; Ciclo Interdisciplinar, do 4º ao 6º ano; e Ciclo Autoral, do 7º ao 9º ano). Trata-se de uma prática adotada em toda Rede Municipal de Ensino de São Paulo, conforme afirmação de que: “uma das saídas foi

a organização do ensino escolar em ciclos de aprendizagem, representando as especificidades de cada fase da vida escolar dos educandos” (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 10). Assim um dos objetivos do primeiro Ciclo de Alfabetização é que os alunos:

[...] desenvolvam as capacidades de leitura e de produção de textos durante todo o processo de escolarização, garantindo acesso a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam ao final do ciclo de alfabetização (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 11).

No Ciclo Interdisciplinar, trata-se de:

[...] consolidar o processo de alfabetização e letramento de modo a ampliar a autonomia das atividades de leitura, escrita nos diferentes gêneros textuais e as habilidades relacionadas à resolução de problemas (Ibidem).

Por fim, o Ciclo Autoral afirma a importância de:

[...] consolidar o processo de letramento e de resolução de problemas com autonomia para a leitura e a escrita interagindo com diferentes gêneros textuais e literários, comunicando-se com fluência e raciocínio lógico (ESCOLA LYGIA, 2017, p. 12).

Sobre os ciclos a leitura e sua prática, aparecem de maneira transversal. Mostram a importância e a permanência da leitura em todos os ciclos de forma coesa e articulada. A escola pretende, assim, desenvolver autonomia de leitura e escrita.

Contudo, em relação à Portaria nº 7655/15, que rege a SL, não foram encontradas quaisquer menções no PPP. Sobre a POSL, foi referenciado duas vezes: a primeira quando cita a profissional dentro do quadro de funcionários da EU e, depois, quando elenca as prioridades e objetivos educacionais da escola: “Criar oportunidades para que POIE, POSL, PAAE e PRP interajam com os professores regentes para um melhor atendimento às especificidades de cada aluno e aluna.” (ESCOLA LYGIA 2017, p. 45). Dessa forma, o PPP apresenta interesse na integração entre as áreas de conhecimento, mas não há ações ou práticas para sua melhoria e/ou execução.

4.1.4 Escola Zélia Gattai

a) Planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas

A escola em questão apresenta, em seus objetivos, a formação cidadã como compromisso escolar, além de colocar-se como espaço amplo que leve o aluno o aprender a aprender.

[...] tem como objetivo formar cidadãos participativos, responsáveis, criativos, compromissados, críticos e capazes de fazer valer os seus direitos, cumprirem os seus deveres, interferindo e modificando a realidade em que vivem buscando sua inserção na sociedade, respeitando o ecossistema (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 04).

O educador é mencionado como condutor adequado no processo ensino aprendizagem. O PPP vê os educandos como sujeitos a serem inseridos no mundo concreto, com capacidades, deveres e direitos. Além disso, encara a formação teórica científica como um dos alicerces no desenvolvimento de uma sociedade competente. Assim, é mencionado o papel da escola perante a comunidade e a discussão sobre como a escola pode colaborar para com a formação cidadã, a fim de enfrentar as mazelas sociais e, ao mesmo tempo, questionar suas raízes.

Nosso projeto vem se constituindo ao longo dos últimos anos, explicitado nas ações, falas e intenções que estão registradas na síntese de reuniões pedagógicas e de organização escolar. Mobiliza-nos o acreditar na escola pública como direito da população e que cabe a nós proporcionarmos um ambiente acolhedor, alegre, justo e democrático. Desta forma compreendemos colaborar para a formação de um cidadão que possa estar fortalecido para enfrentar as mazelas da sociedade e as contestar (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 05).

A escola apresenta algumas metas, como:

Garantir a esta comunidade o direito de acesso e permanência numa escola de qualidade, justa e solidária; Desenvolver ações no sentido de valorizar o educando, conscientizá-lo da sua importância enquanto ser humano e cidadão (Ibidem).

Além de expor as metas, a escola descreve como atingi-las. Em três tópicos, o documento valoriza o trabalho coletivo, a gestão democrática e propõe a elaboração de projetos de ação imediata frente aos problemas apresentados. Por fim, mostra a sua visão fundamental de escola, que é formar competência leitora e

escritora numa perspectiva ampla, aquela que instrumentaliza para o mundo, para a atuação do aluno, com segurança, nos diferentes espaços sociais.

Na página 4 do seu PPP, a escola aponta as propostas para o ano de 2017. Dentre elas, ressalta a importância de acompanhar e rever as sondagens realizadas pela SME, para, assim, organizar seu planejamento, bem como organizar ações que contribuam para o desenvolvimento dos ciclos estabelecidos pela Rede Municipal de Ensino ²⁰.

No ciclo de alfabetização a escola propõe:

Enfatizar a construção de conhecimentos, valores e habilidades para a leitura, escrita e oralidade que se articula com o processo contínuo de letramento e solução de problemas matemáticos e múltiplas linguagens para aprender, interpretar, participar, conhecer e expressar-se no mundo, articulando com a interação das áreas de conhecimento que compõem a base comum, sem hierarquizá-las. Tendo como objetivo garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do ciclo, no máximo, os oito (oito) anos de idade (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 06).

Já no ciclo interdisciplinar, a escola adere a dois projetos como estratégia. Um deles é o projeto “Eu, escritor” para os 5ºs anos, que envolve POIE e POSL na dinâmica de construção de um livro sobre os gêneros trabalhados durante o ano. O segundo projeto é sobre “Alimentação, corpo e saúde”, também para alunos do 5º ano, cujo foco é ampliar o universo de conhecimento e respeito dos hábitos saudáveis, tendo uma parceria com as aulas compartilhadas.

Por fim, o último ciclo autoral que no planejamento da escola afirma que:

Trabalhar com a leitura, escrita e solução de problemas matemáticos, com pesquisa em todas as áreas do conhecimento, estimulando os alunos à autoria, compartilhamento e à emancipação para sua participação social e cidadã, próprias de sua idade e desenvolvimento. Será dada ênfase às metodologias curriculares que proporcionam acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, suas linguagens e às redes mundiais de conhecimento (ESCOLA ZÉLIA GATTAL, 2017, p. 07).

Em seu Projeto Especial de Ação (PEA), exposto na página 11 (2016), a escola expõe que estudou as concepções de currículo e seu processo de construção ao longo da história. Como consequência desse estudo, propôs como objetivo para “repensar e reformular o papel do educador na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola” (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 09). Isso aponta para uma

²⁰ São eles: ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental); ciclo interdisciplinar (referente aos 4º, 5º e 6º anos do Ensino Fundamental); e o ciclo autoral (do 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental).

coerência com o desejo de edificar um currículo sob a perspectiva crítica, democrática e emancipatória.

b) Educação: princípios e concepções

A escola Zélia já discorre, no início do seu PPP, sobre a gratuidade e dever da escola pública, assumindo, assim, seu papel social perante a população.

É uma escola pública, gratuita, laica, direito da população e dever da família e do Estado estando a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem de alunos, independentemente de sexo, raça, cor, situação socioeconômica, credo religioso e político e quaisquer preconceitos e discriminações e, inspirada por princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 01).

No trecho a seguir, a escola deixa clara a sua concepção de educação não enraizada na abordagem de conteúdos sem uma finalidade, ou seja, aquele modelo tradicional de conhecimento que valoriza a quantidade de informações e não a sua qualidade, que fariam do aluno um mero reproduzidor.

Entendemos que a prática pedagógica tradicional tem um caráter cumulativo, que propõe ao sujeito um papel insignificante na elaboração e aquisição do conhecimento, ao conteúdo um fim em si mesmo, cabendo ao professor somente a transmissão destes. Consideramos que este modelo não atende as expectativas de formação do cidadão que a nossa Unidade Escolar vislumbra (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 04).

Sobre a ótica da educação na formação docente e na construção de um currículo escolar vivo, a presente escola buscou intervir, de maneira formativa, nas horas de PEA e na elaboração de um PPP mais participativo:

Construir um currículo sob a perspectiva crítica, democrática e emancipatória; Compreender a formação como recurso para subsidiar a prática pedagógica, a fim de criar uma abordagem interdisciplinar (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 11).

c) Leitura, Sala de Leitura, suas articulações e práticas

A leitura e suas práticas surgem atreladas ao PPP da escola Zélia Gattai. Algumas metas descrevem esse princípio:

Não perder de vista a função de desenvolver a competência leitora e escritora numa visão ampla e definida para cada ciclo, tendo em vista a necessidade de instrumentalizar o aluno com código de comunicação verbal e oral que lhe permita atuar com segurança nos diferentes espaços sociais (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 05).

Há propostas de leitura em todos os planos dos Ciclos de Alfabetização, Interdisciplinar e Autoral. A ênfase está em projetos que envolvam leitura e suas funções, dentre os quais: “Eu, escritor” “Conta e faz de conta”, “Monitoria de Sala de Leitura”, “Imprensa Jovem” e “Protagonismo Jovem e o Território”. A escola também apresenta um Projeto de Valorização do Educador e Melhoria da Qualidade de Ensino (Prove), que, em 2017, completou 10 anos de existência.

A formação continuada é valorizada, como ocorreu com 11 escolas da DRE de Campo Limpo que, em 2017, ofertou alguns cursos com o título: “O trabalho com projetos didáticos em Língua Portuguesa”; “O guerreiro invisível: morando no brincar dos contos do tempo”; “Metodologia do Ensino: as práticas de registro como elemento disparador do aprender com significado”; “O ato curioso e a presença das perguntas no processo de aprendizagem”, por exemplo. Segundo o PPP dessa escola, a Sala de Leitura tem visibilidade.

Esse projeto envolve a sala de informática e a sala de leitura. Ele tem como objetivo reafirmar a importância da construção da identidade do indivíduo como se único inserido num contexto coletivo, para que ele encontre significado nas atividades que envolvam a leitura e a escrita na construção do seu conhecimento pessoal (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 07).

O trecho supracitado, do projeto “Eu, escritor”, é realizado dentro do plano no Ciclo Interdisciplinar e direcionado aos alunos do 5º ano. Sua finalidade é despertar o prazer pela leitura e escrita com o apoio da sala de informática, de leitura e professores de diversas áreas. A articulação está presente em sua descrição:

O projeto será dividido em 3 partes: Eu, Minha família e Meu lugar. Na sala de leitura serão trabalhados textos que trazem essas temáticas e que exemplificam os gêneros literários que precisam aparecer no 5º ano. Na sala de informática os alunos irão digitar os textos produzidos e preparar um livro com esses textos utilizando as várias ferramentas digitais disponíveis para pesquisa, ilustração etc. Na sala de aula acontecerá a produção de textos que já fazem parte da rotina durante as aulas, textos que farão parte do livro (Ibidem).

Outro objetivo mencionado foi o de “articular Informática educativa, Sala de Leitura e ações de Recuperação Paralela e de S.A.A.I. e demais projetos da U.E.

com a prática de sala de aula” (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 08). Há de se ressaltar a coerência entre o que foi citado e o que está descrito no projeto “Eu, escritor”.

Dentro do projeto “Mais Educação”, a escola optou por usar os seguintes projetos que envolvem a sala de leitura:

Monitoria de Sala de Leitura. Projeto a ser realizado pela professora [REDACTED] (POSL), alunos dos 6ºs, 7ºs e 9ºs anos, divididos em duas turmas, de acordo com interesse dos mesmos.

Objetivos:

- Aumentar o interesse pela leitura de textos de diferentes gêneros textuais;
- Desenvolver o hábito da leitura significativa ou interagir de forma mais prazerosa com os textos;
- Promover o crescimento cognitivo;
- Proporcionar atividades diferenciadas e motivadoras;
- Estimular a expressão oral, produção textual e arte gráfica;
- Desenvolver a capacidade argumentativa e crítica do aluno e sua capacidade de comunicação; Promover a interação dos alunos dos dois ciclos escolares;
- Despertar e estimular o respeito pelo acervo da Sala de Leitura (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 14).

Ter um projeto que envolva monitoria na Sala de Leitura é muito importante e estimulante aos jovens, além de tornar o ambiente um espaço criativo, vivo e pertencente à unidade escolar. Quando fala de protagonismo jovem, o projeto abaixo demonstra a percepção crítica, a leitura de mundo que os jovens podem e devem ter, identificando sua comunidade e sabendo escolher seu representante político.

Projeto “Protagonismo Jovem e o Território”. Projeto criado pela professora [REDACTED] (POSL), com alunos dos 7ºs e 8ºs anos do Ciclo Autoral, de acordo com o interesse dos mesmos.

Objetivos

- Possibilitar, aos estudantes, uma leitura crítica, política e atuante dentro do próprio território;
- Refletir sobre o conceito de território;
- Refletir sobre os territórios presentes na escola - o pedagógico; infra-estrutura (sic); gestacional; grêmio, etc.);
- Refletir sobre o lugar em que estamos - bairro, periferia, cidade;
- Possibilitar uma leitura crítica, política e atuante dos estudantes dentro do próprio território;
- Reconhecer as possibilidades que o território escolar e o entorno oferecem para a juventude.
- Reconhecer a juventude e suas possibilidades de atuação no território escolar e no entorno (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 19).

No PPP também houve a citação do POSL e suas atribuições, como consta na Portaria estudada nesta dissertação, de nº 7.655/15. Isso demonstra

comprometimento, dedicação e legitimidade nas propostas dentro da unidade escolar.

PROFESSOR ORIENTADOR DE SALA DE LEITURA São atribuições do professor orientador de sala de leitura – POSL(de acordo com a Portaria nº 7.655 de 17/12/2015):

- I - trabalhar a literatura como eixo articulador do seu trabalho em diálogo com outras manifestações artísticas;
- II - desencadear ações estratégicas de leitura nos diferentes espaços e/ou equipamentos culturais do entorno, como: CEUs, parques, bibliotecas, centros culturais, casas de cultura, coletivos independentes produtores de cultura, a fim de, propiciar as possíveis leituras do território e da cidade.
- III - participar da elaboração do projeto político-pedagógico da unidade Educacional e da construção do currículo numa perspectiva integradora;
- IV - articular, em conjunto com o Poie, do planejamento e desenvolvimento do trabalho na área de integração, envolvendo os demais professores da unidade;
- V - socializar, junto aos seus pares, nos horários coletivos, as propostas da formação continuada oferecidas pelas equipes das Diretorias Regionais de Educação - DREs e da Diretoria de Orientação Técnica DOT/SME.
- VI - assegurar a organização necessária ao funcionamento das salas de leitura de modo a favorecer a construção criativa do espaço, no sentido de adequar as diferentes atividades a serem desenvolvidas;
- VII - conhecer, divulgar e disponibilizar o acervo de modo a favorecer a bibliodiversidade;
- VIII - elaborar horário de atendimento aos educandos, em conjunto com a Equipe Gestora, de modo a favorecer e otimizar o acesso aos livros para toda a comunidade escolar (ESCOLA ZÉLIA, 2017, p. 26).

Por fim, a escola Zélia Gattai traz, em seu PPP, as dimensões pertinentes à SL, bem como a função da POSL, deixando claro sua posição frente a esse espaço dentro de sua UE.

5 ENTREVISTAS E SUAS CATEGORIAS

As entrevistas foram realizadas em quatro escolas. A íntegra de cada uma delas encontra-se nos anexos, a saber: escola Clarice Lispector (Anexo G); escola Raquel de Queiroz (Anexo H); escola Lygia Fagundes Telles (Anexo I); e escola Zélia Gattai (Anexo J).

5.1 Categorias de análise da entrevista - escola Clarice Lispector

As presentes categorias foram criadas com base na incidência significativa de valores sobre o ato da leitura e sobre a função da POSL. Elas têm por objetivo auxiliar no agrupamento de avaliações das entrevistas realizadas com a POSL, Macabéa²¹, e a CP, Joana. Foram elaboradas com base nas respostas das pessoas entrevistadas.

a) Categoria Função da Leitura no Planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas

A escola (direção, coordenação e docentes) reconhece a função do POSL? Conhece e reconhece a prática pedagógica que a envolve? Há participação dela no planejamento? Como acontece o planejamento da POSL ?

Na entrevista com a POSL, Macabéa, percebe-se que o planejamento está desarticulado das ações e vice-versa. Na fala da Macabéa existe a vontade de fazer, mas não há uma ação neste sentido: “Este ano eu fiquei de sentar com a coordenadora pedagógica para escrever o Projeto Político Pedagógico, pois soube, em uma formação, que preciso fazer essa escrita”. Na presente escola não há empréstimos de livros para alunos e a justificativa foi que “já houve uma tentativa de empréstimos, mas não deu certo. Nesse ano²² vou tentar iniciar com os alunos de 1º ano”. A POSL diz que vai montar um caderno com nomes dos alunos, sendo esse o controle para empréstimos em 2018.

²¹ Os nomes são fictícios, extraídos das obras das escritoras que nomeiam as escolas. Esse procedimento foi feito, para assegurar a privacidade e a confidencialidade dos entrevistados.

²² 2018.

Quando a coordenadora pedagógica, Joana, cita a não necessidade de incluir a Sala de Leitura no PPP da escola, fica evidente a falta de planejamento e articulação da equipe. Ela afirma que a SL não é contemplada no PPP, pois é vista como aula do dia a dia e, como tal, não haveria necessidade de colocar como projeto. Porém, é preciso destacar que:

O projeto pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete à realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que influencia e que pode ser por ela influenciado (VEIGA, 2008, p. 12).

Como afirma VEIGA (2008), é de responsabilidade da escola a inclusão da realidade escolar no PPP. O documento pode e deve influenciar e ser influenciado, ou seja, deverá conter projetos, ações e conceitos, que evidentemente mudam de acordo com os anos ou com as novas realidades daquele ambiente. Isso é reforçado pela Portaria nº 7665/15, que afirma:

Art. 4º - *Parágrafo único* - As atividades realizadas na Sala de Leitura deverão integrar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional e atender às diretrizes da Secretaria Municipal da Educação.

Assim, a fala de Joana mostra a ausência, não apenas do leitor, mas do ambiente apropriado ao desenvolvimento de leitores (a Sala de Leitura) no espaço escolar. Isso permite inferir sobre como a escola compreende a leitura e o grau de importância que lhe é dado. Também é importante ressaltar o não entendimento da Portaria que rege a SL, que, em seu Art. 4º, afirma a necessidade de integrar a SL e suas atividades ao PPP.

No planejamento e desenvolvimento da escrita do PPP da escola, é clara a não participação dos docentes. Em relato, Macabéa afirma que houve algum momento para discussão de trechos PPP. Contudo, na fala de Joana fica evidente que a construção é realizada somente pela equipe de gestão. Ela afirma que o PPP “começou a ser escrito por antigos coordenadores, então à medida que vão passando os coordenadores, eles vão ajudando na transcrição, mas sempre com a orientação do gestor”. Isso contraria a LDB nº 9493/96, que afirma que deve-se prever a participação dos profissionais de educação na elaboração do PPP:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
 I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.
 II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A participação de toda equipe escolar na elaboração do PPP é essencial em qualquer instituição escolar para que, de fato, ocorra uma gestão democrática. Os projetos, ações, conceitos de educação, de ser humano e de mundo devem ser escritos, a fim de envolverem toda a comunidade envolvida, com sentimento de representatividade, autoria e pertencimento.

O planejamento da escola, em relação às atividades de leitura, é esporádico. Quando questionada sobre os planos para 2018, a resposta de Joana foi evasiva: “O trabalho que realizamos é valoroso, mas sempre há algo para acrescentar”. Não houve menção específica a planejamento, ações ou práticas pedagógicas, que, na maioria, aparecem em contextos muito abrangentes e genéricos. Isso se torna problemático, uma vez que:

[...] o planejamento escolar é uma atividade que orienta a tomada de decisões da escola e dos professores em relação às situações docentes de ensino e aprendizagem, tendo em vista alcançar os melhores resultados possíveis (LIBÂNEO, 1991, p. 226).

Quando a coordenação não demonstra clareza e destreza no planejamento escolar, fica evidente a falta de participação docente em decisões e ações que envolvam a escola. Como discorre LIBÂNEO (1991), o planejamento visa alcançar os melhores resultados possíveis no processo de ensino e aprendizagem, sendo essencial à construção de qualquer unidade educacional.

b) Categoria: Espaço de articulação, linguagens e narrativas

O ambiente e as práticas que envolvem a Sala de Leitura são articulados na vivência escolar? Existe integração entre as áreas de conhecimento? O que significa a integração de áreas de conhecimento?

De acordo com Macabéa, a Sala de Leitura é utilizada por outros docentes no cotidiano escolar. Segundo ela, a maioria usa, com ênfase para os professores do Ciclo de Alfabetização e Interdisciplinar: “pela própria disposição da sala, mesas, já aconteceu da professora de educação física passar filme”. Joana, por sua vez, afirma que: “a SL é utilizada por todos os professores da escola, não só para leitura, às vezes fazem dinâmicas, passam filmes, etc.”.

A despeito desse uso, Macabéa afirma que não existe adesão dos professores do Ciclo Autoral. Acrescenta que a SL não tem cunho avaliativo, mas trata-se de um estímulo ao prazer pela leitura, o que nem sempre é possível na sala de aula, em que as leituras são realizadas primordialmente em livros didáticos e o conteúdo é objeto de avaliação.

O uso da SL na escola não é efetivo por todos docentes e, os que a utilizam, não o fazem com a real finalidade da SL. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o ambiente escolar é favorável para ensinar a leitura literária, como proposta por Bettelheim (1980). Assim, compete à equipe escolar planejar, propor projetos e ações práticas que envolvam a leitura dentro e fora da SL.

Cabe à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade (PCN, 1997, p. 30).

Quando questionadas sobre a integração e articulação do trabalho pedagógico com a SL, Macabéa afirma que a integração acontece esporadicamente, mas ressalta que algumas parcerias não possuem o envolvimento necessário, uma vez que parecem existir “por obrigação” e não por compromisso ou interesse. Logo, isso depende muito dos professores envolvidos. Segundo Joana, o grupo de docentes promove momentos de integração e articulação com Macabéa, transformando a SL num “projeto em ação”. Em referência à integração dos docentes, percebe-se, na fala desconecta de ambas as entrevistadas, a ausência de comunicação, o que tem impacto na articulação de projetos que envolvem a escola. Segundo a Portaria:

Art. 6º - São atribuições do Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL:

V - socializar, junto aos seus pares, nos horários coletivos, as propostas da formação continuada oferecidas pelas equipes das Diretorias Regionais de Educação - DREs e da Diretoria de Orientação Técnica DOT/SME. (portaria 7655/15).

É possível perceber que há desarticulação da prática quanto aos projetos e ações sobre a SL e os demais docentes, pois Macabéa diz ter poucos docentes predispostos ao trabalho. A coordenação, por sua vez, afirma que o grupo é envolvido em projetos, mas não descreve nenhuma ação que permita concluir algo sobre o real envolvimento. De acordo com a Portaria nº 7655/15, é atribuição de Macabéa socializar as propostas de formação continuada que foram oferecidas a ela, como caminho para aprendizagem e integração de conhecimento com os demais docentes, a fim de efetuar melhorias nessa articulação curricular.

Referente à articulação prevista na mesma Portaria pela POSL e a Poie, na escola em questão isso acontece em alguns momentos. Macabéa cita algumas atividades, como uma festa junina, em 2017. Na ocasião, usou-se o “Código QR” com o Ciclo Autoral para perguntas da prova do dia. Também citou a Semana do Folclore, na qual os alunos dos ciclos Interdisciplinar e Autoral fizeram brincadeiras com as crianças do Ciclo de Alfabetização.

Joana afirma que, nesse aspecto, a escola é bem integrada, “mesmo porque a Poie é bem presente, faz novos projetos e deixa bem claros os objetivos”. Esses novos projetos envolvem a Poie e a POSL, pois ambas planejam juntas eventos e projetos interdisciplinares, envolvendo a escola toda e promovendo a integração com os demais docentes.

Entender o papel da tecnologia na escola é muito relevante. Percebe-se que o uso da informática educativa nessa escola não proporcionou aprendizagens significativas, pois o uso do “Código QR”, por si só, não alinha o pensamento tecnológico a outras necessidades educativas.

c) Categoria: Acesso, estudos e reconhecimento das legislações pedagógicas

A prática do POSL, descrita pela Portaria, é reconhecida pela escola? Tem relevância no ambiente? Como está articulada ao PPP no dia a dia da escola?

Sobre a Portaria nº 7655/15, Macabéa diz não ter lido, mas que tem ciência de que há itens referentes às suas obrigações. Ela afirma ter clareza quando diz que as portarias são importantes, no sentido de orientar sobre o que deve ser feito na SL, uma vez que o trabalho realizado nem sempre recebe o devido apoio de colegas docentes das demais áreas de conhecimento dentro da própria unidade escolar. Na fala de Macabéa, pode-se notar certa falta de profissionalismo, quando afirma que não leu suas próprias atribuições, uma vez que, para “ter clareza” seria necessário ler, refletir e colocar em ação a função que lhe foi atribuída. Segundo a mesma Portaria:

Art. 14 - Para exercício da função de POSL, o interessado deverá ser eleito pelo Conselho de Escola, mediante apresentação de Proposta de Trabalho, de acordo com o disposto na presente Portaria, observados os seguintes critérios:
II - conhecer a legislação que rege a organização e funcionamento das Salas e Espaços de Leitura; (Portaria 7655/15)

Macabéa até corrobora a ideia afirmativa das portarias e legislações, com foco na formação plena do educando e sua atuação cidadã. Porém, a despeito do que diz o Art. 14 da Portaria, afirma não ter lido, mas, paradoxalmente, ter ciência do que se trata. Neste sentido, é evidente a falta de compromisso e/ou de profissionalismo, pois o cargo que a POSL exerce é fruto de eleição e pressupõe uma análise de proposta de trabalho antes de ser validada.

Além disso, Macabéa diz que muitos docentes ainda não apoiam o trabalho com a Sala de Leitura, demonstrando a falta de compreensão da importância da leitura e de um espaço que deve proporcionar momentos de reflexão e vivência literária e outras linguagens artísticas a toda comunidade escolar, inclusive aos docentes. Afinal, valorizar a leitura e promover a SL são atribuições de sua competência.

Quando indagada a respeito da Portaria nº 7655/15, Joana respondeu que tomou conhecimento “por conta da coordenação”. Comentou, ainda, que quem verifica as portarias geralmente são os auxiliares de secretaria e o próprio diretor.

Em nenhum momento da entrevista houve a menção à Portaria como base para seu trabalho ou recurso para possíveis atribuições à rotina escolar. Tanto Joana como Macabéa afirmaram que existe na escola um livro na sala dos

professores com as portarias e principais comunicados que os docentes devem assinar, dando ciência de sua leitura e reconhecimento.

O projeto “Leituraço”²³ esteve presente na Rede Municipal de Ensino de 2014 até 2016, com o objetivo de promover a leitura não hegemônica em todas as unidades escolares. Assim, foi solicitado a Macabéa que relatasse como aconteceu ou acontece esse trabalho. Ela afirmou que tentou realizar uma abordagem temática, como em 2017, em que propôs o “Agosto indígena”, sem muito sucesso. Diz que alguns professores trabalham o “Leituraço” no momento solicitado, mas não apresentam uma integração com o conteúdo anual. Neste sentido, observa que alguns colegas interrompem o conteúdo “normal” na ocasião do “Leituraço” e não apresentam contextualização do tema proposto, tornando-o fragmentado.

No relato da Macabéa percebe-se o início de um trabalho com o “Leituraço”. Contudo, o projeto não agregou nenhum novo significado, tampouco Macabéa demonstrou possuir o entendimento da necessidade de promover atividades em um único momento, com leituras de valorização da cultura e história de diversas populações, como indígenas, afrodescendentes e imigrantes, por exemplo, com o objetivo de desconstruir estereótipos e combater preconceitos.

Quando indagada sobre o “Leituraço”, Joana afirmou que o projeto surgiu com a ideia de aprofundar cada vez mais a leitura. Porém, quando o projeto chegou, não foi novidade, pois a escola sempre trabalhou a leitura no cotidiano escolar. Quando Macabéa e Joana são questionadas sobre as legislações ou projetos que envolvem o cotidiano educacional que, nesse caso, foi o “Leituraço”, há ausência de repertório nas duas situações. A Portaria destaca que:

Art. 3º - As Salas e Espaços de Leitura terão como principais objetivos:
IV - dar visibilidade às literaturas não hegemônicas, à literatura marginal periférica, à literatura de mulheres, negros e LGBT. (Portaria nº 7655/15).

A Portaria fortifica a SL como um espaço de visibilidade de literaturas não hegemônicas, mesma premissa do “Leituraço”. Somente em 2003, com a Lei nº 10.639, que, em seu Art. 26-A, afirma: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. Seria, talvez, ingenuidade crer que as leituras referentes a

²³ Educação lança Projeto Leituraço. 30/10/2014. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/igualdade_racial/noticias/?p=184138. Acesso em: 13 jun.2018.

afrodescendentes, mulheres, população LGBT, literatura marginal e periférica não são novidade em sua escola.

Por fim, a escola é fonte de aprendizado, pesquisa e ensino. Entender e procurar fontes que respaldem sua atuação, como coordenadora e professora, é fundamental. Ler, pesquisar, refletir, estudar e compartilhar dúvidas e ensinamentos fazem parte desse processo, que, nota-se, ainda é muito embrionário na escola. Há muitas falas soltas e pouco repertório de práticas pedagógicas. A entrevista se desenrolou num ciclo de apontamento de erros alheios e na atitude de esquivar-se dos próprios erros.

5.2 Categorias de análise da entrevista - escola Raquel de Queiroz

As entrevistas foram realizadas com a POSL, Guta, e a CP, Dora. As categorias tiveram por base as respostas das entrevistadas.

a) Categoria: Função da Leitura no Planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas

A escola (direção, coordenação e docentes) reconhece a função do POSL? Conhece e reconhece a prática pedagógica que a envolve? Há participação sua no planejamento?

Na escola Raquel de Queiroz, Guta relata seu planejamento na SL e diz “é muito diversificado, para atender a todas as turmas”. Segundo ela, precisa buscar materiais que atendam do 1º ano ao 9º ano. Respondeu, ainda, que seu planejamento hoje é rígido e que o segue à risca. Apresentou uma pasta com o planejamento de todas as turmas. A esse respeito, é importante ressaltar o que diz o Decreto nº 54.453/2013:

Art. 15. São atribuições da equipe docente:

V – planejar e ministrar aulas, registrando os objetivos, atividades e resultados do processo educativo, tendo em vista a efetiva aprendizagem de todos os alunos;

VI – planejar e desenvolver, articuladamente com os demais profissionais, atividades pedagógicas compatíveis com os vários espaços de ensino e de aprendizagem existentes na unidade educacional; (Decreto nº 54.453/2013).

Em seu relato, Guta demonstra estar ciente de suas atribuições como docente da Rede Municipal de Ensino. Assim, o planejamento e a busca pela melhor maneira a atender todos os alunos estão presentes em suas ações cotidianas. O planejamento, articulado com os demais docentes, seria o caminho para o ensino interdisciplinar. Esse tipo de ensino, segundo Fazenda (2014)²⁴, teria como base as atitudes das pessoas frente ao conhecimento. Traduzindo para o ambiente escolar, seriam duas ou mais áreas do conhecimento pensando juntas, com o objetivo de construir programas ou projetos que envolvam saberes integrados. Porém, um planejamento rígido, como citou Guta, não condiz com a adoção de estratégias mais articuladas, interativas e colaborativas, como apresenta o Decreto supracitado, que estabelece as atribuições dos docentes.

O planejamento sobre empréstimos de livros acontece e eles são registrados num caderno, com a lista de alunos. Perguntada se não havia um sistema computadorizado para controle de empréstimos, disse que não e que também prefere o controle manual, pois “é uma loucura o dia de empréstimos”. A esse respeito, a Portaria nº 7655/15 traz, em seu Art. 3º a seguinte menção: “As Salas e Espaços de Leitura terão como principais objetivos: I - disponibilizar o acervo da Sala de Leitura para toda a comunidade escolar [...]”. Guta afirmou que ainda não faz seu planejamento de acordo com esse artigo; os empréstimos se dão somente para alunos e funcionários, não contemplando a comunidade como um todo.

Quando questionada se o seu planejamento foi feito de acordo com a Portaria, a resposta foi negativa. Porém, Guta mencionou, em seu planejamento, projetos que envolvem o Ciclo Interdisciplinar, como o “Mediadores de Leitura” e o “Sarau”, abrangendo todos os ciclos. Já o projeto de literatura de cordel, contemplará, inicialmente, o Ciclo de Alfabetização. Entre os projetos mencionados, é possível articular as diretrizes da SL como ação pedagógica, conforme o trecho destacado da Portaria nº 7655/15:

Art. 2º - As Salas e Espaços de Leitura terão como diretrizes para a sua ação pedagógica:

IV - a literatura enquanto direito inalienável do ser humano e como fonte das várias leituras da realidade e do próprio desenvolvimento da história e das culturas.

²⁴ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=95&v=lx7XglAJ3TY>. Acesso em: 04 jun.2018.

Pode-se inferir que, de acordo com o Art. 2º, os projetos realizados por Guta corroboram a função da leitura e sua diversidade. É direito do ser humano ter acesso a essas leituras, como reconhecimento, desenvolvimento e valorização de sua própria história e de sua cultura.

Questionada sobre a elaboração do PPP, Guta afirmou que, embora não tenha participado, leu e alertou para a ausência da SL. Já a coordenadora Dora, relatou que o PPP foi escrito basicamente pelo diretor, mas com a intervenção da coordenadora da época e alguns poucos professores. Ressalta que hoje percebe algumas incoerências entre o que está escrito e o que se pratica, o que vai exigir discussões e ajustes. Isso significa, segundo Dora, que a SL não está presente como foco principal, mas como estratégia, com objetivos, para que os alunos aprendam a ler e a escrever, bem como desenvolver o raciocínio lógico. De acordo com a Portaria nº 7655/15:

Art. 4º - *Parágrafo único* - As atividades realizadas na Sala de Leitura deverão integrar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional e atender às diretrizes da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 6º - São atribuições do Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL: II - participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e da construção do currículo numa perspectiva integradora;

Cabe à Guta e à equipe de gestão perceber o quão valioso é o espaço da SL e divulgá-lo. Deve ser enfatizado que, um dos objetivos para o bom funcionamento, é a integração dos projetos da SL no PPP e a participação da POSL na sua elaboração e construção. Dada a sua importância, o PPP deve ter destaque dentro da escola, uma vez que favorece avanços pedagógicos, envolvendo toda a equipe e a comunidade escolar, conforme exposto por Veiga (2008, p. 13):

O projeto pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições [...] rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola.

Segundo VEIGA (2008), o PPP é concretizado quando estabelece sentido e direção ao compromisso pedagógico. Porém, deve ser realizado por todos da comunidade escolar, o que contraria as práticas evidenciadas por Dora, que afirma

que o PPP foi escrito e idealizado basicamente pelo gestor, desfavorecendo toda organização participativa e coletiva a que a comunidade escolar tem direito.

b) Categoria: Espaço de articulação, linguagens e narrativas

O ambiente e as práticas que envolvem a Sala de Leitura são articulados na vivência escolar? Existe integração entre as áreas de conhecimento? O que significa a integração de áreas de conhecimento?

Sobre a articulação da SL com os demais professores, Guta disse que a escola, como um todo, participa bastante e que existe muito empenho de alguns professores. Há, conforme seu relato, uma nítida diferenciação quando o professor valoriza a leitura e a SL, especialmente quanto à defasagem de aprendizagem dos alunos.

Guta aponta características específicas de alguns professores, quando os alunos apresentam dificuldades de aprendizagem. A procura por atividades e leituras que favoreçam o aprendizado é um caminho relatado, por exemplo. Neste sentido, há docentes que pegam livros para leitura diária e outros, que pedem exemplares de clássicos da literatura para trabalhar em seminários.

Ao mencionar exemplos do uso da leitura na escola, nota-se o cumprimento da LDB nº 9394/96, que define, em seu Art. 3º, os princípios que devem nortear o ministério do ensino: “[...] III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Os professores, segundo o relato de Guta, tiveram autonomia na escolha de atividades que atendessem seus alunos. Essa ação é evidenciada quando os docentes, percebendo dificuldades de aprendizado das turmas, preparam seminários ou orientam leituras específicas para a superação de dificuldades de uma determinada turma, por exemplo.

Quando questionadas, Guta e Dora, sobre o uso do ambiente SL pelos demais professores, a resposta foi negativa. Comentaram que existe pouca integração com outras áreas e, quando a usam, é por intermédio dos alunos, que solicitam a busca e/ou pesquisa de algum livro. Aqui é preciso ressaltar o não cumprimento da Portaria nº 7655/15, Art. 2º, sobre ação pedagógica da SL:

[...] III - a garantia da bibliodiversidade de forma a atender toda a comunidade educativa, tornando propício o trabalho com a leitura que o leitor pode fazer de si, do outro e do mundo.

Logo, cabe à Guta oferecer aos docentes da escola o acesso à SL e a formação necessária para quem percebam a importância do espaço e da própria leitura, como fonte de aprendizagem. Para tal, é preciso apresentar o acervo da SL, os exemplares mais lidos e promover reflexões e ações sobre a leitura dos alunos e dos próprios docentes, favorecendo a integração entre os sujeitos da comunidade escolar e entre as áreas de conhecimento.

Seria preciso, ainda, que a coordenadora definisse quais estratégias pedagógicas seriam cabíveis para favorecer a articulação de conhecimentos. Neste sentido, a articulação aparece apenas como um conceito, com pouca análise de significado e do seu impacto nas práticas pedagógicas.

Quando a pergunta foi sobre a integração do Poie com a POSL, a resposta foi negativa, tanto de Dora como de Guta, deixando claro o não cumprimento da Portaria 7655/15, que, em seu Art. 6º, inciso IV, trata das atribuições do POSL: “Articular, em conjunto com o POIE, o planejamento e desenvolvimento do trabalho na área de integração, envolvendo os demais professores da unidade”.

Para favorecer a devida articulação entre as áreas de conhecimento, faz-se necessário ter, ainda, o apoio da Poie. Ambas devem desenvolver projetos conjuntos que envolvam o uso da tecnologia e valorizem a importância da leitura e a integração como um todo. Com foco nessa articulação tecnológica, a Diretriz Curricular Nacional estabelece metodologias de aprendizado:

[...] Por outro lado, tecnologias da informação e comunicação modificaram e continuam modificando o comportamento das pessoas e essas mudanças devem ser incorporadas e processadas pela escola para evitar uma nova forma de exclusão, a digital (DCN, 2013 p. 167).

A DCN atribui valor às tecnologias digitais como fonte de aprendizado para Educação, além de indicar a produção de conhecimento e o protagonismo do aluno. Assim, é necessário que a escola produza mais ações e que envolvam, de fato, as áreas de conhecimento, na prática. Essas ações devem possibilitar, a alunos e professores, a articulação e a valorização da vida pessoal e coletiva. Como exemplo, os alunos poderiam identificar mudanças no bairro com a ajuda do *Google Maps*, fotos antigas, relatos de pais, funcionários e moradores da região, depois construir

uma tabela, disponibilizando os dados coletados num *blog*, avaliando a própria pesquisa. Os alunos poderiam sugerir mudanças ou adaptações no modelo de comunidade encontrada.

c) Categoria: Acesso, estudos e reconhecimento das legislações pedagógicas

A prática do POSL, descrita pela Portaria, é reconhecida pela escola? Tem relevância no ambiente? Como está articulada ao PPP no dia a dia da escola?

Sobre a Portaria nº 7655/15, Guta disse que leu. Contudo, não a utiliza como fonte de seu planejamento na SL. A coordenadora, Dora, mencionou que já leu a Portaria “até para organização do meu trabalho aqui”. Considera muito importante a leitura de portarias e disse que “na coordenação obrigatoriamente a gente tem que ler”. Para Dora, elas fazem parte é da organização estrutural; na prática, devem ser objeto de discussão entre os envolvidos, que nem sempre estão conectados/integrados como seria desejável.

A POSL leu a Portaria, porém não entende sua real função no cotidiano. A coordenadora, por sua vez, entende a Portaria, mas não apresentou, de fato, práticas que envolvessem a organização de atividades integrativas que favorecessem sua implementação.

Em relação à legislação, de modo geral, a coordenadora cita a importância da escuta ativa de professores e gestores. Afirmou que há surpresa quando chegam alguns itens, mas que eles são discutidos em momentos de formação, de modo a tentar atender às determinações. Os regimentos são um caminho para organização do trabalho escolar e cabe à escola utilizá-los:

Os regimentos escolares são documentos formais, de caráter normativo, e por isso possuem uma estrutura de texto legal, ou seja, são redigidos em forma de títulos, capítulos, artigos e parágrafos. Mas, principalmente, os regimentos definem “as regras do jogo”, os objetivos da educação escolar, as formas de organização do trabalho pedagógico da escola, o regime de funcionamento da escola, a organização do ensino, o currículo, o planejamento escolar e seu produto, o processo de avaliação, as relações de poder, a forma de gestão, as atribuições, os direitos e deveres de docentes, funcionários, pais e alunos (MELLO, 2015, p. 02).

Nesse sentido, os regimentos devem estar contemplados no PPP, pois é nele que está o planejamento permanente, aquele que implica escolhas, anseios e necessidades para que a construção da realidade escolar e de sua comunidade seja um fato. Surpresas nas demandas das legislações podem até ser comuns, mas precisam ser adequadas ao melhor andamento escolar e reverter-se em bem-estar para a comunidade escolar. É por isso que os regimentos são escritos, estudados e deferidos, para promover harmonia, inclusão e respeito aos direitos de todos.

Sobre o “Leituraço”, Guta ressalta que é uma ocasião em que falam sobre o que é um autor periférico, a literatura indígena, africana, imigrante, mas, principalmente, a periférica. Isso é muito importante, segundo ela, porque já ouviu de um aluno: “Eu moro no Capão Redondo [...] vou ser traficante mesmo”, no momento em que afirmava que a leitura não era importante. A afirmação e reafirmação constantes da importância do ato de ler e escrever são formas de combater a ideologia vigente e de superar o estigma de que morador de periferia não pode escrever ou ler.

A literatura periférica vive como uma manifestação da cultura popular urbana, provida pelas classes populares; nelas é referenciada e para elas se volta, num movimento de autovalorização. A produção simbólica abarca publicações de vários gêneros, que narram o cotidiano e a pluralidade da periferia. Assim, o autor periférico tem, em seu cerne, novas visões da literatura, construídas com base no olhar endógeno sobre sua própria experiência de viver à margem da sociedade e da produção cultural.

Na fala de Guta, percebe-se o envolvimento com a leitura periférica, um dos pontos do “Leituraço”. Porém, o objetivo do projeto não se restringe a esse tipo de leitura, mas “consiste na difusão, estímulo à leitura e estudo da produção literária africana e afro-brasileira”. Portanto, é necessário pensar na leitura numa situação mais ampla, estimulando todos os alunos.

Na fala de Dora, o “Leituraço” esteve diluído, no decorrer do ano, em outras atividades. O projeto propriamente dito é utilizado de acordo com as necessidades e sempre pensam sobre “qual é a importância dele na escola, dentro do nosso PPP, dentro do currículo”. Diz que o projeto é muito válido, que há respeito por ele e que a equipe reflete sobre os temas: “é um trabalho desgastante para que surja efeito no ser humano”.

Por fim, entende-se que o “Leituraço” aconteceu, mas não nos moldes estabelecidos pela SME. Contudo, houve uma preocupação em inserir a leitura não hegemônica e a sensibilidade da escuta, principalmente quando o aluno refere-se à periferia como um lugar de produção criminal, não estabelecendo relação com um ambiente também produtor de cultura. Portanto, cabem às unidades escolares o uso cada vez mais aprofundado de leituras e formações que favoreçam a reflexão e o pertencimento do ambiente no qual estão inseridos. Também devem dar o devido valor às artes, estimulando não apenas a apreciação da leitura e outras modalidades, mas também a sua produção.

5.3 Categorias de análise da entrevista - escola Lygia Fagundes Telles

As entrevistas foram realizadas com POSL, Virgínia, e a CP, Tatisa. As categorias elaboradas tiveram, como base, as respostas das pessoas entrevistadas.

a) Categoria Função da Leitura no Planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas

A escola (direção, coordenação e docentes) reconhece a função do POSL? Conhece e reconhece a prática pedagógica que a envolve? Há participação sua no planejamento?

Sobre os projetos que acontecem na Sala de Leitura, Virgínia relatou dois de maiores sucessos: a monitoria, na qual os alunos leem para outros alunos e pesquisam assuntos relacionados aos projetos em andamento, e o “Poetizando”, projeto que busca incentivar os alunos no mundo da poesia, realizado em formato de concurso. Nesse aspecto, é possível destacar o Art. 3º da Portaria nº 7655/15, que rege a SL: “II - favorecer a aprendizagem dos diferentes gêneros de leitura”. Percebe-se que Virgínia realiza, em sua escola, alguns projetos vislumbrando a aprendizagem e o estímulo ao hábito da leitura.

Já sobre o planejamento da SL com os demais docentes, Virgínia afirmou que procura os docentes quando vê necessidade: “Eu subo na sala dos professores, não tenho problema nenhum em ir atrás, eu pergunto mesmo, eu sou assim”. Entretanto,

sobre o planejamento em conjunto, Virgínia diz ocorrer somente por necessidade. A referida Portaria, em seu Art. 6º, é clara, contudo, quanto a esse aspecto e às atribuições do POSL no que tange ao planejamento:

Art. 6º - São atribuições do Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL: IV articular, em conjunto com o POIE, do planejamento e desenvolvimento do trabalho na área de integração, envolvendo os demais professores da unidade.

Segundo o Art. 6º, em seu parágrafo IV, o trabalho de articulação deve ocorrer em conjunto com os demais docentes. Quando Virgínia afirma que procura os docentes quando vê necessidade, demonstra que ela cumpre sua função parcialmente, pois o planejamento deve ocorrer no início do ano letivo com todos os docentes e, no decorrer do ano, conforme as demandas de: projetos, atividades e ações que envolvam a unidade escolar.

Com relação aos empréstimos de livros na escola, Virgínia diz que sempre acontecem. O controle desses empréstimos é realizado em um caderno, dividido por turma. Posteriormente, os dados são lançados numa planilha do programa Excel. Novamente é preciso recorrer ao Art. 6º da Portaria, parágrafo VII: “Conhecer, divulgar e disponibilizar o acervo de modo a favorecer a bibliodiversidade”. Virgínia afirma, em seu relato, que garante o acesso aos livros e aos empréstimos em sua escola.

O acervo de livros é considerado adequado por Virgínia. A ressalva ficou por conta do que considera poucos volumes de livros para os primeiros e segundos anos em letra bastão e não imprensa, pois os alunos estão no início da alfabetização. Com base nessa colocação, é preciso atentar para o que diz o Plano Municipal de Educação (PME), que estabelece, em consenso com o Plano Nacional de Educação (PNE), as diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da educação. A meta selecionada sobre acervo de livros foi:

META 3. Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Estratégias: 3.9. Ampliar o acervo e as atividades de leitura das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação para promover acesso e o prazer da leitura (PME, 2015).

O PME, que teve seu início em 2015, com prazo de 10 anos para cumprimento, estabelecendo, em uma de suas metas, a qualidade da Educação. Para tal realização, constitui a estratégia 3.9, que trata de ampliar o acervo e as atividades de leitura da Rede Municipal de Ensino, que, assim como descreveu Virgínia, é uma medida necessária para aumentar a gama de livros na escola.

Houve também o questionamento sobre os pontos positivos e negativos da atuação na SL. Nesse aspecto, Virgínia relata que o principal ponto negativo é ver muitos alunos sem interesse em leitura, que sequer fazem empréstimos. Isso contradiz sua própria fala, uma vez que, em outro trecho, Virgínia afirma que os empréstimos feitos fazem-na concluir que a escola é leitora. Em 2007, a SME lança um caderno de “Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem” para o ensino fundamental, que deveria ser guia de trabalho para toda escola. Além de definir o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da vida escolar, tem um foco específico na leitura e escrita:

As tarefas de leitura e escrita foram tradicionalmente atreladas ao trabalho do professor de Língua Portuguesa e os demais professores não se sentiam diretamente implicados com elas, mesmo quando atribuíam o mau desempenho de seus alunos a problemas de leitura e escrita. Hoje, há um consenso razoável no sentido de que o desenvolvimento da competência leitora e escritora depende de ações coordenadas nas várias atividades curriculares que a escola organiza para a formação dos alunos do Ensino Fundamental (ORIENTAÇÕES CURRICULARES E PROPOSIÇÃO DE EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM, 2007 p. 26).

O trecho destacado corrobora a necessidade de desenvolver atividades que promovam a habilidade leitora dos alunos, com incentivo, objetivos e planejamento adequados, a fim de ampliar o repertório linguístico, que possibilitará a ampliação das possibilidades de leitura e escrita por todos os professores em suas respectivas áreas de conhecimento. Na fala de Virgínia, parece haver certo comodismo ao afirmar que alunos não leem e não fazem empréstimos, sendo que é sua função também criar estratégias de incentivo à leitura.

b) Categoria Sala de leitura como espaço de articulação, linguagens e narrativas

O ambiente e as práticas que envolvem a Sala de Leitura são articulados na vivência escolar? Existe integração entre as áreas de conhecimento? O que significa a integração de áreas de conhecimento?

Sobre a integração da SL com as demais disciplinas, Virgínia mostra disposição em se articular com outros professores: “Eu sempre pergunto aos professores se querem algo para ler com alunos em específico, não tenho problemas em perguntar e conversar com os professores”. Mais uma vez é preciso recorrer à Portaria nº 7655/15, que, em seu Art. 6º, afirma ser atribuição da POSL:

V - socializar, junto aos seus pares, nos horários coletivos, as propostas da formação continuada oferecidas pelas equipes das Diretorias Regionais de Educação - DREs e da Diretoria de Orientação Técnica DOT/SME.

Assim, cabe a ela perceber a real necessidade dos docentes e oferecer formação continuada, com o objetivo de proporcionar a eles o desenvolvimento necessário para entender, usufruir e repensar o espaço da Sala de Leitura em conjunto. Afinal, esse espaço é fonte de integração de todos os componentes curriculares, para que favoreçam aprendizagens e o desenvolvimento de competências dos educandos.

No mesmo o Art. 6º, parágrafo IV, o Poie é citado como articulador desse processo em conjunto com a POSL. Porém, na fala de Virgínia, ela parece não ter dimensão desse trabalho de integração. Na entrevista apenas citou que procura manter seu planejamento em consonância com os professores de Língua Portuguesa, sem citar as demais áreas de conhecimento ou o trabalho com o Poie.

Ainda em relação à participação do Poie e à tecnologia como fonte de integração na SL, afirmou que a parceria existe, mas nem sempre conseguem planejar juntos. Apesar disso, afirma que já realizaram projetos, como o de transformar fábulas em cordel. Contudo, a descrição parece indicar que o trabalho não é necessariamente articulado, uma vez que a parte de informática sugere ser mecânica, apenas para digitação dos textos produzidos. Quando Virgínia afirma que

não consegue realizar planejamento com o Poie, é evidente a falta organização da escola, uma vez que, nos artigos 8º e 12º da Portaria nº 7555/15, tem-se que:

Art. 8º - O horário de trabalho do POSL, independentemente da sua jornada de trabalho, deverá ser distribuído de forma a atender os educandos em seus respectivos turnos, assegurando sua participação nos horários coletivos, bem como, a articulação com os Professores Orientadores de Informática Educativa - POIE e demais professores da UE.

Art. 12 - A organização do horário de trabalho do POSL será de responsabilidade do próprio servidor em conjunto com a Equipe Gestora da Unidade Educacional, com a aprovação do Supervisor Escolar.

Nos dois artigos supracitados, pode-se observar a autonomia que a Portaria oferece ao POSL, na elaboração dos horários de trabalho, centralizando nela, nos gestores e nos supervisores, toda a organização e direcionamento. Apesar disso, na escola em pauta não há indícios da consciência dessa autonomia, sendo esse um caminho flexível, que se adaptaria às necessidades reais da escola, proporcionando uma SL mais eficiente, de qualidade, e em consonância com a formação leitora dos alunos.

Depois disso, houve o questionamento sobre como a Virgínia percebe o apoio da coordenação. A resposta foi neutra; não houve menção de trabalhos efetivos. Virgínia diz que “os professores que têm carga horária mínima na escola, não têm tempo de fazer formações”. Segundo ela, esses professores parecem perdidos e, em sua opinião, a coordenação pode ajudar a integrá-los.

Já a coordenadora pedagógica, Tatiana, disse que não vê nenhum professor usando o espaço da SL e que, inclusive, o trabalho de parcerias em relação às demais áreas de conhecimento e a sala é pontual: “Há pouco trabalho de integração entre os docentes; é muito difícil ver planejamentos unidos. Acredito que muitos são individualistas”. Levando em consideração as palavras de Virgínia e de Tatiana, é preciso trazer um trecho do Decreto nº 54.453/2013, que estabelece diretrizes para o cargo de Coordenador Pedagógico:

Art. 11. São atribuições do coordenador pedagógico: III – coordenar a elaboração, implementação e integração dos planos de trabalho dos professores e demais profissionais em atividades docentes, em consonância com o projeto político-pedagógico e as diretrizes curriculares da Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com o Art. 11º do Decreto que rege as atribuições da CP na PMSP e a considerando a fala de Tatisa, há um descompasso, pois é exatamente sua função proporcionar a integração entre os planos de trabalho dos docentes. Isso significa que, se existem poucos trabalhos de integração nas áreas de conhecimento e individualismo, cabe a Tatisa promover planejamentos unificados ou interligados, em consonância com o PPP, e também desenvolver atividades que estimulem o espírito de equipe.

Ainda na perspectiva da Sala de Leitura e de seu trabalho articulado às demais áreas do conhecimento, quando questionada sobre como a escola percebe as práticas realizadas por Virgínia, Tatisa afirmou que “o trabalho da Sala de Leitura é fantástico, todos os professores elogiam sempre”. Aprofundando a questão, a coordenadora afirmou que a SL “tem um trabalho muito interessante sobre concretizar a leitura literária em algo material, sendo muito significativo para as crianças”.

Por fim, em relação ao trabalho da SL, compreende-se que há uma valorização das tarefas no contexto escolar. Tatisa afirma que os docentes elogiam os alunos, que sempre mostram satisfação e alegria quanto aos trabalhos desenvolvidos por Virgínia. Assim, em tese, a SL tem seu espaço garantido imerso na vida escolar, com projetos e atividades aprovados pelos atores da comunidade envolvida, segundo dados coletados no decorrer da entrevista.

c) Categoria acesso, estudos e reconhecimento das legislações pedagógicas

A prática do POSL é reconhecida em portaria pela escola? Tem relevância no ambiente? Como articulam essa prática ao PPP no dia a dia da escola?

A Portaria nº 7655/15 foi lida por Virgínia, porém não na íntegra. Afirma, porém, que sabe e compreende quais são as suas atribuições dentro da SL. Já Tatisa informou ter conhecimento e que já leu, em algum momento. Disse que “o perfil de nossa escola não são (sic) as leis em si, nossa escola é mais pedagógica”. Isso significa, segundo a própria Tatisa, que a escola não é “escrava” da legislação. Para entender essas acima, é interessante recorrer ao Art. 14º da Portaria, que estabelece critérios para seleção dos interessados ao cargo de POSL:

Art. 14 - Para exercício da função de POSL, o interessado deverá ser eleito pelo Conselho de Escola, mediante apresentação de Proposta de Trabalho, de acordo com o disposto na presente Portaria, observados os seguintes critérios: II - conhecer a legislação que rege a organização e funcionamento das Salas e Espaços de Leitura.

Quando fala sobre conhecer a legislação, é preciso destacar a extrema importância da leitura completa e reflexiva da Portaria, sendo esse um dos critérios para escolha do POSL. Cabe aos membros do conselho de escola (gestor, professores, equipe técnica - assistente de direção e coordenador pedagógico -, equipe de apoio - agente escolar, agente administrativo, secretário -, equipe discente e pais ou responsáveis), a votação para eleição e/ou permanência da POSL. Apesar dos critérios estabelecidos pela SME, o fato de Virgínia não ter lido na íntegra a Portaria, não impossibilitou ou dificultou sua nomeação, mesmo indo contra a própria Portaria.

A afirmação de Tatisa de que o perfil da escola não está associado à legislação, mas que é “mais pedagógica”, demonstra que há desconhecimento sobre a necessária articulação entre essa legislação e as práticas pedagógicas. Assim, a legislação é um direcionamento fundamental para que sejam assegurados os direitos e deveres de todos os envolvidos. Portanto, não devem haver perfis escolares “mais legais” (no sentido da legislação) ou “mais pedagógicos”; a legislação deve servir de apoio ao trabalho pedagógico.

Sobre o PPP, Virgínia disse que participou por meio das formações, reuniões e Jornada Especial Integral de Formação (JEIF) e que sempre era contatada para fazer correções ou mesmo verificar a adequação do projeto SL dentro do PPP. A atuação de Virgínia deve ser analisada à luz do que está previsto no Art. 6º da Portaria 7655/15: “III - participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e da construção do currículo numa perspectiva integradora”. Sendo o PPP uma construção sócio-histórica e cultural, é instrumento privilegiado na constituição de identidades e subjetividades, sendo necessária a participação de todos envolvidos na comunidade escolar, para acompanhar e criar práticas que reconheçam, empoderem, respeitem e estimem o ser humano, nas suas diferenças e no seu tempo de aprender.

Segundo Tatisa, a construção do PPP foi realizada por ela e, em 2018, houve algumas alterações: “Tivemos que incluir a escrita sobre educação integral,

ampliamos a questão do Prove, que é a formação continuada de professores, e o projeto alimentação”. O PPP da escola é revisitado quando necessário, afirmou a Tatiana, e “sempre buscamos envolver a equipe nessas revisitações”.

Um exemplo de projeto que pode e deve estar dentro do PPP é o “Leituraço”. Neste sentido, Virgínia descreve a dificuldade de compreensão do projeto e afirma que: “A primeira vez que veio o projeto, não gostei, porque pareceu algo imposto [...], depois a SME iniciou as formações, mostrou como trabalhar e também enviou livros para escola”.

A análise do “Leituraço” foi positiva e ele foi considerado “um bom projeto”. Virgínia, porém, só considerou a realização adequada ao trabalho pedagógico em sua escola no ano de 2017. Naquele ano, segundo ela, a instituição soube organizar o espaço e os professores, para realizarem um dia de leitura com foco na literatura não hegemônica, envolvendo todos, com dinâmica própria. Cada aluno, por exemplo, pôde escolher a “sala/oficina” com a qual tinha mais afinidade.

No contexto do “Leituraço”, Tatiana afirmou: “Estamos aprimorando o formato, para que ele, de fato, aconteça”. Disse que, no início do projeto:

[...] não tínhamos sucesso com a leitura, havia poucos estudos e não entendíamos direito a proposta. No ano de 2017 realizamos um belíssimo trabalho, onde cada professor montou sua oficina com o tema pertinente ao Leituraço e os alunos foram se inscrevendo e participando; a escola toda se movimentou foi um sucesso.

A equipe de profissionais da escola utilizou o projeto Leituraço como fonte de incentivo à leitura não hegemônica, como proposto pela SME. Porém, dentro de sua realidade escolar, o modelo solicitado - que consistia em ler um livro por sala simultaneamente - não surtiu efeito naquele ambiente. Assim, foram propostas oficinas que, como relatou Tatiana, atingiram o objetivo.

Nessa situação, percebe-se que a SME, assim como equipe escolar, tem a preocupação com o currículo interdisciplinar e deve olhar para seus alunos e compreender a dinâmica de aprendizagem de todos, propondo novas estratégias, sem sair do foco do projeto modelo. Portanto, novas ações e estratégias devem ser articuladas no PPP.

5.4 Categorias de análise da entrevista - escola Zélia Gattai

Foram realizadas entrevistas com a POSL, Angelina, e a CP, Doralice. As categorias tiveram como base as respostas das pessoas entrevistadas.

a) Categoria Função da Leitura no Planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas

A escola (direção, coordenação e docentes) reconhece a função do POSL? Conhece e reconhece a prática pedagógica que a envolve? Há participação sua no planejamento? Como acontece o planejamento da POSL ?

Na entrevista, Angelina foi questionada sobre o uso da SL por outros professores. Sua resposta foi que “para a leitura é muito difícil”, que usam mais para “fins tecnológicos”, uma vez que o retroprojektor fica na sala. A mesma pergunta foi feita para Doralice, que afirmou que, em geral, é utilizada por Angelina e que os docentes a utilizam para fins tecnológicos, como para usar *Datashow*. Percebe-se que um ou outro professor faz trabalhos com leitura ou pesquisas no local.

Quando a equipe escolar não usa o espaço da SL para fins de leitura, fica evidente o descompromisso com a valorização da leitura. A Diretriz Curricular Nacional afirma que:

Desse modo, no projeto político-pedagógico, a comunidade educacional deve engendrar o entrelaçamento entre trabalho, ciência, tecnologia, cultura e arte, por meio de atividades próprias às características da etapa de desenvolvimento humano do escolar a que se destinarem, prevendo:
V – a valorização da leitura em todos os campos do conhecimento, desenvolvendo a capacidade de letramento dos estudantes (DCN, 2013, p. 52).

Cabe à escola, por meio de seu PPP, buscar a real integração dos demais professores quanto ao uso do espaço da SL para fins de leitura ou pesquisa, promovendo o letramento, não deixando a responsabilidade somente nas mãos do profissional POSL. Outra questão levantada foi os empréstimos de livros na SL. Para respondê-la, Angelina mostra fichas com dados dos alunos e espaços para escrever os títulos dos livros, dentro de uma caixinha, separadas por turmas. Os alunos

geralmente ficam uma semana com o livro e, após a leitura, devolvem para Angelina, que registra e guarda os volumes. A Portaria estabelece que:

Art. 6º - São atribuições do Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL: VIII - elaborar horário de atendimento aos educandos, em conjunto com a Equipe Gestora, de modo a favorecer e otimizar o acesso aos livros para toda a comunidade escolar.

Como citado, compete ao POSL, junto com a equipe de gestão, favorecer o acesso aos livros para toda a comunidade escolar (pais, funcionários e alunos). Na escola Zélia Gattai “o acervo é disponibilizado para todos, inclusive para comunidade externa, quando nos procura”, relata Doralice.

Por fim, questionou-se sobre o ato de ler na equipe de gestão. Doralice respondeu que eles nunca leem juntos e que, a despeito de terem estabelecido um dia por semana para reuniões, “só apagam incêndios”. Neste sentido:

Não sentam para pensar o pedagógico, os projetos, as ações de modo geral, as reuniões quando são realizadas é para solucionar o problema já existente, sendo o ideal pensar em soluções para que os problemas não cheguem a acontecer.

Temos nessa fala um referencial de leitura muito comum no ambiente escolar. Segundo Paulo Freire:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado - e até gostosamente - a "reler" momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo (FREIRE, 1989, p.. 09).

Freire destaca a importância de ler o mundo antes de ler a palavra. No caso da escola em pauta, a equipe necessita unir-se para ler seu próprio mundo e perceber, de fato, que tipos de ações devem ocorrer dentro do ambiente, para que ocorram aprendizagens significativas fomentadas pela leitura. O papel da equipe de gestão é, como relata FREIRE (1989), uma releitura de momentos fundamentais da prática. Assim, rever, reler, readaptar ações, planejar em conjunto e, sobretudo,

compreender a importância do ato de ler, são ações fundamentais que devem ser fomentadas pela gestão.

b) Categoria Espaço de articulação, linguagens e narrativas

O ambiente e as práticas que envolvem a Sala de Leitura são articulados na vivência escolar? Existe integração entre as áreas de conhecimento? O que significa a integração de áreas de conhecimento?

Na entrevista houve um questionamento sobre como a escola percebe seus alunos como leitores e se há algum projeto ou atividade específica. Em resposta, Angelina afirma que os alunos leem muito, emprestam muitos livros e que, na escola, há vários projetos, todos muito bons, sendo o destaque o “Conto e faz de conta”. O projeto acontece uma vez ao ano, com diferentes temas, como contos de fadas, africanos, indígenas e árabes, escolhidos pela comunidade escolar, com atividades de recreação, oficinas, contação de histórias e outras artes, todos com a mesma abordagem e sintonia na preparação das salas temáticas e reflexões sobre o tema. Esse tipo de iniciativa está em consonância com a Portaria nº 7655/15, que afirma:

Art. 3º - As Salas e Espaços de Leitura terão como principais objetivos:
IV - dar visibilidade às literaturas não hegemônicas, à literatura marginal periférica, à literatura de mulheres, negros e LGBT.

As escolas, assim como as políticas públicas, devem ampliar o acervo e o acesso aos livros, bem como as culturas não hegemônicas, para propiciar aos educandos momentos de reflexão e formações sobre outras etnias. Ainda sobre o projeto “Conto e faz de conta”, Angelina diz ser muito valorizado pela equipe escolar, tendo iniciado em 2011. Ela o considera o melhor projeto até o momento, pois tem o envolvimento de todos os ciclos, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Houve o questionamento se era possível melhorar a atuação como formadores de leitores, ao que Angelina respondeu afirmativamente, uma vez que ainda vê muitos livros parados na estante da SL e que poderiam estar dentro da sala de aula e/ou com os alunos. Afirmou que: “a literatura poderia nortear os projetos e as aprendizagem como um todo”. Ainda segundo ela, uma parte dos professores não

quer procurar livros na SL e “quando faço projetos informando e formando, muitos nem ligam”.

Não se formam bons leitores oferecendo materiais de leitura empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita. As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura (PCN, 1997, p. 29).

Como se vê, é fundamental não apenas oferecer livros, mas oferecer livros de qualidade para formação leitora. Na fala de Angelina, muitos docentes nem procuram saber quais títulos podem ser encontrados na SL e, quando ela realiza formação continuada, não há muito envolvimento.

Outro projeto que Angelina mencionou deveria ocorrer em maio de 2018, quando a professora de Língua Portuguesa e a de docência compartilhada teriam iniciado a leitura do livro “O escaravelho do Diabo” em sala de aula. Afirmo que acredita na integração e diz que sua função é facilitar os trabalhos entre as áreas. Dessa forma, tem feito atividades que antecedem as leituras dos temas pesquisados, além de fazer pesquisas no próprio acervo, organizar diversos materiais, pensar em dramatizações e tornar a atividade em sala de aula mais significativa. Todas as ações com o projeto do livro citado são articuladas entre Angelina e as demais docentes. Esse trabalho se mostra válido, assertivo e em consonância com a Portaria nº 7655/15:

Art. 6º - São atribuições do Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL:
VI - assegurar a organização necessária ao funcionamento das Salas de Leitura de modo a favorecer a construção criativa do espaço, no sentido de adequar as diferentes atividades a serem desenvolvidas;
VII - conhecer, divulgar e disponibilizar o acervo de modo a favorecer a bibliodiversidade.

Dentro desse objetivo, houve questionamento sobre a função da coordenação na integração entre docentes. Angelina explica que há muitos estudos, vivências e novos materiais para a formação continuada. Entretanto, percebe que alguns professores não atuam de acordo com as novas perspectivas de aprendizagem, seja porque não acreditam, seja porque não querem ter trabalho de mudar.

Doralice relata a dificuldade de manter uma coerência entre a fala e a ação, principalmente quando o assunto é integração entre as áreas de conhecimento. Afirmo que: “a própria estrutura escolar não permite um planejamento mais

integrado”. Citou como exemplo o fato de estarem trabalhando ainda “dentro de caixas, somos delimitados por disciplinas, os conteúdos não se conversam”. Para mudar o cenário, Doralice fala da necessidade de “uma equipe coesa, com os mesmos objetivos e vontade de mudar”. Tanto na fala de Angelina como na de Doralice, ainda perpetua a atuação docente enraizada nos moldes tradicionais, aquela em que o professor já traz o conteúdo pronto e o aluno se limita a escutar. O referencial de orientação curricular da Prefeitura de São Paulo abordou o tema:

A organização curricular deve superar fronteiras, sempre artificiais, de conhecimentos específicos e integrar conteúdos diversos em unidades coerentes que apoiem também uma aprendizagem mais integrada pelos alunos, para os quais uma opção desse tipo possa realmente oferecer algo com sentido cultural e não meros retalhos de saberes justapostos (Orientação Curricular, 2007, p. 19).

Portanto, a organização curricular pode oferecer a integração de conteúdos diversos. Cabe à equipe docente e à coordenação extrapolar as fronteiras, para mostrar aos educandos o verdadeiro diálogo entre as áreas de conhecimento. Uma das maneiras de realizar esse diálogo é criar projetos interdisciplinares.

Ainda sobre integração, indagada sobre o uso do laboratório de informática e a articulação com Poie, Angelina relatou que já conseguiram trabalhar em conjunto, porém só em projetos específicos, pois, no dia a dia, isso seria “mais complicado”. Um exemplo disso foi o “Projeto eu, escritor”, para os alunos do 5º ano do Ciclo Interdisciplinar, no qual os alunos pesquisavam e refletiam sobre si mesmos na SL e depois montavam um livro digital no laboratório de informática.

O problema ocorreu ao término do projeto, quando, segundo ela, não houve a necessária parceria com os professores dos quintos anos. Os textos produzidos na sala não tiveram correções ortográficas e “não podíamos imprimir ou postar no *blog* livros com erros de português”. Ela recorda que somente em uma sala o projeto conseguiu ser finalizado como o esperado, com correções adequadas para publicação. No projeto “Eu, escritor” houve a devida articulação, em conformidade com o que indica a Portaria nº 7655/15:

Art. 6º - São atribuições do Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL: IV - articular, em conjunto com o POIE, do planejamento e desenvolvimento do trabalho na área de integração, envolvendo os demais professores da unidade.

Angelina e o POIE conseguiram integrar suas áreas de conhecimento. Contudo, surgiu uma nova situação quando o professor da sala regular não soube ou não quis prosseguir com o projeto. Talvez houvesse a necessidade de um planejamento conjunto com objetivos claros e pontuais, bem como a definição de tarefas. Realizar projetos interdisciplinares exige “compreensão das contribuições de cada uma das áreas no processo de construção dos conhecimentos dos alunos” (SME/DOT, 2007).

A integração entre áreas de conhecimento é tema de muitos estudos na educação e estar num ambiente escolar que vislumbra essa prática é de extrema riqueza. Neste sentido, a fala de Angelina reconhece a necessidade de novos modelos:

Esse modelo de escola, com carteiras enfileiras, disciplinas isoladas, professores com medo de ousar, apegados ao registro pelo registro, eu sinceramente, não acredito mais.

Por fim, pode-se observar, em sua fala, que a escola deve pensar em projetos e ações que favoreçam a integração e a articulação do conhecimento, com atividades lúdicas, participativas e significativas para o aluno e também para o professor.

c) Categoria Acesso, estudos e reconhecimento das legislações pedagógicas

A prática do POSL é reconhecida em portaria pela escola, tem relevância no ambiente e como articulam o PPP no dia a dia da escola.

Sobre a Portaria nº 7655/15, Doralice disse que conhece e usa sempre que necessário e que a leva em conta quando precisa organizar horários e outras atribuições internas. Quem lê o Diário Oficial é o secretario da escola, que repassa as informações mais pertinentes a ela, que, por sua vez, verifica e transmite aos docentes e outros funcionários.

Angelina afirmou que já conhecia e teve acesso à Portaria nº 7655/15 e “sempre no início do ano lemos e estudamos [...], para melhor atribuir e organizar as

aulas como um todo na escola". A fala da equipe parece estar em consonância com a própria Portaria nº 7655/15:

Art. 14 - Para exercício da função de POSL, o interessado deverá ser eleito pelo Conselho de Escola, mediante apresentação de Proposta de Trabalho, de acordo com o disposto na presente Portaria, observados os seguintes critérios:

II - conhecer a legislação que rege a organização e funcionamento das Salas e Espaços de Leitura.

Para exercer o cargo de POSL, Angelina precisa conhecer e saber reconhecer seu papel dentro da escola e da SL. Assim, é fundamental ler a Portaria, interpretá-la, atuar com articulação, parceira e envolvimento com a equipe escolar. No caso desta escola, as parcerias acontecem e a coordenação demonstra envolvimento com a POSL.

A respeito do PPP, Angelina cita que houve participação dela e do grupo que atua na JEIF em sua elaboração. Relata que a coordenação sempre pontua os projetos e as ações realizadas dentro do PPP e tem consciência da importância da SL dentro dele, diretamente mencionado no documento.

Para Doralice, no que se refere ao PPP, a escrita é quase sempre solitária, mas projetos e ações são discutidos em reuniões e são feitos levantamentos para inserção no PPP. Considera a escrita coletiva uma ação muito benéfica para escola e lançou essa proposta, mas ainda aguarda a participação dos professores. Em relação ao PPP, o Decreto nº 54.453/2013 destaca:

Art. 11. São atribuições do coordenador pedagógico:

I – coordenar a elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico da unidade educacional, visando a melhoria da qualidade de ensino, em consonância com as diretrizes educacionais do município.

O Decreto, que determina as funções dos profissionais de Educação, afirma que o coordenador pedagógico é responsável por coordenar a elaboração, a implementação e a avaliação do PPP. Como Doralice citou, a escrita do PPP ainda é muito solitária, por mais que os docentes participem depois, propondo e elaborando ações e projetos. Ela percebe que é necessário ocorrer alteração nessa dinâmica, como implementar a escrita coletiva para melhor avaliar o PPP, dentro da legalidade, para melhoria da qualidade de ensino.

Indagada sobre o “Leituraço”, Angelina descreveu como o projeto chegou à escola e na SL. Disse que o Leituraço é ótimo, mas que os temas que envolvem o projeto já são trabalhados na escola o ano todo. Assim, não considera ideal prender-se às leituras somente em uma semana:

Neste ano de 2018, o livro didático do quinto ano já inicia com contos tradicionais, eu já fiz leitura de contos africanos e assim fortaleço a cultura africana. Esperar uma semana determinada no ano para ler esses contos, não considero tão eficaz.

Angelina disse, ainda, que a leitura realizada por todos os docentes em uma semana específica e que envolva a escola toda é uma ótima iniciativa. Porém, preocupa-se com o encantamento na leitura, pois já viu muitos professores, principalmente do Ciclo Autoral, ler o livro com certa moleza na voz ou até desânimo físico - e os alunos percebem quando o professor prepara-se para ler.

Doralice diz que o “Leituraço”, como iniciativa, nos moldes da SME, não é realizado, pois as demandas sobre as temáticas africana, afro-brasileira, indígena e imigrante acontecem no decorrer no ano letivo. Assim, não esperam uma semana em novembro, por exemplo, para falar da cultura afro. De acordo com a Portaria nº 7655/15, um dos objetivos da SL é:

Art. 3º - As Salas e Espaços de Leitura terão como principais objetivos:
IV - dar visibilidade às literaturas não hegemônicas, à literatura marginal periférica, à literatura de mulheres, negros e LGBT.

A SL é um espaço para visibilizar a literatura e uma das temáticas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, desde 2014, é propor sessões simultâneas de Leitura Literária com abordagem indígena, imigrante, afrobrasileira e africana. Nas falas de Angelina e Doralice, a escola contribui para a desconstrução dos estereótipos que permeiam essas culturas, porém não realizam o projeto na íntegra, como estabelecido pela SME.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema da presente pesquisa se deu em função da experiência da pesquisadora como educadora. Esse foi um fator determinante para compreender como o tema é sensível e para reconhecer a importância do papel da leitura no processo de formação do ser humano. Assim, há um real interesse na Sala de Leitura, como espaço propício ao desenvolvimento da aprendizagem, estimulante e aberto ao mundo literário. Ler é um ato social; o acesso à leitura é, segundo Antonio Candido, (1995) um direito humano.

É necessário mais do que acesso a livros para assegurar acesso à leitura. Por isso, POSL possui função essencial para realizar a mediação entre o indivíduo e o conhecimento obtido por meio da leitura e entre a leitura e reflexão do mundo.

A questão-problema que motivou a investigação foi entender se há planejamento e articulação entre os PPPs de quatro escolas na Rede Municipal de Ensino de São Paulo e as práticas pedagógicas dentro e fora da Sala de Leitura. A Portaria nº 7655/15, que rege a organização da SL, foi o eixo norteador de toda a dissertação, por orientar e regular as ações da SL e, conseqüentemente, definir as atribuições do profissional responsável por ela, o chamado POSL. A investigação também procurou saber quanto as Portarias e orientações centrais são capazes de (re)organizar e estimular as práticas de leitura da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

A articulação de práticas pedagógicas e a integração entre as áreas de conhecimento são o caminho mais plausível para uma educação emancipadora. Contudo, operar a integração não é tarefa simples; exige profissionalismo, pesquisa, reflexão, humildade e, acima de tudo, ação integrada e contínua dos gestores. Ser professor é saber ensinar a pensar, estimular a curiosidade e a busca pelo conhecimento; é criar um ambiente acolhedor e favorável à troca de experiências. Para tal, é necessário que haja pesquisa, rigor metodológico, aceitação do novo, rejeição a qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre as próprias práticas e autoconhecimento.

A pesquisa procurou vincular-se mais à leitura no espaço da Sala de Leitura e ao trabalho do POSL. O levantamento abrangeu o longo período de existência de iniciativas voltadas ao estímulo à leitura, desde 1972, em seu projeto-piloto e com o

Decreto nº 10.541, de 29 de junho de 1973 (que instituiu, em caráter permanente, o “Programa Escola-Biblioteca”), até os dias atuais. Em 2017 foram comemorados 45 anos de história. Em sua homenagem, publicou-se um livro²⁵, com diversas narrativas, memórias e cronologias do Programa Sala e Espaço de Leitura, pela própria SME.

Ao longo da dissertação, houve preocupação em definir o que significa ler, sua importância e sua evolução dentro das escolas. Assegurar o direito ao acesso aos bens culturais e à sua produção são ferramentas essenciais que favorecem o exercício mais pleno e consciente da cidadania. A leitura e o saber ler vão além do domínio de códigos ou de um passeio sobre letras e números, como afirmava Paulo Freire; saber ler é “compreender o mundo e saber o lugar que ocupamos nele” segundo a própria SME. Assim, a escola e a SL são os espaços privilegiados de leitura e produção literária.

O tratamento e a investigação sobre a abordagem do PPP nas escolas aqui trabalhadas trouxeram seu rico e concreto processo histórico dentro da Rede Municipal de Ensino e a importância de sua construção no processo educacional. O entendimento do contexto histórico do PPP foi significativo, no sentido de compreendê-lo como uma construção social. Neste sentido, foi preciso olhar para o documento articulando seu caráter político e pedagógico, considerando sua função social da educação/escola, ou seja, como um elemento que deve estar integrado no cotidiano da comunidade escolar e dele ser fruto. Isso significa que existe um processo dialético, o que sugere a necessidade de revisão contínua de seus propósitos, frente às mudanças sociais às quais a escola está exposta e das quais é produto e produtora. Entender seu funcionamento significa observar se, na prática, as propostas se concretizam ou se apenas reforçam, dentro da escola, as formas de dominação excludentes de nossa sociedade. Outro aspecto importante do PPP que emergiu da pesquisa foi a reflexão sobre se os anseios da comunidade escolar estão nele contemplados. Para tal, faz-se necessária uma escrita coletiva, que traduza de fato a realidade na qual a escola se insere.

Ao realizar a pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades que poderiam afetar sua execução. Os principais aspectos foram:

²⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **45 anos**: sala e espaço de leitura. São Paulo: SME, 2017. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/45575.pdf>>. Acesso em: 21 jun.2018.

a) adentrar a rede escolar, mesmo sendo parte e atuando dentro dela. Para resolver este empecilho, foi apresentada a proposta e destacada a importância da pesquisa aos diretores de cada escola. Por conta disso e após severa insistência, foram autorizadas as entrevistas e a análise dos PPPs;

b) a dificuldade em acessar os PPPs, pois algumas escolas declararam que não estavam em processo de finalização. Esse obstáculo foi vencido quando esclarecido que eram elementos essenciais para a compreensão da problemática investigada;

c) categorizar os PPPs, por não conterem referência à SL e/ou à sua respectiva função. Houve, ainda, dificuldade adicional em analisar o conteúdo, por conter, em sua maioria, mais conteúdos filosóficos e teóricos sobre Educação do que conteúdos pragmáticos e propostas de práticas que envolvessem a SL, seus respectivos projetos e a integração entre as demais áreas de conhecimento. Dessa forma, foi necessária a criação de categorias de análise mais amplas para conseguir delimitar o que deveria ser analisado;

d) categorizar as respostas dos entrevistados, devido à abordagem multitemática e queixosa da maioria dos entrevistados, possibilitando diversos tipos de interpretações e leituras acerca do fenômeno estudado. Assim sendo, foram elaboradas análises com maior critério de apuração de conteúdo, a fim de delimitar as respostas à problemática investigada. Cabe ressaltar que há diversos conteúdos que podem e devem ser analisados por outras leituras conceituais e futuras pesquisas.

De tudo o que foi pesquisado, é possível traçar algumas reflexões:

✓ os PPPs, em sua maioria, não são aplicados pela comunidade escolar, como preconizado pelo MEC.

✓ majoritariamente a prática da SL não está amparada pelos PPP, o que dificulta que o POSL realize suas práticas com o devido planejamento em médio e longo prazo;

- ✓ as profissionais responsáveis pela SL não se sentem valorizadas, notadas e pertencentes à escola em que atuam;
- ✓ não existe forte articulação entre a SL e as demais áreas do conhecimento;
- ✓ os profissionais de informática e da SL (Poie e POSL) não estão devidamente articulados;
- ✓ o papel do coordenador pedagógico, como articulador com os outros professores e com o POSL e Poie, é deficiente. Isso poderia ser diferente, uma vez que esse profissional possui visão ampliada e integrada do processo pedagógico que envolve todos os atores.

Neste sentido, algumas recomendações podem ser feitas. Analisando o quadro da PMSP, que conta com mais de 600 escolas de ensino fundamental e mais de 559 Salas de Leitura, parece tímida a iniciativa de apresentar, dentro de um PME (com vigência de 10 anos), apenas uma meta e duas estratégias voltadas à leitura. O PME é composto por 13 metas e 146 estratégias, ou seja, apenas 1,3% de estratégias têm como foco a leitura.

Deve haver maior incentivo a políticas públicas para SL, no sentido de adequar, melhorar e ampliar o espaço e seu acervo. Além disso, devem ser contemplados outros espaços com a SL, como Ceis, Emeis e Ciejas, que ainda não possuem esses espaços. É de equivalente importância a formação continuada e o desenvolvimento profissional dos POSL.

Também é necessário que o coordenador pedagógico utilize o Sistema de Gestão Pedagógica (SGP) para analisar o planejamento pedagógico de cada professor, verificar o rendimento e aproveitamento dos alunos e articular professores e áreas de conhecimento, propondo práticas educacionais mais efetivas e funcionais, além de incentivar a educação integral.

Por fim, é preciso dar continuidade ao que é proposto no Art. 14 da Portaria nº 7.655/15, que versa sobre a eleição e validação da função de POSL, pois apresenta os critérios de funcionamento da SL. Nas escolas estudadas, a percepção foi de que, seja por desconhecimento ou descaso, a maioria dos POSL não exerce suas funções de maneira plena, em conformidade com a Portaria.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir para ampliar os horizontes de educadores quanto à necessidade urgente do estímulo à leitura e do uso adequado

dos espaços designados para esse fim. Além disso, que possa haver a necessária articulação entre os sujeitos que participam, direta ou indiretamente, da comunidade escolar, a fim de que a escola pública possa efetivamente concretizar seu papel emancipador, oferecendo oportunidades equânimes aos alunos e resgatando sua intransferível função social numa sociedade desigual, como a nossa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de (Org.). **Era uma vez... na escola**: formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato, 2001.

BETTELHEIM, B. **A Psicanálise dos contos de fadas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BORDINI, M. da Glória; AGUIAR, V. Teixeira de. **Literatura**: a formação do leitor - alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2010.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 dez.2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 nov.2017.

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 10 nov.2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 04 nov.2017.

_____. **Leitura e produção de textos**. Secretaria da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3 v.

_____. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 10 dez.2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

_____. O planejamento da escola no regimento das escolas municipais de São Paulo: o processo e a forma prescritos na legislação educacional. In: MELLO, Paulo Eduardo Dias de. **Direitos Humanos e o Projeto Político Pedagógico da escola** - Módulo 3. Brasília: Comfor, Unifesp, 2015.

_____. Projeto Político-Pedagógico (PPP): dimensões conceituais. Brasília, MEC, s/d. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/dimensoesconceituais.pdf>. Acesso em: 21 nov.2017.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. Vários escritos. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CHARTIER, R. (Org.) **Práticas da leitura**.4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Dicionário *on line* de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 06 nov.2017.

EICHENBERG, Renata Cavalcanti. **Literatura na escola**: um projeto de incentivo à leitura. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/images/stories/mestrado/letras/coloquios/ii/literatura_na_escola.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Pedagogia do oprimido**.17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 48ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Instituto Pró-Livro. **Pesquisa Retratos do Brasil**, 2016. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf>. Acesso em 10 dez.2017.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura**: teoria e prática. 8. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

MENDES, Mônica Fátima Valenzi. **Sala de leitura nas escolas da rede municipal de ensino de São Paulo**: uma inovação que resiste às descontinuidades políticas. 2006. 467 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

MONFREDINI, Ivanise; RUSSO, Miguel Henrique. Gestão, trabalho e autonomia no projeto político pedagógico das escolas públicas paulistanas. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, v. 5, nº 1, pp. 199-214, jun. 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

PIAGET, J. **Linguagem e pensamento da criança**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1990.

POLIDO, Nágila Euclides da Silva. **Salas de leitura da rede municipal de ensino do Estado de São Paulo**: caminhos possíveis para redimensionar seu funcionamento. 2003. 261 f. Tese (doutorado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06092012-140437/pt-br.php>>. Acesso em: 08 nov.2017.

Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental: Ciclo I. São Paulo: SME / DOT, 2007.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Divisão de Ensino Fundamental e Médio. **Direitos de aprendizagem dos ciclos interdisciplinar e autoral**: Língua Portuguesa. São Paulo: SME/COPED, 2016. (Coleção Componentes Curriculares em Diálogos Interdisciplinares a Caminho da Autoria).

_____. Encontro com equipes gestoras (2017). Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/35754.pdf>>. Acesso em: 10 dez.2017.

_____. **Trajetória histórica do Programa Sala e Espaço de Leitura**. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Trajectoria-Historica>>. Acesso em: 23 out.2017.

_____. **45 anos**: Sala e espaço de leitura. São Paulo: SME, 2017. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/45575.pdf>>. Acesso em: 21 jun.2018.

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Números de salas e espaços de leitura na rede (2018)**. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Numeros-das-Salas-e-Espacos-de-Leitura-na-Rede>>. Acesso em: 07 nov.2017.

PENNAC, Daniel. **Como um romance**. Trad. por Leny Werneck. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

PERROTTI, Edmir. Confinamento cultural, infância e leitura. São Paulo: Summus, 1990.

_____. Hábitos de leitura dos professores (2013). Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=tt6wAIPWkJw>>. Acesso em: 23 out.2017.

PIVETA, Marcia A.; PIRES, Elmita S. **Literatura e leitura na escola de ensino básico**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/CILLIJ/do-texto-ao-leitor/LITERATURA_E_LEITURA_NA_ESCOLA_DE_ENSINO_BASICO_OK.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. A concepção de leitor e produtor de textos nos PCN: Ler é melhor que estudar. In: **Leitura e escrita na formação de professores**, pp. 31-52, 2002.

SACRISTAN, G. **A educação obrigatória**: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SÃO PAULO. Decreto nº 10.541, de 29/06/1973. Ementa Dispõe sobre Programa Escola Biblioteca.

_____. Decreto nº 18.576, de 03/02/1983. Ementa Institui as Salas de Leitura nas escolas municipais de 1º grau, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 28.713, de 25/05/1990. Ementa Dispõe sobre as Salas de Leitura nas Escolas Municipais de 1º grau, e da outras providencias.

_____. Decreto nº 45.654, de 27/12/2004. Ementa Dispõe sobre a criação e organização de Salas de Leitura, Espaços de Leitura e Núcleos de Leitura na Rede Municipal de Ensino, nas condições que especifica.

_____. Decreto nº 54.453, de 10/10/2013. Dispõe sobre as atribuições dos profissionais de educação integrantes das unidades educacionais da rede municipal de ensino.

_____. Decreto nº 56.560/2015, de 28/10/2015. Regulamenta a Comissão de Mediação de Conflitos – CMC nas UEs.

_____. Lei Orgânica do Município de São Paulo, 1990. Disponível em:
<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/educacao/cme/LOM.pdf>>. Acesso em: 10 dez.2017.

_____. Lei nº 16,271, de 17 de setembro de 2015. (Projeto de Lei nº 415/12, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo). Aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo. Disponível em:
<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=18092015L%20162710000>. Acesso em: 11 dez.2017.

_____. Portaria Municipal nº 4.995/01, de 2001. Dispõe sobre a Organização das Escolas da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

_____. Portaria Municipal nº 6.328, de 2005. Institui, para o ano de 2006, o Programa "Ler e escrever - prioridade na Escola Municipal", nas Escolas Municipais

de Ensino Fundamental - EMEFs e Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio - EMEFMs.

_____. Portaria Municipal nº 7172, de 2005. Dispõe sobre a organização das Unidades de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, de Ensino Fundamental e Médio e de Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

_____. Portaria Municipal nº 104/2006, de 07/01/2006. Procede à adaptação à administração local do regime previsto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e altera o Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1233&tabela=leis>. Acesso em: 10 dez.2017.

_____. Portaria 5930/13, de 14 de outubro de 2013. Regulamenta o Decreto nº 54.452, de 10/10/13, que institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo - “Mais Educação São Paulo”

_____. Portaria Municipal nº 7656/15, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a organização dos Laboratórios de Informática Educativa nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. Diário Municipal de São Paulo, 17 de dezembro de 2015.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas: Autores Associados 2013.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Gabriel Blumel Fontan. *O projeto político-pedagógico no sistema de educação do município de São Paulo*. 2016. 172f. Dissertação (Mestrado em educação - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. (2016). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k5NFXwghLQ8>>. Acesso em: 23 out.2017.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

TRINDADE, Maria de Nazaret. **Literacia: Teoria e prática: orientações metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? Caderno Cedes, v. 23, nº 61, Campinas, Dez, 2003. GARDNER, Howard. **Estruturas da mente**: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **A formação social da mente**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

_____. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ANEXO A – Autorização para entrevistas**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante:

Sou mestranda do programa de pós-graduação em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Dr. Fernando José de Almeida, cujo objetivo é entender o planejamento, articulação e execução da Sala de Leitura.

Sua participação envolve entrevista de duração aproximada de uma hora, que será gravada, se assim for permitido.

A participação nesse estudo é voluntária e sua participação pode ser descontinuada a qualquer momento, se assim o quiser.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Atenciosamente,

Thais Lemes da Silva

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

ANEXO B - Roteiro de entrevista semiestruturada para ser realizada com as CPs

1. Você conhece a portaria nº 7655/15, que trata da SL e suas atribuições?

ASSINALE: Sim ☐ Não ☐

Se sim, como soube dessa portaria?

2. Em sua escola entre colegas (ou funcionários) alguém lê regularmente o DOC?

ASSINALE: Sim ☐ Não ☐

3. Há algum procedimento formal por parte da escola (Diretoria) no sentido de divulgar as normas e legislações e informações advindas dos órgãos normativos?

ASSINALE: Sim ☐ Não ☐

Se sim, como funciona a transmissão das normativas?

4. Como são trabalhadas as questões legais e especificamente dessa portaria 7655/15 na escola?

5. Quem escreveu o PPP da escola?

6. O PPP da escola contempla a sala de leitura? Em que momento?

7. Como o ato de ler é visto nessa escola?

8. Em que momentos você percebe e valoriza o trabalho de leitura de seus professores?

9. Como as tecnologias são utilizadas nessa escola?

10. A Sala de Leitura é usada por todos?

11. Existe integração entre os professores? Se sim, quando?

12. A equipe de gestão usa a leitura em quais momentos?

13. Os momentos de formação (JEIF/PEA) contemplam a discussão sobre a SL?

14. Há interesse dos professores em fazer um trabalho articulado coma SL?

15. Tem algum planejamento em conjunto do/a POSL e outros/as professores/as? Como são feitos? Posso ter acesso?

Como foi estabelecido o projeto “Leituraço” e como ela ainda se constitui?

ANEXO C - Roteiro de entrevista semiestruturada para ser realizada com as POSL

1. Você participou da elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola?
2. Você sabe se o PPP da escola contempla a sala de leitura?
3. Como você percebe o uso do PPP para uma articulação da leitura entre os outros componentes curriculares?
4. Há professores que usam a sala de leitura sem sua supervisão? O que eles fazem?

5. Você conhece a portaria nº 7655/15?

ASSINALE: Sim ☐ Não ☐

Se sim, como soube dessa portaria?

6. Em sua escola, entre colegas (ou funcionários) alguém lê regularmente o DOC?

ASSINALE: Sim ☐ Não ☐

7. Há algum procedimento formal por parte da escola (Diretoria) no sentido de divulgar as normas e legislações e informações advindas dos órgãos normativos?

ASSINALE: Sim ☐ Não ☐

Se sim, como funciona a transmissão das normativas?

8. Como são trabalhadas as questões legais e especificamente dessa portaria 7655/15 na escola?

9. Como essa portaria pode ajudar você, a pensar e planejar o processo de leitura dos alunos?

10. Você planejou seu trabalho de 2016 ou de 2017 levando em consideração a portaria 7655/15?

ASSINALE: Sim ☐ Não ☐

11. Se sim, como você planejou o trabalho com a leitura na escola, buscando contemplar professores, alunos, comunidade e gestão, segundo a portaria?
12. Que práticas no planejamento de 2018 você pretende fazer para realizar os objetivos dessa portaria e como executar:
- a) Chamar os demais professores para planejem em conjunto?
 - b) Que atividades você levaria se eles te pedissem sugestões de trabalho integrado?
 - c) Como você avaliaria o trabalho realizado durante o ano?
 - d) Em que o Coordenador Pedagógico poderia te ajudar a preparar suas atividades integradas, segundo a Portaria?
16. Existiu em 2017 a integração entre POIE e POSL? Se sim, quais trabalhos já realizaram juntos?
17. Descreva alguma atividade realizada por v ou por outro professor que demonstra que é importante a tecnologia no uso da leitura?
18. Quando a coordenação ou gestão protagonizam o uso da leitura nessa escola? Descreva as atividades e sua forma de preparação.
19. Quem o que você acha que mais valoriza a leitura nessa escola?
20. Por que você escolheu a Sala de Leitura para trabalhar?
21. Como foi estabelecido o projeto “Leituraço” e como ela ainda se constitui?

ANEXO D - Portaria nº 7.655, de 17 de dezembro de 2015

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS SALAS DE LEITURA, ESPAÇOS DE LEITURA E NÚCLEOS DE LEITURA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO:**

- a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;
- a Lei nº 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- a Lei nº 13.005/14 - que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE;
- a Lei nº 16.271/15 - que aprova o Plano Municipal de Educação - PME;
- o Decreto nº 49.731/08 que dispõe sobre a criação e organização das Salas de Leitura e Espaços de Leitura na Rede Municipal de Ensino;
- o Decreto nº 54.452/13, que institui, na SME, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino - Mais Educação São Paulo, regulamentado pela Portaria SME nº 5.930/13;
- as Diretrizes Curriculares Nacionais contidas nas diferentes Resoluções do Conselho Nacional de Educação, em especial, a Resolução CNE/CEB nº 04/10;
- a Portaria SME nº 7.464/15, que trata sobre a criação do Programa “São Paulo Integral” na cidade de São Paulo.

RESOLVE:

Art. 1º - As Salas de Leitura, os Espaços de Leitura e os Núcleos de Leitura, criados e organizados pelo Decreto nº 49.731/08, nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, terão seu funcionamento orientado pela presente Portaria.

Art. 2º - As Salas e Espaços de Leitura terão como diretrizes para a sua ação pedagógica:

- I - o currículo na perspectiva emancipatória e integradora, tendo a dialogicidade como norteadora do trabalho pedagógico e, a leitura, como um processo de compreensão mais abrangente da realidade;
- II - a leitura do mundo precedente à leitura da palavra, entendendo que a leitura começa antes do contato com o texto e vai para além dele;
- III - a garantia da bibliodiversidade de forma a atender toda a comunidade educativa, tornando propício o trabalho com a leitura que o leitor pode fazer de si, do outro e do mundo;
- IV - a literatura enquanto direito inalienável do ser humano e como fonte das várias leituras da realidade e do próprio desenvolvimento da história e das culturas.

Art. 3º - As Salas e Espaços de Leitura terão como principais objetivos:

- I - disponibilizar o acervo da Sala de Leitura para toda a comunidade escolar;
- II - favorecer a aprendizagem dos diferentes gêneros de leitura;
- III - promover o acesso à produção literária clássica e contemporânea;
- IV - dar visibilidade às literaturas não hegemônicas, à literatura marginal periférica, à literatura de mulheres, negros e LGBT.

Art. 4º - O atendimento às classes na Sala de Leitura dar-se-á dentro do horário regular de aulas dos educandos, assegurando-se 1 (uma) hora-aula semanal para cada classe em funcionamento.

Parágrafo único - As atividades realizadas na Sala de Leitura deverão integrar o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e atender às diretrizes da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 5º - As Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEFs, as Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio - EMEFMs e as Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos - EMEBSs, que possuem Sala de Leitura, deverão

dispor de Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I ou de Ensino Fundamental II e Médio, efetivos ou estáveis, na Jornada Básica do Docente - JBD ou Jornada Especial de Formação JEIF, para exercerem a função de Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL.

§ 1º - O Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL, mencionado no caput, será eleito pelo Conselho de Escola, mediante prévio processo eletivo realizado nos termos do artigo 14 desta Portaria.

§ 2º - Fica vedada a designação de Professores que optaram pela permanência na Jornada Básica do Professor - JB, instituída pela Lei nº 11.434/93.

Art. 6º - São atribuições do Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL:

I - trabalhar a literatura como eixo articulador do seu trabalho em diálogo com outras manifestações artísticas;

II - desencadear ações estratégicas de leitura nos diferentes espaços e/ou equipamentos culturais do entorno, como: CEUS, parques, bibliotecas, centros culturais, casas de cultura, coletivos independentes produtores de cultura, a fim de, propiciar as possíveis leituras do território e da cidade.

III - participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e da construção do currículo numa perspectiva integradora;

IV - articular, em conjunto com o POIE, do planejamento e desenvolvimento do trabalho na área de integração, envolvendo os demais professores da unidade;

V - socializar, junto aos seus pares, nos horários coletivos, as propostas da formação continuada oferecidas pelas equipes das Diretorias Regionais de Educação - DREs e da Diretoria de Orientação Técnica DOT/SME.

VI - assegurar a organização necessária ao funcionamento das Salas de Leitura de modo a favorecer a construção criativa do espaço, no sentido de adequar as diferentes atividades a serem desenvolvidas;

VII - conhecer, divulgar e disponibilizar o acervo de modo a favorecer a bibliodiversidade;

VIII - elaborar horário de atendimento aos educandos, em conjunto com a Equipe Gestora, de modo a favorecer e otimizar o acesso aos livros para toda a comunidade escolar.

Art. 7º - O módulo de POSL das Unidades Educacionais será definido em função do número de classes das Unidades Educacionais, observados os seguintes critérios:

a) Para as UEs com até 25 (vinte e cinco) classes: 01 (um) POSL;

b) Para UEs com 26 (vinte e seis) a 50 (cinquenta) classes: 02 (dois) POSL;

c) Para as UEs com mais de 50 (cinquenta) classes: 03 (três) POSLs.

Art. 8º - O horário de trabalho do POSL, independentemente da sua jornada de trabalho, deverá ser distribuído de forma a atender os educandos em seus respectivos turnos, assegurando sua participação nos horários coletivos, bem como, a articulação com os Professores Orientadores de Informática Educativa - POIE e demais professores da UE.

Parágrafo único - Na hipótese de haver mais de um POSL, deverão ser formados blocos de classes, preferencialmente por turno ou turnos contíguos, em quantidades iguais de modo a assegurar a equidade de trabalho entre esses profissionais

Art. 9º - Assegurado o atendimento aos educandos, conforme disposto no artigo 4º desta Portaria, para fins de composição da Jornada de Trabalho ou a título de JEX, quando sua jornada estiver completa, será possibilitado ao POSL a atribuição de, na ordem:

I - 01 (uma) aula do "Território do Saber" para cada classe do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental das Unidades Educacionais participantes do Programa "São Paulo Integral", conforme Portaria SME nº 7.464/15;

II - até 02 (duas) horas-aula destinadas à organização do espaço, gestão do acervo das Salas de Leitura;

III - até 02 (duas) horas-aula destinadas à orientação de consultas e pesquisas e elaboração de

atividades pelos educandos, em horário fora do turno dos educandos.

§ 1º - Observado o disposto no caput e remanescendo a jornada de trabalho incompleta poderão, ainda, serem atribuídas:

a) aulas de tempos destinados à orientação de projetos/docência compartilhada/trabalho colaborativo de autoria, conforme o disposto nos seus artigos 7º, 8º, 9º e 10 da Portaria SME nº 5.930/13;

b) aulas de projetos desenvolvidos de acordo com o artigo 23 da Portaria SME nº 5.930/13, no contraturno escolar.

§ 2º - Ficará a critério da Equipe Gestora, acordado com o POSL, a definição do número e da ordem de atribuição das horas-aula mencionadas no parágrafo anterior, de modo a atender a organização da UE.

Art. 10 - Para atuar nas Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos - EMEBSs será, ainda, exigido do POSL, habilitação específica na área de surdez, em nível de graduação ou especialização, na forma da pertinente legislação em vigor.

Art. 11 - Quando em aula compartilhada, o Professor regente da classe deverá acompanhar a classe nas atividades de leitura programadas dentro do horário atribuído às suas aulas.

Art. 12 - A organização do horário de trabalho do POSL será de responsabilidade do próprio servidor em conjunto com a Equipe Gestora da Unidade Educacional, com a aprovação do Supervisor Escolar.

Art. 13 - Compete ao(s) Coordenador(es) Pedagógico(s) da Unidade Educacional, a coordenação, acompanhamento, supervisão, apoio e avaliação do trabalho desenvolvido nas Salas de Leitura e Espaços de Leitura.

Art. 14 - Para exercício da função de POSL, o interessado deverá ser eleito pelo Conselho de Escola, mediante apresentação de Proposta de Trabalho, de acordo com o disposto na presente portaria, observados os seguintes critérios:

I - compreender a Sala de Leitura como um espaço desencadeador de diálogos para a promoção da literatura enquanto um direito inalienável do ser humano para o exercício de sua cidadania.

II - conhecer a legislação que rege a organização e funcionamento das Salas e Espaços de Leitura;

III - apresentar proposta que contemple, prioritariamente, o "Programa Mais Educação São Paulo", em especial, no desenvolvimento de projetos na área de leitura;

IV - possuir disponibilidade de horário que atenda às necessidades da U.E. e as de participação nos eventos de formação.

§ 1º - Inexistindo na Unidade Educacional profissional interessado em participar do processo eletivo para função de Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL - e/ou que não atenda aos pré-requisitos estabelecidos no "caput" deste artigo, as inscrições serão abertas para a Rede Municipal de Ensino, por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo - DOC.

§ 2º - O candidato eleito somente iniciará exercício na função após a publicação do correspondente ato designatório.

Art. 15 - Na 2ª quinzena do mês de novembro de cada ano, o Conselho de Escola avaliará o desempenho do Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL, para decidir sobre a sua continuidade ou não, assegurando-lhe a permanência na função até o término do ano letivo.

§ 1º - Para o cumprimento do disposto no caput, além do previsto no artigo 6º desta Portaria, deverá ser considerada a assiduidade e pontualidade do profissional designado.

§ 2º - O não referendo do POSL pelo Conselho de Escola, devidamente fundamentado, desencadeará novo processo eletivo, nos termos do artigo 14 da presente Portaria.

Art. 16 - Nos afastamentos do Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL, por períodos iguais ou superiores a 30(trinta) dias consecutivos, será cessada a sua designação e adotar-se-ão os procedimentos previstos nos artigos 14 desta Portaria, para escolha imediata de outro docente para a função.

Art.17 - Na hipótese de ocorrer a cessação da designação do POSL no decorrer do ano letivo, o novo profissional eleito iniciará suas funções a partir da autorização dada pela Diretoria Regional de Educação após análise dos documentos pertinentes.

Parágrafo único: A documentação para expedição dos atos oficiais de designação deverá ser encaminhada pela Unidade Educacional à Diretoria Regional de Educação no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

Art. 18 - Publicada a designação pelo Secretário Municipal de Educação, o POSL deverá realizar, imediatamente, 25 (vinte e cinco) horas-aula de estágio no período de 01 (uma) semana, sendo 05 (cinco) horas-aula na Diretoria Regional de Educação - DRE sob a orientação da Equipe da Equipe Sala e Espaço de Leitura da respectiva Diretoria de Orientação Técnico-Pedagógica - DOT-P e, posteriormente, 20 (vinte) horas-aula em, no mínimo duas Unidades Educacionais, indicada e acompanhada pela Equipe de Sala e Espaço de Leitura da Diretoria de Orientação Técnico-Pedagógica - DOT - P das respectivas DRE.

§ 1º - O Diretor da Unidade Educacional deverá expedir documento comprobatório da realização do estágio a que se refere o "caput" deste artigo, encaminhando à Unidade Educacional de exercício do POSL para ciência do Diretor de Escola e Supervisor Escolar, com posterior arquivamento.

§ 2º - Excetua-se das disposições contidas no "caput" deste artigo o professor que já tenha exercido a função e comprove o estágio inicial.

§3º - Excepcionalmente, na ocorrência do disposto no artigo 16 desta Portaria, o período de estágio de que trata o caput poderá ser flexibilizado a critério da DOT - P, ouvida se necessário a Diretoria de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de Educação - DOT/SME.

Art. 19 - A formação inicial do POSL recém-designado será de responsabilidade da Diretoria de

Orientação Técnica da Secretaria Municipal de Educação - DOT/SME e a formação continuada, da Diretoria de Orientação Técnico - Pedagógica - DOT-P da Diretoria Regional de Educação - DRE.

Art. 20 - O POIE será convocado para participar de encontros de formação continuada oferecidos pela DRE e/ou SME, devendo apresentar, à Chefia imediata, comprovante de presença emitido pela autoridade responsável.

Art. 21 - Para fins de classificação e escolha de bloco de classe para exercício do POSL, deverão ser observados os seguintes critérios:

I - O Professor efetivo terá prioridade sobre o Professor estável.

II - Para desempate entre Professores efetivos considerarse-ão pela ordem:

- a) maior tempo na função de POSL;
- b) maior tempo na Carreira do Magistério;
- c) maior tempo no Magistério Municipal.

III - Para desempate entre Professores estáveis, considerarse-ão, pela ordem:

- a) maior tempo na função de POSL;
- b) maior tempo no Magistério Municipal

Art. 22 - Nos períodos em que não contar com o POSL, caberá à equipe gestora organizar o horário de atendimento às turmas, estabelecendo, inclusive, a responsabilidade pelo uso da sala e preservação do acervo.

Parágrafo único: Aos demais educadores da UE, em horários disponíveis, será facultado o uso da Sala de Leitura para desenvolver as atividades propostas no seu planejamento, garantindo um trabalho integrado com aquelas desenvolvidas em sala de aula e efetuando seu registro e avaliação.

Art. 23 - As Unidades Educacionais que não disponham de condições físicas para instalação de Sala de Leitura deverão organizar o Espaço de Leitura, onde se aloca

acervo próprio para atendimento aos educandos em sala de aula ou outro espaço compartilhado na Unidade Educacional.

§ 1º - Nos Centros de Educação Infantil - CEI e nas Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs, os Espaços de Leitura deverão propor atividades que favoreçam o contato dos bebês e das crianças com os livros e com outros materiais escritos que possibilitem vivências de práticas sociais de leitura em situações agradáveis e acolhedoras, colaborando com o seu desenvolvimento integral.

§ 2º - Nos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos - CIEJAs, os Espaços de Leitura deverão proporcionar atividades que favoreçam o contato dos jovens e adultos com os livros, com outros portadores de escrita e materiais diversificados, que considerem seus interesses e expectativas e que possibilitem vivências de práticas sociais de leitura próprias da faixa etária.

Art. 24 - As Diretorias Regionais de Educação deverão organizar o Núcleo de Leitura, constituído de ambiente próprio, equipado com acervo especializado, com o objetivo de propiciar formação e enriquecimento profissional aos educadores da região.

Parágrafo Único - O Núcleo de Leitura ficará sob a responsabilidade das Diretorias de Orientação Técnico-Pedagógicas DOT-P, das Diretorias Regionais de Educação, incluindo o tombamento e a manutenção do acervo.

Art. 25 - Caberá:

I - à Diretoria de Orientação Técnica - DOT da Secretaria Municipal de Educação, às Unidades Educacionais e às Diretorias de Orientação Técnica de cada Diretoria Regional de Educação a indicação dos títulos que farão parte do acervo inicial e acervo complementar e a aquisição da bibliografia temática, que estejam de acordo com as diretrizes da SME para a Sala de Leitura, Espaço de Leitura e Núcleo de Leitura;

II - à Diretoria Regional de Educação, por meio de sua Diretoria de Orientação Técnico-Pedagógica e Diretoria de Planejamento, a aquisição de mobiliário específico, acervo inicial, reposição do acervo e material necessário ao funcionamento da Sala de Leitura e do Núcleo de Leitura, bem como, no que couber, do Espaço de Leitura;

III - à Unidade Educacional poderá ampliar e restaurar o acervo e adquirir material necessário ao funcionamento da Sala de Leitura e Espaço de Leitura por meio de recursos próprios, inclusive os do Programa de Transferência de Recursos Financeiros - PTRF, instituído pela Lei nº 13.991, de 10 de junho de 2005.

Parágrafo Único - À Diretoria de Orientação Técnica - DOT/SME caberá dotar a sua Biblioteca

Pedagógica "Professora Alaíde Bueno Rodrigues" com o mesmo acervo especializado e bibliografia temática integrantes dos Núcleos de Leitura.

Art. 26 - Não serão designados Professores Orientadores de Sala de Leitura para os Centros de

Educação Infantil - CEIs, Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs e Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos - CIEJAs.

Art. 27 - Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Diretor Regional de Educação, ouvida, se necessário, a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 28 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/01/16, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria SME nº 899, de 24/01/14.

ANEXO E – Documentos referentes ao parecer da PUC

 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP 	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA	
Título da Pesquisa: Sala de leitura: um estudo sobre planejamento, articulação e execução	
Pesquisador: THAIS LEMES DA SILVA	
Área Temática:	
Versão: 1	
CAAE: 87320218.0.0000.5482	
Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP	
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio	
DADOS DO PARECER	
Número do Parecer: 2.626.374	
Apresentação do Projeto:	
Trata-se de projeto de pesquisa que se realiza no âmbito do Mestrado em Educação: Currículo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Fernando José de Almeida.	
Objetivo da Pesquisa:	
Verificar em que medida existe articulação entre as áreas do conhecimento no Projeto Político-pedagógico e a prática pedagógica (envolvendo o Pole, POSL e Professor Regente), e os componentes curriculares da Sala de Leitura, à vista da Portaria 7.655/15, na SME/São Paulo.	
Avaliação dos Riscos e Benefícios:	
A presente pesquisa envolve riscos mínimos. Poderá produzir algum incômodo no professor em falar sobre sua própria atuação como professor.	
Em compensação, os resultados desta pesquisa poderão melhorar as condições da leitura de todos envolvidos, no ambiente sala de leitura, e para a escola aprimorar a articulação pedagógica entre todos professores a propósito do desenvolvimento da leitura dos alunos..	
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:	
A exposição do Projeto é bastante clara, objetiva, feita de maneira bem fundamentada, com metodologia qualitativa suficientemente definida e pertinente ao seu propósito.	
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:	
Os Termos estão de acordo com as Resoluções CNS/MS n° 466/12 e 510/16, o Regimento e o Regulamento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP e o Manual da Plataforma Brasil.	
Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 53 C Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001 UF: SP Município: SÃO PAULO Telefone: (11)3670-5466 Fax: (11)3670-9466 E-mail: cometica@pucsp.br	

 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP 																																																								
Contribuição do Parecer: 2.626.374																																																								
Recomendações:																																																								
Nihil																																																								
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:																																																								
Sou de parecer FAVORÁVEL a aprovação e realização do presente projeto de pesquisa.																																																								
Considerações Finais a critério do CEP:																																																								
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo Documento</th> <th>Arquivo</th> <th>Postagem</th> <th>Autor</th> <th>Situação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Informações Básicas do Projeto</td> <td>PR_INFORMACOES_BASICAS_DO_P</td> <td>18/03/2018 12:14:16</td> <td>THAIS LEMES DA SILVA</td> <td>Aceito</td> </tr> <tr> <td>Declaração de Pesquisadores</td> <td>parecer_de_merito.pdf</td> <td>18/03/2018 12:05:04</td> <td>THAIS LEMES DA SILVA</td> <td>Aceito</td> </tr> <tr> <td>Folha de Rosto</td> <td>folha_de_rosto.pdf</td> <td>18/03/2018 12:04:24</td> <td>THAIS LEMES DA SILVA</td> <td>Aceito</td> </tr> <tr> <td>Declaração de Pesquisadores</td> <td>Autorizacao_ip.jpg</td> <td>18/03/2018 11:52:55</td> <td>THAIS LEMES DA SILVA</td> <td>Aceito</td> </tr> <tr> <td>Declaração de Pesquisadores</td> <td>Autorizacao_eme_f_Zacaria.jpg</td> <td>01/03/2018 12:14:19</td> <td>THAIS LEMES DA SILVA</td> <td>Aceito</td> </tr> <tr> <td>Declaração de Pesquisadores</td> <td>Autorizacao_eme_f_carolina.jpg</td> <td>01/03/2018 12:13:56</td> <td>THAIS LEMES DA SILVA</td> <td>Aceito</td> </tr> <tr> <td>Declaração de Pesquisadores</td> <td>autorizacao_eme_f_mari.jpg</td> <td>01/03/2018 12:12:53</td> <td>THAIS LEMES DA SILVA</td> <td>Aceito</td> </tr> <tr> <td>Projeto detalhado / Brochura Investigador</td> <td>projeto_thaislemes.pdf</td> <td>01/03/2018 12:06:10</td> <td>THAIS LEMES DA SILVA</td> <td>Aceito</td> </tr> <tr> <td>Declaração de Pesquisadores</td> <td>oficio_de_apresentacao_thais_lemes.docx</td> <td>01/03/2018 12:04:38</td> <td>THAIS LEMES DA SILVA</td> <td>Aceito</td> </tr> <tr> <td>TOL / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência</td> <td>tol_professor.docx</td> <td>01/03/2018 11:59:40</td> <td>THAIS LEMES DA SILVA</td> <td>Aceito</td> </tr> </tbody> </table>	Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação	Informações Básicas do Projeto	PR_INFORMACOES_BASICAS_DO_P	18/03/2018 12:14:16	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito	Declaração de Pesquisadores	parecer_de_merito.pdf	18/03/2018 12:05:04	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito	Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	18/03/2018 12:04:24	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito	Declaração de Pesquisadores	Autorizacao_ip.jpg	18/03/2018 11:52:55	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito	Declaração de Pesquisadores	Autorizacao_eme_f_Zacaria.jpg	01/03/2018 12:14:19	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito	Declaração de Pesquisadores	Autorizacao_eme_f_carolina.jpg	01/03/2018 12:13:56	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito	Declaração de Pesquisadores	autorizacao_eme_f_mari.jpg	01/03/2018 12:12:53	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito	Projeto detalhado / Brochura Investigador	projeto_thaislemes.pdf	01/03/2018 12:06:10	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito	Declaração de Pesquisadores	oficio_de_apresentacao_thais_lemes.docx	01/03/2018 12:04:38	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito	TOL / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tol_professor.docx	01/03/2018 11:59:40	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito	
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação																																																				
Informações Básicas do Projeto	PR_INFORMACOES_BASICAS_DO_P	18/03/2018 12:14:16	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito																																																				
Declaração de Pesquisadores	parecer_de_merito.pdf	18/03/2018 12:05:04	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito																																																				
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	18/03/2018 12:04:24	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito																																																				
Declaração de Pesquisadores	Autorizacao_ip.jpg	18/03/2018 11:52:55	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito																																																				
Declaração de Pesquisadores	Autorizacao_eme_f_Zacaria.jpg	01/03/2018 12:14:19	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito																																																				
Declaração de Pesquisadores	Autorizacao_eme_f_carolina.jpg	01/03/2018 12:13:56	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito																																																				
Declaração de Pesquisadores	autorizacao_eme_f_mari.jpg	01/03/2018 12:12:53	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito																																																				
Projeto detalhado / Brochura Investigador	projeto_thaislemes.pdf	01/03/2018 12:06:10	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito																																																				
Declaração de Pesquisadores	oficio_de_apresentacao_thais_lemes.docx	01/03/2018 12:04:38	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito																																																				
TOL / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tol_professor.docx	01/03/2018 11:59:40	THAIS LEMES DA SILVA	Aceito																																																				
Situação do Parecer:																																																								
Aprovado																																																								
Necessita Apreciação da CONEP:																																																								
Não																																																								
Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 53 C Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001 UF: SP Município: SÃO PAULO Telefone: (11)3670-5466 Fax: (11)3670-9466 E-mail: cometica@pucsp.br																																																								

 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP 	
Contribuição do Parecer: 2.626.374	
SÃO PAULO, 27 de Abril de 2018	
Assinado por: Antonio Carlos Alves dos Santos (Coordenador)	
Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 53 C Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001 UF: SP Município: SÃO PAULO Telefone: (11)3670-5466 Fax: (11)3670-9466 E-mail: cometica@pucsp.br	

ANEXO F – Autorização da PMSP

Prefeitura da Cidade de São Paulo
 Secretaria Municipal de Educação
 Diretoria Regional de Educação – CAMPO LIMPO

[Redacted]
 [Redacted]
 [Redacted]

São Paulo, [Redacted] de [Redacted].

Ao
 Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP – CEP-PUC/SP
Autorização para realização de pesquisa

Eu [Redacted], da Escola Municipal de Ensino Fundamental [Redacted]
 [Redacted], venho por meio desta informar que autorizo a pesquisadora
 Thais Lemes da Silva, mestranda do programa de Educação: Currículo, da Pontifícia
 Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, a desenvolver parte de sua pesquisa
 (intitulada “Sala de Leitura: estudo sobre planejamento, articulação e execução”, sob
 orientação do Prof. Dr. Fernando José de Almeida), na [Redacted]
 [Redacted].

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a
 Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades
 como instituição *co-participante* do presente projeto de pesquisa, e de seu
 compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela
 recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e
 bem estar.

[Redacted]

Diretor da EMEF [Redacted]

ANEXO G - Entrevistas escola Clarice Lispector²⁶

1 Entrevista com Macabéa, POSL da escola.

A Professora Orientadora da Sala de Leitura (POSL), Macabéa, da escola Clarice Lispector tem 23 anos de profissão docente, divididos entre escolas do Estado e da Prefeitura. Concluiu o curso de Magistério pelo antigo Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério (Cefam) e atualmente está fazendo o curso superior em Pedagogia. Atua há 3 anos na sala de leitura.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola não teve a participação de Macabéa; houve apenas alguns momentos de discussão, de modo geral, e não especificamente com ela. Afirmar que, ainda neste ano de 2018, irão (ela e a coordenadora pedagógica) fazer ajustes no PPP, uma vez que, segundo orientação da Delegacia Regional de Ensino (DRE), as ações e propósitos da Sala de Leitura (SL) precisam constar no documento.

Sobre a Portaria nº 7655/15, Macabéa afirma não ter lido, mas que tem ciência de que há itens que se referem às suas obrigações, tais como participar das formações da DRE ou Secretaria Municipal De Educação (SME) e cadastrar os livros. A leitura e divulgação das portarias e legislações, de acordo com a Macabéa, eram realizadas por uma funcionária adaptada, que, neste ano 2018, está de licença. Como fonte de comunicação, ainda é usado o livro de comunicados, que fica na sala dos professores. As portarias são importantes, segundo a Macabéa, no sentido de orientar, dar um rumo no que deve ser feito na SL, uma vez que o trabalho realizado nem sempre recebe o devido apoio de colegas.

O espaço da SL da Clarice Lispector não é utilizado exclusivamente pela Macabéa, até pela facilidade da disposição da sala, segundo afirmou. Muitos professores o utilizam, especialmente do ciclo de alfabetização e interdisciplinar.

A despeito desse uso, Macabéa afirma que não existe adesão dos professores do ciclo autoral. Acrescenta que a SL não tem cunho avaliativo, mas trata-se de um estímulo ao prazer da leitura, o que nem sempre é possível na sala de aula, em que as leituras são realizadas primordialmente em livros didáticos e o conteúdo é objeto de avaliação.

²⁶ Os nomes das escolas e das pessoas aqui colocados são fictícios.

Na escola Clarice Lispector não existem empréstimos de livros para os alunos; os professores, por sua vez, podem buscar os livros na SL. Segundo Macabéa, já houve uma tentativa de empréstimos para os alunos, mas a iniciativa não prosperou. Afirma que fará nova tentativa, iniciando com o primeiro ano. Diz que vai montar um caderno com nomes dos alunos, sendo esse o controle para empréstimos para 2018. Em seu planejamento para SL, Macabéa discorreu sobre o 7º ano, que solicitou a inclusão de músicas como fonte de estudos (a escolhida foi “Da ponte para cá”, dos Racionais MC’s).

A integração e articulação entre POSL e demais docentes da unidade escolar acontece esporadicamente, mas ressalta que algumas parcerias não possuem o envolvimento necessário, uma vez que parecem existir “por obrigação” e não por compromisso ou interesse. Citou, contudo, uma parceria frutífera com a professora de História, que proporcionou um bom trabalho com a oralidade em pesquisa mútua. Assim, isso depende muito dos professores envolvidos.

Macabéa relata, ainda, que realiza um bom trabalho em conjunto com a Poie. Cita algumas atividades, como uma festa junina, em 2017. Na ocasião, foi usado o “Código QR²⁷” com o Ciclo Autoral, para perguntas da prova do dia. Os alunos tinham que decodificar para saber o que tinham que fazer e, segundo a POSL, a atividade “deu muito certo”. Outro exemplo de produtividade foi a Semana do Folclore, na qual os alunos do Ciclo Interdisciplinar e Autoral fizeram brincadeiras com as crianças do Ciclo de Alfabetização. Na ocasião, trabalhou-se com Literatura e os alunos pesquisaram, digitalizaram e fizeram entrevistas, movimentando a escola com um todo.

Quando questionada sobre como o trabalho da coordenação pedagógica poderia ajudar na integração com os demais professores, Macabéa afirmou que poderia ajudar mais, falando da importância da SL, informando tratar-se de um espaço de estudo que também faz parte do currículo, da grade. Dessa maneira, haveria um esforço para formar e informar os outros professores sobre o que tem e pode ser feito. Citou como exemplo a Lei Afrodescendente²⁸, que determina diretrizes para abordagem do tema. Segundo a Macabéa, o assunto não deve ser

²⁷ Código QR é um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera.

²⁸ Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. A Lei propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana.

abordado apenas em novembro, Dia da Consciência Negra²⁹, mas ter como produto final um trabalho realizado ao longo do ano.

Quando indagada sobre como vem sendo articulado o programa do “Leituraço³⁰” na escola, afirma que tentou realizar uma abordagem temática, como em 2017, em que propôs o “Agosto Indígena”, sem muito sucesso. Afirma que alguns professores trabalham o “Leituraço” no momento solicitado, mas não apresentam uma integração com o conteúdo anual. Neste sentido, observa que alguns colegas interromperam o conteúdo na ocasião do “Leituraço”.

Quanto à valorização da leitura pela coordenação e gestão da escola, afirma que sente-se muito sozinha dentro da sala e que, nesse isolamento, mantém seu foco no que consegue fazer do 1º ao 9º ano. Conclui que, quando há parceria, é mais fácil desenvolver a leitura. Segundo ela, apesar de a SL estar na estrutura curricular, fica isolada e não parece fazer parte do contexto escolar.

2 Entrevista com Joana, CP da escola Clarice Lispector

A Coordenadora Pedagógica (CP) da escola Clarice Lispector trabalha com educação desde 1988, tempo em que atuou e atua em escolas estaduais, municipais e particulares (leciona há 20 anos no Estado e 6, na Prefeitura). Atua como CP há somente um ano. Tem formação em Magistério, Pedagogia e Letras, além de Pós-Graduação em Gestão Escolar, Psicopedagogia, Práticas de Língua Inglesa (pela PUC-SP) e Gestão Pública, pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Afirma que sempre procurou estudar, pois “o professor deve estar em contínua formação”. Fez cursos em educação e recreação infantil, sobre como trabalhar com a educação física e a alfabetização.

Quando indagada a respeito da portaria nº 7655/15, a CP respondeu que tomou conhecimento “por conta da coordenação”. Comentou que, na escola, quem verifica as portarias geralmente são os auxiliares de secretaria e o próprio diretor.

²⁹ O Dia Nacional da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, e reivindica essa figura histórica como símbolo de resistência. O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.

³⁰ Projeto idealizado pela SME em 2014, que consiste na difusão, no estímulo à leitura e no estudo da produção literária não hegemônica, Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Leituraco>>. Acesso em: 18 abr.2018.

A propósito da elaboração e participação na construção do PPP, afirmou que ele começou a ser escrito por antigos coordenadores e que os coordenadores efetuam sua transcrição e ajustes, mas sempre com a orientação do gestor. Segundo ela, a Sala de Leitura não está contemplada no PPP, pois “é vista como aula do dia a dia [...] e a justificativa é essa, como é uma aula, não há necessidade de colocar como projeto”.

A leitura em si, como prática, é vista pela escola como “muito importante no dia a dia do ser humano”. Afirma que há um índice muito alto de analfabetismo e, mesmo entre pessoas com nível superior, há quem não tenha domínio da leitura. Assim, conclui que “ler para criança é uma necessidade básica”, não apenas ler para as avaliações, mas para a formação e “deve estar vinculado ao dia a dia” da criança.

Em relação ao corpo docente, quanto à valorização do ato de ler, na prática, afirma que isso é discutido no dia a dia. Alega que Macabéa é presente e, embora não tenha um projeto em si no PPP, sempre dá o parecer quando participa de alguma reunião esporádica, trazendo novidades, ou mesmo no dia a dia, acatando também sugestões dos professores.

O uso da tecnologia, em conjunto com a Poie, consegue ser fonte de estímulo à leitura e promove a integração com demais professores e Macabéa. Fala-se, segundo ela, sobre a importância de saber como associar a tecnologia aos conteúdos das disciplinas. Nesse aspecto, afirma, a escola é bem integrada, “mesmo porque a Poie é bem presente, faz novos projetos e deixa bem claros os objetivos”.

Esses novos projetos envolvem a Poie e a POSL, pois ambas planejam juntas eventos e projetos interdisciplinares na escola toda e promovendo a integração com os demais docentes. Para ela, um aspecto importante a ser considerado é que o professor deve ter a disponibilidade para trabalhar de forma a interagir com os alunos, ou seja, não é apenas dar aula, mas envolver-se com os alunos no cotidiano.

De acordo com Joana, a SL é utilizada por todos os professores da escola, não somente para leitura, mas também para dinâmicas e filmes, por exemplo. Assim, segundo ela, o grupo de docentes promove momentos de integração e articulação com Macabéa, transformando a SL num “projeto em ação”.

Quando indagada sobre o “Leituraço”, afirmou que surgiu com a ideia de aprofundar cada vez mais a leitura. Porém, quando o projeto chegou, não foi novidade, pois a escola sempre trabalhou a leitura no cotidiano.

ANEXO H - Entrevistas na escola Raquel de Queiroz

1 Entrevista com Guta, POSL da escola

A POSL da escola Raquel de Queiroz é pedagoga e entrou na rede municipal em 1980. Iniciou a carreira em sala de aula depois de ser auxiliar e assistente de direção, assessora de gabinete na DRE de Campo Limpo e supervisora, por dois anos. Em 2011, aposentou-se de um cargo e hoje atua na Sala de Leitura com outro cargo.

Em 2001 passou no concurso para pontuar e resolveu assumir o cargo. Assim, iniciou sua carreira na SL em 2007. Relatou que não acreditava ter perfil para ser POSL e sequer imaginava que fosse gostar tanto.

Ao contar sua trajetória profissional, Guta lembra que a escola Rachel de Queiroz estava com a SL fechada por mais de dois anos. Quando iniciou seu trabalho, começou praticamente do zero: tombou livros, organizou o espaço, tudo sem experiência alguma em SL, e levou quase 3 meses para as primeiras organizações. Guta diz: “que hoje é um trabalho que a encanta”, que, quando entra na escola pela manhã, dá bom dia aos seus personagens, que estão nas prateleiras, e que gosta “muito, muito mesmo do que eu faço”. Afirma que vai se aposentar em 2018 e sentirá muita falta.

Em relação ao seu trabalho dentro da SL conta que “é muito diversificado, para atender todas as turmas”, pois precisa buscar materiais que atendam do 1º ano ao 9º ano. Sobre as formações da SME, disse que são pouquíssimas: “Considerando todo o trabalho dentro da SL, o que a Prefeitura oferece é muito pouco; deveríamos ter mais formação”. Também disse que se sente muito só dentro da escola e que somente em reuniões há troca de experiência.

A Sala de Leitura é um local muito solitário, ninguém entra aqui para perguntar ‘Oi tudo bem? Como está seu trabalho? Você está precisando de alguma coisa? Você está trabalhando isso?’ E na minha correria aqui também eu não consigo ficar atrás dos professores e perguntando o que eles estão trabalhando (POSL escola Raquel de Queiroz).

Questionada sobre a elaboração do PPP, afirmou que, embora não tenha participado, leu-o e alertou para a ausência da SL nas atividades e como espaço pedagógico. Já no que se refere à articulação da SL com os demais professores,

disse que a escola, como um todo, participa bastante da SL e que existe muito empenho de alguns professores. Há, conforme seu relato, uma nítida diferenciação quando o professor valoriza a leitura e a SL, especialmente quanto à defasagem de aprendizagem. Há salas que leem muito, em que os alunos levam muitos livros emprestados. Dessa forma, às vezes, tem que fazer sorteio de alguns títulos mais populares, como “Diário de um banana” e “As aventuras do Capitão Cueca”.

Quando Guta falou de sorteio de alguns títulos, foi indagada sobre como funcionam os empréstimos na escola. Ela disse que são registrados num caderno, com a lista de alunos. Questionada se não havia um sistema computadorizado para controle de empréstimos, disse que não e também prefere o controle manual, pois “é uma loucura o dia de empréstimos”.

Sobre a Portaria nº 7655/15, Guta disse que leu. Em relação às normas e legislações advindas dos órgãos normativos e como são transmitidas no interior da escola, afirmou que “as meninas da secretaria” enviam “pelo *WhatsApp*, no grupo da escola”, o que tornou, segundo ela, o processo mais rápido, considerando que antes tinham que ler o jornal, recortar, colar e deixar no livro.

À questão sobre como é feito o seu planejamento da SL, Guta respondeu que ele hoje é rígido e que o segue à risca, apresentando uma pasta com o planejamento de todas as turmas. Perguntada se foi feito de acordo com a Portaria nº 7655/15, a resposta foi negativa.

Para 2018, mencionou o projeto “Mediadores de leitura”. Explicou que o projeto envolve alunos do 7º e 8º anos, com duas aulas por semana, fora do horário regular. Os alunos escolhem os títulos, leem para Guta, que os orienta, na medida do possível. Dado esse passo, eles vão para sala de aula ler para os alunos do 1º ao 5º ano, fazendo, assim, a mediação.

Outro projeto para 2018 é o “Sarau³¹”, que já foi realizado ano passado 2017. Guta conta que o projeto continua, pois “uma professora fez uma redação sobre o dia mais importante para os alunos e alguns deles citaram o sarau como esse dia”. No ano de 2018, o sarau será realizado com alunos de todos os ciclos: de

³¹ Além de estimular a criatividade e criar o hábito e o gosto pela boa leitura, o projeto visa também desenvolver a linguagem oral e escrita dos estudantes, de modo a ampliar o vocabulário, o repertório linguístico, incentivar a reflexão e o posicionamento crítico perante a leitura, objetivando culminar na sistematização e no prazer do ato de ler diferentes tipos de texto. Constitui-se, assim, pelo incentivo à leitura, à escrita e à criatividade dos estudantes, por meio da utilização de poesias, seminários, júris simulados, dramatizações, peças teatrais, danças, festivais de músicas etc. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/sarau/>>. Acesso em: 18 abr.2018.

alfabetização (1º ao 3º ano), Interdisciplinar (4º ao 6º ano), autoral (7º ao 9º ano) e que também trabalhará a literatura de cordel³².

Para Guta, a coordenação ajuda nas atividades da SL com organização e apoio, como ocorreu no caso do sucesso que foi o sarau. Quando a pergunta foi sobre a integração do Poie com a POSL, contudo, a resposta foi negativa. Ela afirmou que não existe integração de trabalho entre eles e deu um exemplo de uma aluna que escrevia muito bem e que tinha muitas poesias. Guta pediu que digitasse os poemas na informática, salvasse no *pendrive* e imprimisse, mas ela não conseguiu. Afirmou que não sabe com o que o Poie está trabalhando e que é recíproco. Fez uma ressalva, dizendo que, quando pede para as crianças realizarem uma pesquisa, conseguem fazer no laboratório de informática.

Perguntada sobre como a escola valoriza a leitura, citando exemplos, afirmou que a escola é “muito leitora”, que não pode reclamar, pois, quando se encontra com colegas nas formações, percebe que vive outra realidade, na qual os alunos gostam de ler e até brigam para levar os livros. Alguns professores pegam livros para leitura diária para seus alunos e ela se recorda de um caso, em que o professor pediu quantos exemplares houvesse de um clássico da literatura, para trabalhar em um seminário com a sala dele. Entretanto, lembrou que faltam, na sala de leitura, livros infantis para o ciclo de alfabetização.

Sobre o “Leituraço”, diz que a SME e outros parceiros têm interesse em promovê-lo, com foco em literaturas não hegemônicas. Como a escola tem muitos leitores, contudo, os alunos não se prendem ao “Leituraço”. Guta ressalta, entretanto, que é uma ocasião em que falam sobre o que é um autor periférico, a literatura indígena, imigrante, principalmente a periférica. Isso é muito importante, segundo ela, porque já ouviu de um aluno: “Eu moro no Capão Redondo [...] vou ser traficante mesmo”, no momento em que afirmava que a leitura não era importante.

2 Entrevista com Dora, CP da escola Raquel de Queiroz

A CP, Dora, tem 8 anos de atuação na coordenação, sendo dois deles naquela escola. Trabalha há 18 anos na PMSP e há 25 anos, na área da educação.

³² Disponível em: <<https://www.significados.com.br/literatura-de-cordel/>>. Acesso em: 18 abr.2018.

Sua formação inicial foi Pedagogia, passando pela Pós-Graduação em Psicopedagogia e licenciatura em Artes.

Mencionou que já leu a Portaria nº 7655/15 e afirmou: “Até para organização do meu trabalho aqui”. Considera muito importante a leitura de portarias e disse que “na coordenação obrigatoriamente a gente tem que ler”. Para Dora, elas são algo para organização estrutural; na prática, devem ser objeto de discussão entre os envolvidos, que nem sempre estão conectados ou integrados, como dizem as portarias.

Perguntada se existe algum procedimento formal de divulgação das normas, legislações e portarias aos demais funcionários, Dora respondeu positivamente, informando que a secretária é a responsável por repassar esses informes e que o faz “via *WhatsApp*”. Outra maneira de informar acontece nas reuniões pedagógicas, quando são colocados trechos para que todos tenham conhecimento.

Em relação às portarias e sobre regimento escolar, a coordenadora cita a importância da escuta ativa de professores e gestores. Afirmou que, às vezes, há surpresa quando chegam alguns itens, discutidos em momentos de formação. Porém, todos analisam as possíveis mudanças solicitadas e, de modo geral, tentam adaptar-se.

O PPP dessa escola, segundo a coordenadora, foi basicamente escrito pelo diretor, mas com a intervenção da coordenadora da época e alguns poucos professores. Ressalta que hoje percebe algumas incoerências entre o que está escrito e o que se pratica, o que vai exigir discussões e ajustes. Afirmar que, em 2018, já acrescentou os projetos para escola integral e os territórios do saber.

A SL aparece no PPP, mas como uma estratégia. Isso significa, segundo a coordenadora, que a sala de leitura não está presente como foco principal, mas como estratégia, com objetivos, para que os alunos aprendam a ler e a escrever, bem como desenvolver o raciocínio lógico.

Na escola, o estímulo ao ato de ler é tarefa, principalmente, de Guta. Dora falou a respeito do sarau e do projeto “Mediadores da Leitura”, ressaltando a importância da leitura. Além desses, destacou a “Academia Estudantil de Letras”, um projeto realizado por outro professor. É nesses momentos, segundo ela, que se dá visibilidade à leitura.

Dora relata que, em uma reunião pedagógica, fez uma dinâmica sobre o tema da leitura. Perguntou quem lia para os alunos e qual a diferença entre ler e contar.

Constatou que muitos não leem e que, infelizmente, acaba sendo uma tarefa quase exclusiva de Guta estimular a leitura. Boa parte dos que leem, está no ciclo de alfabetização e interdisciplinar. Quanto ao uso da tecnologia e leitura, Dora não vê integração, mas diz que tem conversado para que as pessoas percebam a importância, sem que isso seja uma imposição.

O ambiente SL é mais usado por Guta. Dora comentou que existe pouca Integração com outras áreas. Outros professores fazem uso pontual e, ainda assim, apenas quando os próprios alunos solicitam.

À questão sobre como a gestão da escola utiliza a leitura e em quais momentos, Dora respondeu que, primeiro, há um desânimo, mas corrigiu em seguida, para dizer que, na verdade, a palavra certa seria tristeza, quando não consegue ler. Disse que, quando ela e outro CP encostam a porta para ler, quem entra fala que não estão fazendo nada, como se a leitura fosse supérfluo. Há dificuldade até de montar o Projeto Especial de Ação (PEA), pois cada um lê um pouco e depois juntam.

Os CPs dessa escola tentam utilizar a leitura como fonte de aprendizado, inclusive para montar estratégias no momento de estudo coletivo da rede municipal. Afirmam que, se estão exigindo leitura dos professores para montar o PEA, também precisam ler. Porém, dentro do próprio quadro de docentes, há reclamações sobre a essa exigência. Assim, nessa escola a leitura é realizada quase que exclusivamente por Guta. Segundo relato de Dora, muitos professores estão preocupados com a escrita, mas não com a leitura.

Quando questionada sobre a divisão de alunos por nível de aprendizado, relatada em seu PPP, Dora ficou um pouco constrangida e disse que, de fato, há:

Salas com alunos com maior dificuldade e outras com menor dificuldade; alunos que vão fazer projetos de Trabalho Colaborativo de Autoria³³ (TCA) excelentes, lendo com autonomia de produção e outros que estão engatinhando.

³³ Ciclo Autoral compreende do 7º ao 9º anos do Ensino Fundamental. Sua finalidade é promover a construção de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social. É concretizado por meio do Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA), com ênfase no desenvolvimento da construção do conhecimento, considerando o domínio das diferentes linguagens, a busca da resolução de problemas, a análise crítica e a estimulação dos educandos à autoria. Foi estabelecido pela Portaria nº 5930/13 da SME, em 14 de outubro de 2013. Regulamenta o Decreto nº 54.452, de 10/10/13, que institui, na SME, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, “Mais Educação São Paulo”.

Afirma que isso é visível em alguns casos, mas, quando as salas são mistas, isso não é tão visível. Por fim, sobre o “Leituraço”, afirmou que esteve permeado no decorrer do ano, que usam de acordo com as necessidades e que sempre pensam sobre “qual é a importância dele na escola, dentro do nosso PPP, dentro do currículo”, Diz que o projeto é muito válido, que há respeito por ele e que a equipe reflete sobre os temas: “é um trabalho desgastante para que surja efeito no ser humano”.

ANEXO I - Entrevistas na escola Lygia Fagundes Telles

1 Entrevista com Virgínia, POSL da escola

Formada em Teologia, a POSL iniciou sua carreira como oficial de secretaria escolar no Estado de São Paulo, em 1992. Por sua atuação, foi convidada a lecionar em 1994 e, em 1996, iniciou a faculdade de Letras. Descreve que sempre gostou muito de lecionar e lembra com clareza de sua infância, regada por práticas pedagógicas, quando ensinava adultos analfabetos no quintal de casa.

No ano de 2003 passou no concurso para PMSP e assumiu o cargo para o ensino fundamental II, equivalente ao atual Ciclo Interdisciplinar e Autoral, como professora de Português. Somente no ano de 2011 teve a oportunidade de fazer um projeto na Sala de Leitura e gostou muito, o que a levou, em 2012, a assumir a função na escola.

A Portaria nº 7655/15 foi lida por Virgínia, porém não na íntegra. Apesar disso, afirma que sabe e compreende quais são as suas atribuições dentro da SL. Nessa escola, os informes do Diário Oficial e das portarias que se referem à formação e aos encargos docentes são repassados pela secretaria via *e mail*.

Virgínia participou da redação do PPP, por meio de formações, reuniões e Jornada Especial Integral de Formação (Jeif). Disse que sempre era contatada para fazer correções ou mesmo verificar a adequação do projeto SL dentro do PPP.

Quando questionada sobre a integração com as demais disciplinas, mostra-se disposta a se articular com outros professores: “Eu sempre pergunto aos professores se querem algo para ler para os alunos em específico, não tenho problemas em perguntar e conversar com os professores”.

Em relação ao uso da SL pelos demais docentes da escola, afirma que “os professores usam normalmente a SL sem minha supervisão. Eu até sei, porque deixam a SL bagunçada, mas hoje eu nem ligo mais”. Esse uso, segundo ela, se dá para que os professores façam dinâmicas e leituras em roda, dada a própria disposição da sala. Ainda em relação à participação dos docentes na SL, foi perguntado sobre o Poie e a tecnologia como fonte de integração na SL. Ela afirmou que a parceria existe, porém nem sempre conseguem planejar juntos. Apesar disso, já realizaram projetos, como o de transformar fábulas em cordel, no qual “os alunos, escreveram aqui comigo e depois digitaram no laboratório”.

Sobre os projetos que acontecem na SL, Virgínia relata o sucesso da monitoria, dizendo que os alunos, geralmente do Ciclo Autoral, participam fora do horário de estudos, ajudam outros alunos a lerem ou “pesquisam assuntos pertinentes aos projetos trabalhados aqui na Sala de Leitura e também vão às salas intermediar ou realizar leituras”. A escola pensou em um projeto/concurso com o nome “Poetizando”, com intermédio das POSL e incentivo dos docentes e da equipe gestora. O objetivo é envolver os alunos no mundo da leitura, promover a troca de ideias, o conhecimento e possibilitar a escrita de poesias a todos os alunos da escola.

Quando perguntado sobre o “Leituraço” na escola, Virgínia descreve a dificuldade de compreensão do projeto e afirma que:

A primeira vez que veio o projeto, não gostei, porque pareceu algo imposto, sem explicações. Depois a Secretaria Municipal de Educação iniciou as formações, mostrou como trabalhar e também enviou livros para escola.

A análise do “Leituraço” foi positiva e ele foi considerado “um bom projeto”. Virgínia, porém, só considerou a realização adequada ao trabalho pedagógico em sua escola no ano de 2017. Naquele ano, segundo ela, a instituição soube organizar o espaço e os professores, para realizarem um dia de leitura com foco na literatura não hegemônica, envolvendo todos, com dinâmica própria. Cada aluno, por exemplo, pôde escolher a “sala/oficina” com a qual tinha mais afinidade.

Quando perguntada sobre o tema da integração e articulação entre POSL e demais docentes, sobre como percebe o apoio da coordenação, a resposta foi neutra: não houve menção a trabalhos efetivos. Virgínia diz que “a coordenação pode ajudar e deve ajudar sempre, porque toda ideia é sempre bem-vinda”. Mencionou, ainda, uma dificuldade que percebe dentro do ambiente escolar: “Os professores que têm carga horária mínima na escola, não têm tempo de fazer formações”. Segundo ela, esses professores parecem perdidos e, em sua opinião, a coordenação pode ajudar a integrá-los.

Com relação à SL, afirmou que procura outros docentes quando vê necessidade: “Eu subo na sala dos professores, não tenho problema nenhum em ir atrás, eu pergunto mesmo, eu sou assim”. Com relação aos empréstimos de livros na escola, diz que sempre acontecem. Os professores podem buscar e levar quando quiserem, mas, com os alunos, isso varia: “Tem aluno que pega toda semana, já tem

aluno que demora uma, duas semanas para ler”. O controle desses empréstimos é realizado em um caderno, dividido por turma e, posteriormente, os dados são lançados numa planilha do programa Excel.

O acervo de livros na escola é considerado adequado por Virgínia. A ressalva ficou por conta do que considera poucos volumes de livros para os primeiros e segundos anos em letra bastão e não imprensa, pois os alunos estão no início da alfabetização. Outra dificuldade é o pequeno acervo de títulos com mais de 15 exemplares: “Quando preciso fazer leitura coletiva, quase não temos livros com mais de 15 exemplares. Isso dificulta bastante, porém sou professora e sempre dou um jeitinho”.

Sobre o número de leitores na escola, Virgínia acredita que, considerando os empréstimos, “não tem mais de 50% de leitores ativos. Alguns pais incentivam, outros ignoram. É difícil precisar, mas considero uma escola leitora”.

Para finalizar, houve questionamento sobre os pontos positivos e negativos da atuação na SL. Nesse aspecto, Virgínia relata que o principal ponto negativo é ver muitos alunos sem interesse em leitura e sequer fazem empréstimos. Já os alunos que já saíram da escola e voltam para agradecer ou pedir livros para ler, são considerados o aspecto mais positivo, pois tornaram-se alunos leitores, que deixam claro “essa fome dos alunos pelos livros”.

2 Entrevista com Tatisa, CP da escola

Tatisa fez Magistério no ano de 1990 e, logo no 2º ano do curso, iniciou suas atividades pedagógicas em escolas particulares. Em 2000, cursou a faculdade de Pedagogia e continuava atuando na rede particular, até que prestou concurso e entrou na Prefeitura Municipal, em 2006, como professora do ensino fundamental. Como coordenadora, prestou concurso em 2009, deixando a carreira docente para assumir o cargo; na escola Lygia Fagundes Telles, atua desde 2012. Citou sua formação acadêmica voltada à educação especial, fez alguns cursos, como libras, na Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic), e na linha montessoriana. Cursou, ainda, Pós-Graduação *lato sensu* em Didática do Ensino Superior, Educação Especial e em Deficiência Auditiva e Surdez, além de ter sido intérprete de libras pelo Estado por mais de 5 anos.

Sobre a Portaria nº 7655/15, que rege a Sala de Leitura, Tatisa informou ter conhecimento e que já leu, em algum momento. Disse que “o perfil de nossa escola não são (sic) as leis em si, nossa escola é mais pedagógica”. Isso significa, segundo a própria Tatisa, que a escola Lygia Fagundes Telles não é escrava das legislações. Afirmou que tem uma funcionária que acompanha o Diário Oficial e as informações são repassadas aos demais. Quando precisam tirar dúvidas, procuram as portarias e decretos entre outros. Contudo, reafirma que essa não é a prática mais significativa dentro da escola.

Falando ainda sobre portaria e legislação, levantou-se a questão sobre o funcionamento do projeto “Leituraço”. Nesse aspecto, Tatisa afirmou: “Estamos aprimorando o formato do Leituraço, para que ele, de fato, aconteça”. Disse que, no início do projeto:

[...] não tínhamos sucesso com a leitura, havia poucos estudos e não entendíamos direito a proposta. No ano de 2017 realizamos um belíssimo trabalho, onde (sic) cada professor montou sua oficina com o tema pertinente ao Leituraço e os alunos foram se inscrevendo e participando; a escola toda se movimentou foi um sucesso.

A equipe de profissionais da escola Lygia Fagundes Telles utilizou o projeto Leituraço como fonte de incentivo à leitura não hegemônica, como proposto pela SME. Porém, dentro de sua realidade escolar, o modelo solicitado - que consistia em ler um livro por sala simultaneamente - não surtiu efeito. Assim, foram propostas oficinais que, conforme relatou Tatisa, atingiram o objetivo. É importante ressaltar esse aspecto, pois a equipe escolar deve ser capaz de perceber seu contexto, olhar para seus alunos, compreender a dinâmica de aprendizagem de todos e propor novas estratégias, sem sair do foco do modelo do projeto. Assim, novas ações e estratégias devem ser articuladas dentro do PPP, que deve expressar as bases para vivências, projetos, concepções, valores e rotina escolar.

A respeito da construção do PPP, mencionou que sua elaboração foi realizada por ela e que, neste ano de 2018, houve algumas alterações: “Tivemos que incluir a escrita sobre educação integral, ampliamos a questão do Prove, que é a formação continuada de professores, e o projeto alimentação”. O PPP da escola Lygia Fagundes Telles é revisitado quando necessário, afirmou Tatisa, e “sempre buscamos envolver a equipe nessas revisitações”.

Além da importância participação da equipe na construção do PPP, outro assunto pertinente ao cotidiano escolar foi o ato de ler. Quando indagada sobre como os professores percebem e usam, na prática, a leitura, Tatiana franze a testa e diz:

Eu vejo que a sala de leitura é um ganho para escola. Porém, deveria ser encarada por todos como um trabalho complementar no ato de ler, pois a sala de leitura ficou responsável em tornar os alunos leitores, isso me preocupa e incomoda.

Ao responder sobre quais movimentos seriam necessários para uma mudança de postura, disse que esse é “um trabalho de formiguinha, com leituras diárias e mais reflexivas, pois os alunos não leem só pelo fato de emprestar o livro na SL, isso não garante o ato leitor”. Ainda com foco no ato de ler e na função da leitura na escola, foi perguntado como é a integração da POSL com Poie. A resposta foi que “ainda não há uma integração de fato entre eles”.

À indagação sobre o uso do espaço da SL pelos professores, a resposta foi negativa. Tatiana disse que não vê nenhum professor usando o espaço e que, inclusive, o trabalho de parcerias com as demais áreas de conhecimento é pontual: “Há pouco trabalho de integração entre os docentes; é muito difícil ver planejamentos unidos. Acredito que muitos são individualistas”.

Ainda na perspectiva da Sala de Leitura e de seu trabalho articulado às demais áreas do conhecimento, o questionamento foi sobre como a escola percebe as práticas realizadas por Virgínia. Tatiana afirmou que “o trabalho da Sala de Leitura é fantástico, todos os professores elogiam sempre”. Aprofundando a questão, foi perguntado se a coordenadora percebe a SL como uma boa prática. Em sua resposta, afirmou que:

A Sala de Leitura tem um trabalho muito interessante sobre concretizar a leitura literária em algo material, sendo muito significativo para as crianças. Sempre vejo todas alegres no final do trabalho.

A prática mencionada é realizada pelas POSL e há uma ligação entre a leitura e a construção um objeto, seja tecendo um material, confeccionando um boneco ou montando um livro.

ANEXO J - Entrevistas na escola Zélia Gattai

1 Entrevista com Angelina, POSL da escola

Angelina, da escola Zélia Gattai, é formada em Biologia (bacharelado e licenciatura). Fez estágio no Instituto Biológico e, no ano 1989, decidiu seguir carreira docente. Desde então, trabalhou em escolas particulares e é concursada pelo Estado de São Paulo. Sua entrada na Prefeitura de São Paulo ocorreu em 2005, como professora de Ciências; em 2007 assumiu o cargo de POSL, que ocupa até hoje. Na entrevista, Angelina relatou a importância da formação continuada e o quanto ela é grata às vivências que teve e tem em sua carreira, principalmente dentro da Sala de Leitura.

Sobre o PPP da escola, Angelina cita que houve participação dela e do grupo que atua na Jornada Especial Integral de Formação (Jeif) em sua elaboração. Relata que a coordenação sempre pontua os projetos e as ações realizadas dentro do PPP e tem consciência da importância da Sala de Leitura dentro dele, diretamente mencionado no documento.

À pergunta sobre se a SL é usada por outros professores, Angelina respondeu que “para a leitura é muito difícil”, que usam mais para “fins tecnológicos”, uma vez que o retroprojetor fica lá. Quando questionada sobre a Portaria nº 7655/15 (se já conhecia, se teve acesso ao documento), afirmou: “sempre no início do ano lemos e estudamos a Portaria, para melhor atribuir e organizar as aulas como um todo na escola”. As informações sobre legislações se dão, em geral, via *e mail*, pela coordenação. De acordo com seu depoimento, as demandas legislativas são trabalhadas de maneira participativa e democrática.

Outra questão levantada foram os empréstimos de livros na SL. Para respondê-la, Angelina mostra uma ficha com dados dos alunos e espaços para escrever os títulos dos livros; tudo fica dentro de uma caixinha e separados por turmas. Os alunos geralmente ficam uma semana com o livro e, após a leitura, devolvem para Angelina, que registra e guarda os volumes.

Sobre o uso do laboratório de informática e a integração com Poie, em relação à SL, Angelina relatou que já conseguiram trabalhar em conjunto, porém só em projetos específicos, pois, no dia a dia, isso seria “mais complicado”. Um

exemplo disso foi o projeto “Eu, escritor”, para os alunos do 5º ano do Ciclo Interdisciplinar. Segundo o PPP da escola:

Esse projeto envolve a sala de informática e a sala de leitura. Ele tem como objetivo reafirmar a importância da construção da identidade do indivíduo [...], para que ele encontre significado nas atividades que envolvam a leitura e a escrita na construção do seu conhecimento pessoal.

Foi solicitado que Angelina descrevesse as etapas do projeto. Ela discorreu que, inicialmente, iria trabalhar na SL textos que envolvessem a temática do “eu”. Posteriormente, na informática, os alunos iriam digitar os textos produzidos, pesquisar imagens e construir um livro digital e, na sala de aula, fariam a elaboração sistemática dos textos individualmente. Angelina continua seu relato sobre a finalização do projeto e, com o olhar triste, comenta: “Deu um pouco certo, mas não conseguimos finalizar como queríamos, eu e o Poie”. O problema ocorreu ao término do projeto, quando, segundo ela, não houve a necessária parceria com os professores dos quintos anos. Assim, os textos produzidos na sala não tiveram correções ortográficas e “não podíamos imprimir ou postar no *blog* livros com erros de português”. Ela recorda que somente em uma sala o projeto conseguiu ser finalizado como o esperado, com correções adequadas para publicação.

Outro questionamento foi sobre a função da POSL na SL, se verifica a possibilidade de integração entre as demais áreas do conhecimento. Ela respondeu que sim e mencionou que, em maio de 2018, por exemplo, a professora de Português e a professora de docência compartilhada deram início à leitura do livro “O escaravelho do Diabo”. Afirmo que acredita na integração e diz que sua função é facilitar os trabalhos entre as áreas, com atividades que antecedem as leituras dos temas pesquisados, além de fazer pesquisas no próprio acervo, organizar diversos materiais, pensar em dramatizações e tornar a atividade em sala de aula mais significativa. Angelina ainda relatou que esse modelo de escola, “com carteiras enfileiradas, disciplinas isoladas, professores com medo de ousar, apegados ao registro pelo registro, eu sinceramente, não acredito mais”.

Indagada sobre o “Leituraço”, Angelina descreveu como o projeto chegou à escola e à SL. Disse que o Leituraço é ótimo, mas que os temas que envolvem o projeto já são trabalhados na escola o ano todo. Assim, não considera ideal prender-se às leituras somente em uma semana:

Neste ano de 2018, o livro didático do quinto ano já inicia com contos tradicionais, eu já fiz leitura de contos africanos e assim fortaleço a cultura africana. Esperar uma semana determinada no ano para ler esses contos, não considero tão eficaz.

Angelina disse, ainda, que a leitura realizada por todos os docentes em uma semana específica e que envolva a escola toda é uma ótima iniciativa. Porém, preocupa-se com o encantamento na leitura, pois já viu muitos professores, principalmente do Ciclo Autoral, lerem o livro com certa moleza na voz ou até desânimo físico - e os alunos percebem quando o professor prepara-se para ler.

Outro ponto importante da entrevista foi saber como a escola percebe seus alunos como leitores e se há algum projeto ou atividade específica. Em resposta, Angelina afirma que os alunos leem muito, emprestam muitos livros e que, na escola, há vários projetos, todos muito bons, sendo o destaque o “Conto e faz de conta”. O projeto acontece uma vez ao ano, com diferentes temas, como contos de fadas, africanos, indígenas e árabes, escolhidos pela comunidade escolar, com atividades de recreação, oficinas, contação de histórias e outras artes, todos com a mesma abordagem e sintonia na preparação das salas temáticas e reflexões sobre o tema. Os objetivos traçados no PPP sobre o projeto são:

[...] Proporcionar aos alunos vivenciar a dicotomia entre fantasia e realidade; potencializar a exploração de significados que os contos trazem; valorizar a cultura presente no nosso dia a dia; permitir aos alunos o estabelecimento de relações interdisciplinares através dos contos; estimular a imaginação, a inventividade e a leitura prazerosa; favorecer a iniciativa, a cooperação, a espontaneidade, o diálogo e a solidariedade no ensinar e aprender; iniciar uma discussão sobre questões de cultura; contribuir para mudança de perspectiva do próprio conceito de escola.

O projeto é muito valorizado pela equipe escolar, tendo iniciado em 2011. Angelina o considera o melhor até hoje (2018), pois tem o envolvimento de todos os ciclos, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Houve o questionamento se era possível melhorar essa atuação como formadores de leitores, ao que Angelina respondeu afirmativamente, uma vez que ainda vê muitos livros parados na estante da SL e que poderiam estar dentro da sala de aula e com os alunos. Afirmou que: “a literatura poderia nortear os projetos e as aprendizagens como um todo”. Ainda segundo ela, há muitos livros para o Ciclo Autoral que dariam suporte à

aprendizagem, porém uma parte dos professores não quer procurar livros na SL e “quando faço projetos informando e formando, muitos nem ligam”.

Sobre a função da coordenação na integração entre docentes, Angelina explica que há, na escola, muitos estudos, vivências e novos materiais destinados à formação continuada. Entretanto, percebe que alguns professores não atuam de acordo com as novas perspectivas de aprendizagem. Muitos deles, por não acreditarem; outros, por não quererem ter o trabalho de mudar, pois “mudar a prática exige um olhar investigador, dá trabalho”.

2 Entrevista com Doralice, coordenadora da escola

A coordenadora pedagógica da escola Zélia Gattai iniciou seus estudos no Magistério, em 1994. No ano seguinte, cursou Pedagogia e, em 1997, assumiu o cargo de professora concursada de ensino fundamental na Prefeitura de São Paulo. Como coordenadora, começou a carreira em um Centro de Educação Infantil (CEI) no ano de 2003 e, em 2004, iniciou as atividades na escola Zélia Gattai, na qual se encontra atualmente, com 14 anos de experiência.

Respondendo ao questionamento sobre legislações e portarias, Doralice disse que conhece a Portaria nº 7655/15 da SL, usa sempre que necessário e que a leva em conta quando precisa organizar horários e outras atribuições internas. Quem lê o Diário Oficial é o secretário da escola, que repassa as informações mais pertinentes a ela, que, por sua vez, verifica e transmite aos docentes e outros funcionários.

No que se refere ao PPP, Doralice informou que a escrita é quase sempre solitária, mas projetos e ações são discutidos em reuniões e são feitos levantamentos para inserção no PPP. Considera a escrita coletiva uma ação muito benéfica para escola e diz que lançou essa proposta, mas que ainda aguarda a participação dos professores.

Doralice demonstrou preocupação com a mudança na postura docente quando houve um questionamento sobre a integração entre eles. Citou uma situação ocorrida na Jeif (horário de formação docente), sobre um caderno de apoio aos alunos, que apresentava uma atividade interdisciplinar entre português e SL, que muitos docentes não souberam interpretar e, imediatamente, solicitaram que a POSL realizasse sozinha a atividade. Doralice explicou aos docentes que esse não era o objetivo e levou a reflexão para o grupo, na expectativa de aclarar as ideias da

equipe. Relata dificuldades de manter uma coerência entre fala e ação e diz que “a própria estrutura escolar não permite um planejamento mais integrado”. Citou como exemplo o fato de estarem trabalhando ainda “dentro de caixas”: “Somos delimitados por disciplinas, os conteúdos não se conversam”. Para mudar o cenário, Doralice fala da necessidade de “uma equipe coesa, com os mesmos objetivos e vontade de mudar”.

Sobre o trabalho conjunto do POSL e Poie, responde positivamente, pois “os dois sempre fazem trabalhos com parcerias”. Citou como exemplo o projeto “Eu, escritor”, no qual os alunos pesquisavam e refletiam sobre si mesmos na SL e depois montavam um livro digital no laboratório de informática. O problema, segundo ela, foi o professor regente de sala regular, que não conseguiu se integrar ao projeto e não foi possível finalizá-lo, pois faltavam as correções ortográficas e estruturais de uma produção escrita.

Outro trabalho ou projeto que integra todos é o “Conto e faz de conta”, estabelecido há mais de 7 anos na unidade escolar, com o objetivo de vivenciar os contos, refletir sobre eles, valorizar as culturas, estimular a imaginação e favorecer a iniciativa de ensinar e aprender. Todos os professores se envolvem e a articulação é feita pelo POSL e Poie, bem como a formação de alunos e docentes, para subsidiar as vivências nos contos, escolhidos anualmente pela equipe. Em 2017, o tema foi “Contos de fiar, tecer e bordar”.

Sobre o funcionamento da SL, afirma que, em geral, é utilizada por Angelina e que os docentes também a usam para fins tecnológicos, como para passar algo no *Datashow*. Percebe que um ou outro professor faz trabalhos com leitura ou pesquisas no local.

Sobre o “Leituraço”, a iniciativa, nos moldes da secretaria, não é realizada, pois as demandas sobre as temáticas africana, afro-brasileira, indígena e imigrante acontecem no decorrer no ano letivo. Assim, não esperam uma semana em novembro, por exemplo, para falar da cultura afro.

Ainda a respeito do tema leitura, foi indagado como a coordenação percebe o ato de ler. Doralice cita que ele é de extrema importância e que considera a escola muito leitora: “Os alunos têm o hábito de ler, claro que não são todos, mas uma boa parte”. Quanto aos professores, disse “ser mais complicada essa análise”, pois percebe dois grupos: um que lê, reflete e busca novas práticas, e outro, dos que buscam somente as formações pelo aumento salarial e não pelo conhecimento em

si. Afirmar que “qualificar esses docentes é um ato bastante sério, sempre busco preparar as formações de maneira dinâmica e reflexiva, porém não consigo atingir a todos infelizmente”.

Sobre o ato de ler na equipe de gestão, Doralice respondeu que eles nunca leem juntos e que, apesar de na rotina da escola terem estabelecido um dia da semana para reunião, “só apagam incêndios”. Neste sentido:

Não sentam para pensar o pedagógico, os projetos, as ações de modo geral, as reuniões quando são realizadas é para solucionar o problema já existente, sendo o ideal pensar em soluções para que os problemas não cheguem a acontecer.